



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Daniela Alves Marques Costa

PERCEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL E
INTERVENÇÃO PARA A SUA INSERÇÃO
PROFISSIONAL E VIDA ATIVA

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Ciências da
Educação orientado pela Professora Doutora Maria da Piedade
Simões Santana Pessoa Vaz Rebelo e apresentado à Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022



FACULDADE DE
PSICOLOGIA E DE
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Daniela Alves Marques Costa

Perceção de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial e Intervenção para a sua
Inserção Profissional e Vida Ativa

Perception of Children and Youth in Residential Care and Intervention for their
Professional Insertion and Active Life

*Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Ciências da
Educação (conducente ao grau de Mestre), sob a
orientação da Exma. Sra. Professora Doutora Maria da
Piedade Simões Santana Pessoa Vaz Rebelo.*

Coimbra

2022

Agradecimentos

Confesso que não foi um percurso fácil de fazer. Pensei demasiadas vezes em desistir. Agora, olho para trás e acredito que sem o carinho e apoio de algumas pessoas, não teria continuado, mas agradeço a todas elas com todo o meu amor por me terem permitido continuar e nunca desistir! Um grande obrigada a toda a minha família e amigos, mas um especial obrigada:

Aos meus pais e à minha irmã. À minha mãe, agradeço por todas as vezes que me acolheu nos seus braços quando eu chorava por medo e desespero e em tom de brincadeira, mas sempre com sinceridade, me dizia que eu era capaz de tudo e mais alguma coisa. Ao meu pai, quero agradecer pelas palavras bonitas que me inspiraram a combater os meus receios no fim deste percurso. E claro, à minha irmã “Titana”, que após 14 anos azucrinar-me o juízo, é sem dúvida uma das melhores coisas que eu tenho na minha vida.

À minha avó. Não tenho palavras para esta grande Senhora. Só lhe quero agradecer com todas as minhas forças por se preocupar comigo e querer o meu bem a toda a hora.

Ao meu namorado. Obrigada por todo o apoio, carinho e amor incondicional. Peço desculpa pelas horas afim que me tiveste de ouvir a disparatar, mas sem ti não era capaz. Hoje, amanhã e sempre.

À minha melhor amiga, minha *Shalissa*. Encontrámo-nos e não foi por acaso. O universo sabia que teríamos que passar o resto das nossas vidas juntas. Adoro-te desde o primeiro dia em que te conheci e estarei aqui para tudo o que vier, bom ou mau. Obrigada!

Às minhas grandes amigas Inês e Andreia. Inês, após tantos anos, nada nos derrota! Obrigada por seres uma amiga tão boa que tem sempre a palavra certa para me dizer e à qual não dispenso uma boa noitada. Andreia, minha pintainho, não foi a secundária que nos juntou, mas a faculdade! Obrigada por me fazeres rir a torto e a direito e por seres a minha companheira nas leituras (temos que parar de gastar tanto dinheiro em livros!!). Adoro-vos às duas e um grande obrigada!

À Professora Doutora Maria da Piedade, quero agradecer por ter sido uma orientadora sempre cuidadosa e prestável, dando o seu contributo até ao último esforço. Um grande obrigada pela disponibilidade e pelo carinho neste percurso.

Ao Doutor João, agradeço por me ter disponibilizado a grande oportunidade de entrar no mundo do acolhimento. Acredito que tenha encontrado o meu propósito graças a si. Um

enorme obrigada pela amizade e pelas oportunidades que me fizeram olhar para a vida de outra maneira. Nunca me irei esquecer que “O destino pode destinar, mas a decisão é minha!”.

A toda a equipa da PAJE. Agradeço à Doutora Fernanda, à Professora Natália, à Vanessa e à Vânia pelo cuidado, simpatia, empatia e companheirismo que tiveram comigo desde o primeiro dia até ao último. Há pessoas que não saem da nossa memória.

Resumo

Com o decorrer dos anos, o acolhimento de crianças e jovens tornou-se uma temática que se desmaterializou numa busca constante por estratégias e soluções que estabeleçam um presente decente e um futuro estável para aqueles que estão acolhidos. Aqueles que entram no sistema de proteção são privados de direitos que possuem logo desde o seu nascimento, carregando histórias que prejudicaram e prejudicam o seu desenvolvimento pleno e integral, tanto como o seu bem-estar.

O Acolhimento Residencial, apesar de ser um processo complexo, surge como ajuda e apoio na superação das experiências adversas vivenciadas durante a infância, combatendo as possíveis consequências existentes devido ao trauma passado, a fim de garantir o melhor interesse da criança e do jovem.

O presente relatório relata e descreve o percurso de estágio curricular na Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, que para além de trabalhar em parceria com inúmeras Casas de Acolhimento em Portugal, ajuda e apoia jovens ex-acolhidos que solicitam e procuram por algo ou alguém que os ajude a encontrar o seu percurso de vida e estabilidade mental, pessoal, social, económica e realização pessoal.

Pretende-se que este documento seja um contributo para a investigação e luta persistente pelos direitos, promoção e proteção dos jovens acolhidos e ex-acolhidos. Foi realizada uma investigação acerca da perceção que estes têm sobre as Casas onde estão acolhidos, com o objetivo de analisar as várias áreas de intervenção na dinâmica de cada Casa e contribuir para uma melhoria na intervenção que a equipa exerce na rotina diária.

No final, foi elaborado um projeto, que surgiu devido à análise dos dados retirados da investigação e da experiência do estágio, onde se percebeu que muitos jovens acolhidos e ex-acolhidos não se encontram preparados para a inserção na vida profissional, responsável e independente. O projeto consiste na criação de um manual com conteúdos capazes de promover a aprendizagem dos jovens em autonomia relativamente à passagem do acolhimento para a vida adulta pós-acolhimento, em particular para a elaboração do *curriculum vitae*, elemento-chave na procura de emprego e inserção na vida ativa.

Palavras-Chave: Casa de Acolhimento; Plataforma Paje – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos; Jovens Ex-acolhidos; Bem-estar; Autonomia; Inserção Profissional.

Abstract

Over the years, foster care has become an issue that has dematerialized into a constant search for strategies and solutions that establish a decent present and a stable future for those in foster care. Those who enter the protection system are deprived of rights they possess right from birth, carrying histories that have harmed and undermine their full and integral development as much as their well-being.

Residential Care, despite being a complex process, appears as a help and support in overcoming the adverse experiences lived during childhood, combating the possible consequences existing due to the past trauma, in order to ensure the best interests of the child and young person.

The present report reports describes the course of the curricular internship at the Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, which besides working in partnership with numerous Foster Homes in Portugal, helps and supports formerly fostered youth who request and look for something or someone to help them find their life path and mental, personal, social, economic stability and personal fulfillment.

This document is intended as a contribution to research and a persistent struggle for the rights, promotion and protection of foster and formerly fostered youth. An investigation was conducted about their perception of the Foster Homes where they live, in order to analyze the various areas of intervention in the dynamics of each Foster Home and to contribute to an improvement of the intervention that the team carries out in the daily routine.

In the end, a project was elaborated, which emerged due to the analysis of the data taken from the research and the experience of the internship, where it was realized that many fostered and former fostered young people are not prepared for insertion in professional, responsible and independent life. The project consists in the creation of a manual with contents capable of promoting the learning of young people in autonomy regarding the transition from foster care to adulthood outside foster care, in particular for the elaboration of a curriculum vitae, a key element in the search for employment and insertion in working life.

Key-Words: Foster Home; Plataforma Paje – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos; Well-being; Autonomy; Professional Insertion.

Índice

Introdução.....	14
Capítulo I. Enquadramento Teórico	16
1. Crescer e Desenvolver	16
1.1. Vinculação.....	17
1.2. Experiências Adversas na Infância	19
2. Acolhimento Residencial – Uma Casa, um Lar para Todos.....	22
2.1. Enquadramento Histórico-Legal do Acolhimento à Criança em Portugal.....	24
Capítulo II. Plataforma PAJE: Apoio a Jovens (Ex)acolhidos.....	34
1. Caracterização da Plataforma PAJE	34
2. Projetos	36
2.1. Ser Acolhido... para Saber Acolher.....	36
2.2. (En)caminhar para a Inclusão – programa de follow-up para CA	36
2.3. Um Jeito Feliz de (Ha)Ver a Vida.....	36
2.4. Semana (Real)izada.....	37
2.5. A “Pajear” por Coimbra	37
3. Principais eventos promovidos pela PAJE	37
3.1. I Jornadas Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos.....	37
3.2. I Encontro Nacional de Jovens (Ex)acolhidos	38
3.3. I Encontro de Cuidadores de Casas de Acolhimento	38
3.4. Desafios da Direção Técnica no Acolhimento	38
3.5. O que passa na infância, não fica na infância	38
3.6. Dia do Acolhimento	38
3.7. I Encontro de Técnicos de Casas de Acolhimento.....	39
4. Diagnóstico Organizacional e Análise das Necessidades da PAJE.....	39

4.1. Análise SWOT	40
5. Estágio Curricular - Outros Projetos e Atividades de Formação	41
Capítulo III. Percepção de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial	51
1. Contextualização teórica e objetivos	51
1.2. Relação entre Profissionais e Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial	51
2. Metodologia	54
2.1. Participantes	54
2.2. Medidas	55
2.2. Procedimentos	58
3. Resultados	58
3.1. Casa A	59
3.2. Casa B	67
3.3. Casa C	75
3.4. Casa D	81
3.5. Casa E.....	89
4. Discussão dos Resultados	97
5. Conclusão do estudo	99
Capítulo IV. Projeto Get a Job: Um guia prático para conseguires emprego.....	101
Considerações finais	105
Referências bibliográficas	107
Anexos	115
Apêndices	122

Índice de Abreviaturas

C/J – Criança(s)/Jovem(ns)

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

AR – Acolhimento Residencial

EAI - Experiências Adversas na Infância

CA – Casa(s) de Acolhimento

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

Índice de Tabelas

Tabela 1. Respostas Sociais ao Acolhimento	28
Tabela 2. Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das C/J em Portugal (2018, 2019 e 2020)	31
Tabela 3. Análise SWOT	40
Tabela 4. Cronograma das Atividades na Plataforma PAJE	41
Tabela 5. Sexo das Crianças e Jovens participantes no questionário	54
Tabela 6. Idade das Crianças e Jovens participantes no questionário	55
Tabela 7. Categorias do Questionário "Perceção de Crianças e Jovens em AR" e respetivos itens	56
Tabela 8. Comparação da Casa A com a média total de respostas positivas das cinco Casas	66
Tabela 9. Comparação da Casa B com a média total de respostas positivas das cinco Casas	74
Tabela 10. Comparação da Casa C com a média total de respostas positivas das cinco Casas	80
Tabela 11. Comparação da Casa D com a média total de respostas positivas das cinco Casas	88

Tabela 12. Comparação da Casa E com a média total de respostas positivas das cinco Casas.....	96
--	----

Índice de Figuras

Figura 1 - Idade dos participantes da Casa A	60
Figura 2 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa A.....	60
Figura 3 - Condições Físicas da Casa A.....	61
Figura 4 - Recursos Humanos da Casa A.....	61
Figura 5 - Normas e Regras da Casa A	62
Figura 6 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa A (1)	63
Figura 7 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa A (2)	64
Figura 8 - Bem-estar e Autonomia da Casa A.....	65
Figura 9 - Idade dos participantes da Casa B	67
Figura 10 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa B	68
Figura 11 - Condições Físicas da Casa B	68
Figura 12 - Recursos Humanos da Casa B	69
Figura 13 - Normas e Regras da Casas B	70
Figura 14 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa B (1).....	71
Figura 15 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa B (2).....	72
Figura 16 - Bem-estar e Autonomia da Casa B	73
Figura 17 - Idade dos participantes da Casa C	75
Figura 18 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa C	75
Figura 19 - Condições Físicas da Casa C	76
Figura 20 - Recursos Humanos da Casa C	76
Figura 21 - Normas e Regras da Casa C.....	77

Figura 22 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa C (1)	77
Figura 23 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa C (2)	78
Figura 24 - Bem-estar e Autonomia da Casa C	79
Figura 25 - Idade dos participantes da Casa D	81
Figura 26 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa D	82
Figura 27 - Condições Físicas da Casa D	82
Figura 28 - Recursos Humanos da Casa D	83
Figura 29 - Normas e Regras da Casa D	84
Figura 30 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa D (1)	85
Figura 31 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa D (2)	86
Figura 32 - Bem-estar e Autonomia da Casa D	87
Figura 33 - Idade dos participantes da Casa E	89
Figura 34 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa E	90
Figura 35 - Condições Físicas da Casa E	90
Figura 36 - Recursos Humanos da Casa E	91
Figura 37 - Normas e Regras da Casa E	92
Figura 38 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa E (1)	93
Figura 39 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa E (2)	94
Figura 40 - Bem-estar e Autonomia da Casa E	95

Introdução

O presente documento foi redigido no âmbito do Estágio Curricular inserido no plano de estudos do 2º ano de Mestrado em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, visando a descrição pormenorizada do percurso de estágio durante o período letivo de 2021/2022, tendo como intuito a obtenção de grau de Mestre.

O estágio foi desenvolvido na Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, aconselhado pelo Professor Doutor Joaquim Alcoforado (Coordenador do Mestrado em Ciência da Educação) que teve em conta os “desejos” de ingressar futuramente na vertente comunitária relativa à proteção de crianças e jovens em risco.

A escolha do local de estágio baseou-se também no conhecimento geral adquirido à medida que procurámos por mais informações. O facto de a Associação sobreviver sem quaisquer fins lucrativos e manter-se forte e presente na vida de centenas de jovens que se encontram em maior vulnerabilidade no nosso país, toca-nos no coração e quisemos também disponibilizar toda a ajuda e fazer parte desta equipa que trabalha de manhã à noite para tornar a vida dos nossos jovens “um sítio mais bonito”.

O estágio curricular decorreu de 27 de setembro de 2021 até 19 de maio de 2022, tendo sido realizadas um total de 993 horas, algumas das quais foram concretizadas em teletrabalho. Contou com a orientação local do Doutor João Pedro Gaspar e com a orientação científica da Professora Doutora Maria da Piedade Vaz Rebelo. Para além disso, é de salientar toda a orientação e ajuda que foi disponibilizada pela restante equipa da Plataforma PAJE.

No que diz respeito à sua estrutura e organização, o relatório é dividido em quatro capítulos. O primeiro incide no enquadramento teórico que irá fundamentar a necessidade da elaboração de todo este documento, de modo a descrever o difícil percurso que uma criança ou jovem segue desde o seu nascimento até (e depois de) chegar ao processo de acolhimento. Dentro do mesmo capítulo é ainda descrito e caracterizado o Acolhimento Residencial em Portugal. No segundo, é feita uma breve descrição e reflexão sobre a Plataforma PAJE e o respetivo estágio curricular. No terceiro capítulo, é elaborada a análise de um estudo sobre a perceção das crianças e dos jovens acolhidos relativamente às Casas de Acolhimento onde estão inseridos. E por fim, no quarto e último capítulo, surge o Projeto *Get a Job: Um guia prático para conseguires o teu 1º emprego*, com o

intuito de ajudar e potencializar a autonomia de jovens acolhidos e ex-acolhidos no que diz respeito ao pós-acolhimento na inserção profissional e vida ativa.

Capítulo I. Enquadramento Teórico

Só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a.

Johann Goethe

A família biológica nem sempre é a solução para o bem-estar de uma determinada Criança/Jovem (C/J). Cabe ao Estado procurar outras soluções que possam evitar eventuais danos emocionais e/ou físicos provenientes das possíveis experiências adversas que possam ter ocorrido durante o seu desenvolvimento.

Uma criança desde o seu primeiro dia de vida necessita de afeto, carinho e conforto. Uma relação próxima e afetuosa com o outro, através do desenvolvimento de um vínculo, permite que esta possa adquirir “confiança e maturidade para atingir a plenitude de suas potencialidades e acolher as suas vulnerabilidades” (Schaefer, 2021).

A partir do momento em que a C/J entra no acolhimento há que ter em conta que estes são privados de determinadas situações que outras crianças ou jovens tiveram/têm direito durante toda a sua vida. Tal como é referido por Schaefer (2021), “o acolhimento residencial pode ser a luz, mas traz consigo a sombra de um passado presente e de um futuro incerto”.

Assim, a intervenção neste meio por parte das diversas entidades e profissionais deve constituir-se como uma ação facilitadora capaz de promover e garantir o melhor interesse da criança, tendo em conta o seu bem-estar emocional, psíquico e físico.

Neste capítulo, o conteúdo terá como foco o desenvolvimento da criança, através de relações seguras de vinculação capazes de combater as consequências, possivelmente gravíssimas, das experiências adversas vivenciadas na infância dos jovens acolhidos.

1. Crescer e Desenvolver

A criança é a razão de ser do mundo e representa o futuro desse mundo.

Gomes, 2004

De acordo com a UNICEF (2019), presente no documento da Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança é definida como “todo o ser humano com menos de dezoito anos, exceto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo”.

A infância é marcada por várias mudanças que ocorrem ao mesmo tempo em que a criança cresce e se desenvolve. Garantir um início estável de vida, contribuirá para o desenvolvimento de um pensamento mais complexo e crítico, uma maior capacidade de raciocínio, uma comunicação mais clara e complexa, um maior controlo sobre as suas próprias emoções e ainda, entre muitas outras características, ajudará a que a criança se torne num ser mais social. Se o crescimento for benéfico, a probabilidade de atingir níveis positivos de desenvolvimento a nível físico, cognitivo, linguístico e socioemocional, são bastante elevados, permitindo o crescimento de futuros

cidadãos emancipados, autênticos na interação que estabelecem com o mundo, emocionalmente saudáveis, com uma atitude fortemente exploratória, abertos ao mundo externo e interno, com um sentido de pertença e uma forte motivação para contribuir para a qualidade de vida (Roldão, 2009, p. 178).

De modo a fundamentar esse desenvolvimento, é fulcral o estabelecimento de vínculos afetivos/emocionais. Ao estabelecer relações inseguras, as crianças tendem a revelar “baixa curiosidade em explorar o ambiente e podem apresentar pouca ou demasiada interação com a figura de vinculação” (Costa, 2021, p. 31)

1.1. Vinculação

A vinculação é “uma relação emocional, íntima, profunda e duradoura, com dependência mútua, que se sustenta na convicção de que esta se prolongará, quer no tempo quer no espaço” (Ainsworth, 1979; Bowlby, 1969, citado por Costa, 2021, p. 31).

O comportamento de vinculação (de base genética) ocorre desde o nascimento e durante todo desenvolvimento do ser humano, sendo este constantemente motivado a procurar ligações profundas com figuras de vinculação (Costa, 2021, p. 32). Assim que nasce, é de natureza própria da criança recorrer à pessoa com que mais interage, criando uma relação onde possa encontrar proteção e segurança, especialmente no que diz respeito à exploração do meio. Tal como é referido por Rice (1990, citado por Cordeiro, 2012), Bowlby diferencia a vinculação e comportamento de vinculação expondo que:

Dizer que uma criança está vinculada, ou tem uma vinculação a alguém significa que ela está fortemente disposta a procurar a proximidade ou o contacto com uma figura específica e a fazê-lo em certas situações, fundamentalmente, quando está fragilizada, com medo, cansada ou doente. O comportamento de vinculação, em posição, refere-

se a qualquer das formas de comportamento que a criança frequentemente adota para ter ou manter uma proximidade desejada (p. 8)

Esta relação constitui-se “como base segura, de onde o bebê parte para explorar e descobrir o mundo, mas onde regressa à procura de conforto e segurança quando se sente ameaçado ou em perigo” (Ferreira & Pinho, 2009, p. 2).

Para além de garantir a sobrevivência da criança, experienciar este tipo de ligação durante os primeiros anos de infância irá definir os pilares necessários para o desenvolvimento cognitivo, autoconhecimento, para o desenvolvimento de competências relacionais e ainda, regular e estabilizar o funcionamento emocional (Ferreira, 2014, p. 7).

Gaspar, Santos & Alcoforado (2005), referem que crescer num Lar não deve ser entendido, logo de início, como algo negativo ou positivo, vai depender “da qualidade das relações e da presença de afetividade e reciprocidade que a institucionalização proporcionar”. Bowlby (1981, citado por Balhau, 2011, p. 33), revela que uma relação significativa de vinculação assume um papel essencial na saúde mental do ser humano e assim, uma criança ou jovem que seja alvo de institucionalização, pode sofrer de certas ameaças no que diz respeito à disponibilidade de figuras de vinculação que lhe permitam um bom desenvolvimento.

Bowlby (1969, citado por Gaspar, Santos & Alcoforado, 2005), através da teoria da vinculação, defende que, “usando normalmente os exemplos das pessoas que nos estão mais próximas, criamos importantes referenciais humanos de comportamentos que nos passam as noções de bem e do mal, correto e incorreto e todas as outras relacionadas com ações comportamentais”. Assim, o mesmo autor sugere (1981, citado por Balhau, 2011, p. 33), que as consequências negativas podem ser reduzidas através da prestação de cuidados pelos cuidadores e por aqueles que forem mais próximos da C/J. Ao ter as suas necessidades básicas satisfeitas pelos cuidadores, é promovido o “desenvolvimento de mecanismos de regulação emocional e um sentimento de competência pessoal na criança, reforçando uma representação positiva de si própria e das figuras de vinculação” (Mota & Matos, 2008, p. 368).

O educador deve ter como uma das suas funções principais, o estabelecimento de vínculos afetivos com as C/J institucionalizadas, fornecendo-lhes auxílio para lidarem com os seus traumas e na construção da sua própria entidade. Entende-se que os profissionais que trabalhem com C/J quer institucionalizados ou não, devem ter sempre em conta a

formação de uma vinculação segura, de modo a que possa existir uma “figura de referência que possa ajudar a colmatar (certas) limitações” (Balhau, 2011, p. 35).

A PAJE promove o estabelecimento de relações afetivas e positivas com as C/J através de formações a toda a equipa das diferentes Casas de Acolhimento (CA). Com o projeto *Ser Acolhido... para Saber Acolher*, são fornecidas as ferramentas necessárias e estratégias que possibilitem boas práticas com as crianças e jovens acolhidos, facilitando as suas relações e um bem-estar mais saudável e tranquilo na Casa – ajudando-os e apoiando-os a ultrapassar as dores do passado.

1.2. Experiências Adversas na Infância

O trauma é qualquer acontecimento, não habitual, que prejudica o corpo e/ou o “espírito”. Engloba um conjunto de experiências dolorosas, incluindo traumas que envolvem os abusos físicos, sexuais, mentais ou emocionais (Charles, 1998, p. 361).

Ao longo dos tempos, as Experiências Adversas na Infância (EAI) têm sido descritas e analisadas como eventos potencialmente traumáticos que se manifestam através de efeitos bastante negativos na saúde e bem-estar de milhares e milhares de pessoas.

Vários estudos, feitos ao decorrer dos anos, revelam como o *stress* tóxico e as experiências adversas podem causar danos permanentes ao cérebro e também alterar o funcionamento do sistema imunitário e neurológico do indivíduo, levando ao aparecimento de doenças crónicas e até à morte precoce (Boullier & Blair, 2018, p. 134).

Devido ao elevado nível de exposição a este tipo de experiências durante a infância, as crianças tornam-se mais suscetíveis a desenvolver comportamentos prejudiciais à saúde. Contudo, “mesmo em populações consideradas de risco, existem alguns indivíduos mais suscetíveis do que outros a serem afetados, nomeadamente pela emergência pluridimensional de fatores biológicos, características de personalidade, condições sócio-culturais, ou o próprio ambiente familiar” (Mota & Matos, 2008, p. 369).

Felliti *et al.* (1998) foram dos primeiros a relacionar o estado de saúde dos adultos com as experiências pessoais de abuso físico, sexual e emocional na sua infância e, conseqüentemente, o seu crescimento em CA. Um estudo realizado pelo mesmo autor, indica que nos Estados Unidos 20 a 50% dos adultos do sexo masculino e feminino têm um *background* de EAI.

Na Europa, são poucos os estudos que se destinam à análise profunda da importância e das consequências que as EAI possam causar. No entanto, existem estudos que comprovam que no geral, os maus tratos infantis na Europa prevalecem com um valor de 22,9% de abuso físico, 29,1% abuso emocional e 9,6% de abuso sexual, 16,3% negligência física e 18,4% de negligência emocional (Pedrosa, 2018, p. 4).

O impacto do stress em C/J pode constituir-se como causa direta de disfunção do desenvolvimento, podendo distinguir-se três tipos diferentes de resposta por parte das crianças mais novas: *stress* positivo, *stress* tolerável e *stress* tóxico. O último ocorre quando existe uma vivência adversa de *stress* prolongado – maus-tratos, exposição à violência ou à privação do suprimento de necessidades básicas – não havendo qualquer tipo de relação afetiva (Magalhães & Vidal-Alves, 2021, p. 41). Se a C/J é afetada por emoções negativas e privação emocional, não vai saber como responder ao *stress*.

Kalmakis & Chandler (2014, citado por Magalhães & Vidal-Alves, 2021, p. 42) definem EAI como sendo “eventos ocorridos na infância, no meio familiar ou social da C/J, que originam *stress* negativo e/ou dano e que frequentemente prejudicam o seu desenvolvimento integral, precisamente porque afetam a sua saúde física e psicológica”.

As suas consequências diferem tendo em conta as características específicas de cada um, do meio onde habitam e ainda, do tipo de relação entre a vítima e o agressor. As EAI podem ter um efeito determinante na vida de uma pessoa, sendo que para além de todos os problemas de saúde e bem-estar duradouros que possam surgir (riscos de lesões, infeções sexualmente transmissíveis, problemas de saúde materna e infantil (incluindo gravidez na adolescência, complicações na gravidez e morte fetal), envolvimento no tráfico sexual, etc.), o facto de viverem num meio com poucos recursos e racialmente segregados também faz parte no desenvolvimento de uma vida instável, causada pela existência de *stress* tóxico.

1.2.1. Consequências específicas das EAI

Tal como referido anteriormente, múltiplos estudos referem que o experienciar dos diversos maus-tratos na infância, “aumentam a probabilidade de aparecimento de comportamentos de risco para a saúde, de distúrbios da saúde mental, de perturbações crónicas da saúde e até de mortalidade precoce” (Magalhães & Vidal-Alves, 2021, p. 43).

Naturalmente, o impacto vai também afetar negativamente a família e a comunidade que coabita em conjunto com a vítima.

Antes de prosseguir, é necessário entender a importância do mecanismo *coping* no que diz respeito à vivência de EAI, sendo que este é concebido como um “conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas” (Antioniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998). Assim, a vítima tende a adotar mecanismos de *coping* como determinados comportamentos de risco – consumo de substâncias ilícitas (marijuana, cannabis, heroína, cocaína e outras drogas). Para além disso, pode também adotar comportamentos sexuais de risco que podem levar ao aparecimento de doenças sexualmente transmissíveis e/ou gravidezes precoces e indesejadas.

A nível da saúde mental, os problemas podem surgir na infância como mais tarde, na idade adulta. Podem manifestar-se através de perturbações de ansiedade, do humor e da personalidade, de doença bipolar I e II, depressão, bem como de ideação e comportamentos parassuicidários e suicidas (Magalhães & Vidal-Alves, 2021, p. 45).

As perturbações na saúde física estão também relacionadas com EAI, surgindo através do “risco acrescido de alterações do desenvolvimento pubertário, perturbações metabólicas, cardiovasculares, cerebrovasculares e respiratórias, patologia digestiva, doenças neoplásicas e autoimunes, perturbações psicossomáticas e morte prematura” (Magalhães & Vidal-Alves, 2021, p. 46).

Para evitar ou reduzir os riscos enumerados, é urgente e necessário a precocidade e qualidade de uma intervenção profissional face à situação. A importância da existência de profissionais adequados que sejam detentores de profundo conhecimento sobre a temática, é crucial para que a intervenção possa ser positiva e determinante para o bem-estar da vítima e de todos aqueles que estão ao seu redor.

Assim, a PAJE protagoniza um papel bastante importante no que toca à sensibilização e formação para a deteção e acompanhamento de casos individuais, contribuindo para a prevenção das possíveis consequências. O seu trabalho consiste, por exemplo, na criação e desenvolvimento do Projeto Escolas SITI que irá ser referido posteriormente no decorrer do relatório. Para além das escolas, a sua intervenção surge também em redor das CA, disponibilizando a informação necessária para que os técnicos (e a restante equipa) possam detetar sinais e sintomas das possíveis vítimas e ainda, entender como pode ser feita a intervenção da forma mais adequada.

É fundamental que os cuidadores que recebem as C/J “estejam capazes de acolher toda a revolta e raiva que é exteriorizada, devolvendo-lhes um meio estável de confiança, privilegiando o estabelecimento de ligações afetivas seguras” (Mota & Matos, 2008, p. 373), promovendo uma maior adaptação para que possam ultrapassar as diversidades de um trauma passado (ainda presente), potencializando a sua resiliência.

2. Acolhimento Residencial – Uma Casa, um Lar para Todos

Segundo Bastos (2014, p. 14), a institucionalização relativamente ao acolhimento de C/J é uma “medida com vista à proteção de crianças e jovens com trajetórias de vida adversas e, simultaneamente, com vista ao seu desenvolvimento pleno, procura proporcionar condições e cuidados adequados que muitas vezes o contexto familiar não oferece”

Tendo em conta a Lei 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a institucionalização pode também ser definida como “

um processo que consiste na retirada do menor do seu contexto familiar adverso e pernicioso e respetiva colocação ao cuidado de uma instituição que disponha de condições que garantam não apenas a satisfação das necessidades, como também permitam e promovam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Bastos, 2014, p.16).

No entanto, na revisão da Lei em 2015, alterou-se a designação de acolhimento institucional para acolhimento residencial, permitindo assim, um cariz mais familiar e uma intervenção mais personalizada e individual (Almeida, Fernandes & Peixoto, 2021, p. 113).

De forma a assegurar o bem-estar de C/J em perigo, o Estado procura, através de várias entidades, protegê-las a qualquer custo. No entanto, colocar uma criança no Acolhimento Residencial/Casa de Acolhimento, deve ser uma das últimas opções a ter em conta. Ao serem colocadas no acolhimento, podem sentir-se quase como aprisionadas “num local onde não escolheram estar” (Mota & Matos, 2008, p. 367).

O Acolhimento Residencial (AR) é uma medida de promoção e proteção criada de modo a promover um lugar seguro para crianças e jovens que vivem em ambientes de risco. Esta medida deveria ser apenas utilizada como uma alternativa por um curto espaço de

tempo, contudo C/J tendem a passar anos e anos “sob os cuidados residenciais, afastados, por inúmeras razões, do seio familiar” (Batista, 2013, p. 1). Segundo Alves (2007, citado por Marques, 2018, p. 15), “a medida de colocação institucional deverá constituir a última opção de intervenção social e jurídica junto de C/J em risco/perigo, aplicando-se exclusivamente quando não existem condições afetivas na família biológica, nuclear ou alargada”.

A partir do momento em que a C/J é colocada em perigo pela sua família (ou por terceiros), afetando a sua segurança, saúde e educação, não é legítimo que esta permaneça nesse ambiente. Assim, é da responsabilidade do Estado proporcionar os cuidados necessários recorrendo a vários tipos de medidas, com a maior qualidade e o mais individualizadas possível (Pacheco, 2010, citado por Batista, 2013, p. 3). A colocação deve ser feita através de uma entidade que:

disponha de instalações, equipamentos e recursos humanos, que garantam os cuidados adequados às crianças e aos jovens, com a finalidade de contribuir para a criação de condições que satisfaçam as suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais e garantindo também os seus direitos, favorecendo dessa forma a integração da criança em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Ferreira, 2017, p. 32).

Contudo, uma tomada de decisão desse nível só deve ser feita depois da C/J ser ouvida em conjunto com a sua família biológica e individualmente. Se essa mesma decisão não for aceite pelos próprios, será da responsabilidade de um Juiz tomá-la. Segundo a Política de Proteção de Crianças e Jovens criada pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ), baseando-se no 4.º artigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, 1999):

a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm o direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção e de proteção (CNPDPDJ).

No início, ir para uma Casa de Acolhimento (CA) significa ir para um lugar desconhecido, tornando-se uma experiência bastante assustadora. É importante ser explicado que o acolhimento não irá durar mais que o necessário e que será possível regressar a sua casa ou a familiares/amigos com quem tenha confiança, assim que seja seguro. Segundo Mota

& Matos (2008, p. 371), a C/J fica ao cuidado da instituição (ou tribunal), podendo manter contacto com as figuras parentais e caso sejam tomadas as medidas necessárias e a supervisão familiar, esta pode, eventualmente, voltar para a sua família (dependendo de cada caso).

Diversos autores entram em discordância no que diz respeito aos efeitos que o acolhimento pode provocar nas C/J. Para alguns, este ambiente não é considerado o melhor meio de desenvolvimento, devido a vários fatores como a falta de cuidadores para as C/J acolhidos e a escassa existência de redes de apoio social e afetivo. Para além disso, ao irem para o acolhimento, trazem consigo “sentimentos de perda, abandono e solidão, na medida em que implica o confronto com a realidade de negligência e insensibilidade parental” (Mota & Matos, 2008, p. 372). Em contraste, Arpini (2003, citado por Mota & Matos, 2008, p. 375) refere que existem vários adolescentes institucionalizados que descrevem a vivência institucional como “o melhor período das suas vidas, sendo um meio privilegiado para o estabelecimento de laços afetivos que se mantiveram ao deixar a instituição”.

De modo a assegurar a qualidade de vida de C/J acolhidos, é necessária uma equipa educativa adequada e com formação suficiente para lidar com vários tipos de situações e indivíduos. Segundo Marques (2018, p. 18), os recursos humanos são como um “pilar fundamental para garantir a operacionalização de boas práticas em todo o processo educativo e no desenvolvimento das crianças e jovens”. A equipa no seu todo deve ser constituída por uma Equipa Técnica (técnicos superiores em educação e na área da psicologia e trabalho social), Equipa Educativa (profissionais com formação na área socioeducativa e educação) e ainda, uma Equipa de Apoio (correspondendo aos serviços gerais) (Marques, 2018, p. 19).

O principal objetivo consiste em “promover o desenvolvimento integral das crianças e jovens, fomentando um ambiente familiar e saudável, onde se estabeleça uma relação de confiança, respeitando a sua individualidade, alicerçando a sua autonomia e integração social” (Gomes, 2010, citado por Marques, 2018, p. 19).

2.1. Enquadramento Histórico-Legal do Acolhimento à Criança em Portugal

Em Portugal, como no resto do mundo, existem milhares de crianças que apesar de terem uma família, sentem-se (e estão) completamente sozinhas e abandonadas, sofrendo vários

tipos de abuso, violência e negligência. Tal como referido por Gaspar (2013), “para estes menores, embora erradamente, a institucionalização costuma ser vista como um último recurso, pois a ideia de separar um filho dos progenitores e depositar a crianças num “orfanato” é por si só assustadora”.

Até aos dias em que nos encontramos, Portugal juntamente com as suas crianças e jovens, caminharam por um caminho turbulento, com bastantes complicações do início ao “fim”.

No ano de 1321, pelas ordens da Rainha Santa Isabel, é construída a primeira instituição portuguesa com o intuito de receber crianças abandonadas – Hospital de Santa Maria dos Inocentes, igualmente conhecido por Convento das Irmãs Capuchas do Real Conservatório de Nossa Senhora dos Inocentes da Ordem Terceira de São Francisco. Nove anos depois, a Rainha D. Beatriz cria, através dos mesmo ideais, o Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa. As Santas Casas da Misericórdia passaram também a desempenhar um papel bastante importante, atribuindo cuidado a crianças consideradas “enfeitadas” que depois dos 7 anos, seriam deixadas pelas suas amas ou outras instituições (Rodrigues, 2018, p. 24).

No século XV (1498), a Roda dos Expostos ou Roda dos Enfeitados surge em Portugal. A Roda era uma espécie de mecanismo que serviria para preservar “o anonimato e a confidencialidade do abandono” de recém-nascidos (Rodrigues, 2018, p. 25). A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi a primeira a implementar tal dispositivo, batizando as crianças de imediato numa pequena capela. Existiam vários motivos para o abandono das crianças, como por exemplo, “a criança ser fruto de uma relação ilegítima que devia ser escondida ou quando, por razões económicas, a família não tinha condições para criar a criança” (Leandro, 2011, citado por Rodrigues, 2018, p. 25). Apenas em 1870 se declara a extinção da Roda por todo o país.

A Casa Pia de Lisboa, fundada a 3 de julho de 1780 por Diogo Inácio de Pina Manique, desempenhou o seu papel relativamente à educação e formação destas crianças. Após os 7 anos, quando já não tinham para onde ir após serem abandonadas (de novo), estas seriam internadas em asilos para adquirirem algum tipo de formação profissional.

Já em 1834, com o objetivo “de proteger as crianças que deambulavam pelas ruas sem qualquer vigilância familiar, ficando expostas aos mais diversos riscos” (Rodrigues, 2018, p. 26), é fundado o primeiro asilo de infância desvalida e a Sociedade de Casas de Asilo de Infância Desvalida.

Durante anos, as ditas instituições de acolhimento, eram consideradas lugares “frios”, sem qualquer acompanhamento por parte dos profissionais e as C/J eram deixadas à sua vontade, onde não haveria qualquer interesse em criar projetos de vida capazes de autonomizar e emancipar jovens, muitos deles com comportamentos desviantes e incapazes de superar sozinhos. Não haveria também qualquer interesse em investir nestes espaços, de modo a torná-los mais acolhedores. Segundo Strecht (2003, citado por Pires, 2011, p.6), a realidade dessa altura era retratada da seguinte forma:

Ainda há poucos anos, e salvo raras exceções, o panorama era desolador. Centros instalados em edifícios desadequados, velhos ou antiquados, que espelhavam o crónico desinvestimento do estado nesta área. Por outro lado, percebia-se nesses locais a sua história e evolução: ora a influência da Igreja (centros em antigos conventos, por exemplo), ora a organização asilar do Estado Novo (edifícios grandes, frios e de arquitetura prisional). A pobreza dos espaços físicos mantinha e agravava o grau de privação extrema a que estes jovens estão sujeitos.

Mais de um século depois, é aprovada a Declaração dos Direitos da Criança em 1959 pela Organização das Nações Unidas (ONU) declarando que:

A criança gozará de proteção especial e deverão ser-lhe dadas oportunidades e facilidades através da lei e outros meios para o seu desenvolvimento psíquico, mental, espiritual e social num ambiente saudável e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na elaboração das leis com este propósito, o superior interesse da Criança constituirá a preocupação fundamental.

(UNICEF, 2004, citado por Gonçalves & Sani, 2013, p. 189)

Em 1962, a Lei da Proteção da Infância foi substituída pela Organização Tutelar de Menores (OTM), que reforçou o caráter protetor do direito de menores. No ano de 1979, é proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas o Ano Internacional da Criança tendo como objetivo “sensibilizar tanto os políticos como o público para as necessidades especiais das crianças” (Gonçalves & Sani, 2013, p. 189).

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) foi criado em 1983 com a missão de “contribuir para o desenvolvimento integral da criança, defendendo a promoção dos seus direitos” (Rodrigues, 2018, p. 28). Cinco anos depois, a mesma entidade cria a linha telefónica

S.O.S Criança de modo a permitir a denúncia de qualquer violação dos direitos que possam existir contra a criança.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) ratificada por Portugal em 1990, “consiste no primeiro instrumento de direito internacional a conceder força jurídica internacional aos direitos da criança” (Albuquerque, 2000, p. 26). Segundo a UNICEF (2019), a Convenção é constituída por quatro pilares fulcrais relacionados com todos os outros direitos associados às crianças:

1. A **não discriminação**, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial – todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo;
2. O **interesse superior da criança** deve ser uma consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito;
3. A **sobrevivência e desenvolvimento** sublinha a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente;
4. A **opinião da criança** que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos.

Tendo em conta o artigo 3º, nº 3 da CDC,

o funcionamento de instituições, serviços e estabelecimentos que têm crianças a seu cargo asseguram que a sua proteção seja conforme às normas fixadas pelas autoridades competentes, nomeadamente nos domínios da segurança e saúde, relativamente ao número e qualificação do seu pessoal, bem como quanto à existência de uma adequada fiscalização (UNICEF, 2004, citado por Rodrigues, 2018, p. 28).

Assim, Portugal torna-se obrigatoriamente responsável a garantir “à criança cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela, não possam ou não tenham capacidade para o fazer” (Rodrigues, 2018, p. 28).

Durante anos, o Acolhimento Residencial apenas era constituído por um cariz assistencialista. Neste ambiente, a criança não era vista como um ser individual. Os seus cuidadores é que decidiam o que seria melhor para ela, sem nunca ter em conta a sua opinião e sentimentos. A mera “proteção” existente imperava numa aprendizagem

voltada à disciplina em que eram impostos castigos físicos e uma rotina bastante rígida na sua vida quotidiana, sem qualquer tipo de liberdade.

Em 1996 e 1997, respetivamente, é criada a Comissão Nacional dos Direitos da Criança e a Rede Nacional dos Centros de Acolhimento Temporários.

Através da Lei 147/99, de 1 de Setembro, as Comissões de Proteção de Menores são substituídas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Para a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo exercer o seu efeito, considera-se: pessoa com menos de 18 anos ou pessoa com menos de 21, caso solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos; guarda de facto; situação de urgência; entidades; medida de promoção dos direitos e de proteção - a providência adotada pelas comissões de proteção de crianças e jovens ou pelos tribunais; e ainda, acordo de promoção e proteção - compromisso reduzido a escrito entre as comissões de proteção de crianças e jovens ou o tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança e o jovem com mais de 12 anos, pelo qual se estabelece um plano contendo medidas de promoção de direitos e de proteção (Lei n.º 147/99, 1999).

Surgem algumas respostas sociais referentes ao acolhimento (Tabela 1) que possibilitam a proteção das crianças e jovens em perigo, como os Centros de Acolhimento Temporário (CAT), Lares de Infância e Juventude (LIJ), Apartamentos de Autonomização (AA) e Lares Residenciais, Centros de Apoio à Vida e Lares de Apoio (Simões, 2011, citado por Rodrigues, 2018, p. 30).

Tabela 1. Respostas Sociais ao Acolhimento

<p>Centro de Acolhimento Temporário (CAT)</p>	<p>Consiste numa resposta social com o intuito de acolher urgentemente e de forma temporária crianças e jovens que se encontrem em perigo. Normalmente, o acolhimento tem duração inferior a 6 meses, dependendo das medidas de proteção que forem aplicadas. O alojamento temporário deve ser assegurado e todas as necessidades básicas das crianças e jovens devem ser atendidas. É pertinente manter a ligação com a família biológica, articulando a comunicação com outras entidades e instituições (Carvalho, 2013).</p>
--	---

<p>Lar de Infância e Juventude (LIJ)</p>	<p>Resposta social que acolhe crianças e jovens em situação de risco. Ao contrário do CAT, o LIJ apresenta um acolhimento superior a 6 meses, mantendo todas as medidas de promoção e proteção de acordo com cada caso. Para além de satisfazer as necessidades básicas das crianças e jovens, o LIJ e toda a sua equipa deve também assegurar o desenvolvimento pessoal e formação escolar e profissional de todas as crianças. Deve, sempre que possível, estabelecer contacto contínuo com a família de origem, articulando com diversas entidades competentes que promovam a matéria de Infância e Juventude, tendo em vista a autonomização de cada criança e jovem.</p>
<p>Apartamento de Autonomização (AA)</p>	<p>Resposta social destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens com idade superior aos 15 anos, através de apartamentos inseridos na comunidade local. Essa transição deve ser apoiada através da dinamização de serviços que coexistem nos espaços territoriais. Têm como objetivo o desenvolvimento pessoal, emocional e social do jovem, ensinando a viver em sociedade através da aquisição de competências que permitam potencializar a sua autonomização para uma vida independente.</p>
<p>Lares Residenciais</p>	<p>Tem como objetivo o acolhimento de jovens e adultos portadores de algum tipo de deficiência, com idade igual ou superior aos 16 anos. Acolhe indivíduos que se encontrem impedidos temporário ou definitivamente de viver/habitar no seu meio familiar. Além disso, também abrange jovens que frequentem uma estrutura de ensino ou formação profissional, cujo local não seja compatível com a sua residência.</p>

<p>Centros de Apoio à Vida</p>	<p>Também conhecidos por CAV, são respostas sociais direcionadas ao apoio e acompanhamento de mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos. Baseiam-se no atendimento, acompanhamento e sempre que necessário, no acolhimento. Visam promover o normal desenvolvimento da gravidez, o nascimento e o desenvolvimento do recém-nascido e ainda, a responsabilidade parental e autonomia da própria mulher, capacitando-a a nível pessoal, social e profissional.</p>
<p>Lares de Apoio</p>	<p>Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16-18 anos que carecem de necessidades educativas específicas, necessitando de frequentar estruturas que forneçam apoio específico, longe dos locais da sua residência (Chichorro, 1996)</p>

Já em 2007, qualquer tipo de castigo corporal a uma criança passa a ser considerado crime. Para além disso, nesse mesmo ano, surge o Plano DOM (Desafios, Oportunidade e Mudanças) com o objetivo de “equipar os LIJ de recursos humanos e condições materiais e físicas para se renovarem e modernizarem” (Rodrigues, 2018, p. 32).

O acolhimento leva a uma mudança drástica na sua atuação. As preocupações começam a ser mais centradas no bem-estar emocional e físico da criança e também relativamente às necessidades educativas específicas de cada uma. Começou-se também a investir na formação e supervisão de toda a equipa da Casa, não só da equipa técnica.

Em 2012, é criado o Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) que tem como objetivo a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, de modo a promover os direitos e proteção de crianças e jovens acolhidos e reduzir o tempo de acolhimento, tendo em conta a educação, identidade e autonomia de cada um.

Três anos depois faz-se uma segunda alteração na LPCJ, onde se preserva o superior interesse da criança, permitindo que esta participe em tudo o que lhe diz respeito, valorizando, sempre, a sua ligação afetiva com a família.

É de acrescentar que o termo “acolhimento institucional” é substituído por “acolhimento residencial” e, conseqüentemente, surgem também as “casas de acolhimento”, em vez de “instituição” (Rodrigues, 2018, p. 33), já acima mencionado pela alteração da LPCJ em 2015.

O ano 2020 foi o primeiro ano a registar o número mais baixo de sempre de C/J a iniciarem o processo de acolhimento, podendo também ser explicado pela própria situação pandémica. No entanto, pode também dever-se ao simples facto que as intervenções são cada vez mais individualizadas e entendidas, dando prioridade à própria criança, percebendo as circunstâncias de ter sido retirada à família e qual a sua relação com a mesma. O facto de, atualmente, existirem várias equipas que trabalham em simultâneo com a criança e a família, promove a redução do tempo de acolhimento ou até mesmo a entrada no próprio processo.

Para isso, as CA necessitam de abdicar de certas ideias retrógradas que impedem um possível avanço no que toca em colocar a criança em primeiro lugar. Apesar de revelarem uma maior abertura atualmente, ainda existe muito trabalho pela frente. Através da experiência de visitar várias CA, denotámos que a equipa coloca um pé atrás na simples ideia de juntar C/J do sexo masculino com o sexo feminino. Assim, a PAJE tende a surgir como um interveniente defensor da ideia, permitindo que cada vez mais Casas coloquem em prática, ajudando e apoiando a Casa a criar o próprio ambiente.

De seguida, surge uma pequena análise dos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) referentes ao acolhimento em Portugal, de modo a entender o progresso do processo de acolhimento existente no nosso país.

2.1.1. Relatório CASA

De modo a elaborar uma análise mais aprofundada da caracterização de C/J em situação de acolhimento ao longo dos últimos anos, optámos por elaborar uma breve reflexão sobre os dados indicados no Relatório CASA de 2018, 2019 e 2020 (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das C/J em Portugal (2018, 2019 e 2020)

Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das C/J em Portugal		
2018	2019	2020

C/J caracterizadas em...	9.680	9.522	9.065
Alerta de situações de perigo	3.735	4.072	3.471
Reentradas no acolhimento	225	180	111
Procedimentos de emergência	403	1.503	1.204
Em acolhimento...	7.032	7.046	6.706
Saíram da situação de acolhimento	2.648	2.476	2.359

Através da análise dos dados relativos ao decorrer destes três anos, pode-se afirmar que o número de crianças e jovens que se encontram inseridos na área do acolhimento, tem vindo a diminuir. Apesar da descida não ser muito significativa, denota-se um crescente progresso no que diz respeito à institucionalização em Portugal.

Em 2018, cerca de 7.032 C/J estavam em situação de acolhimento, em que 53% correspondiam ao sexo masculino e os restantes 47% ao sexo feminino. Mais da maioria teria entre os 12 e 17 anos de idade (cerca de 54%). Já em 2019, o número de C/J tornou-se um pouco mais elevado, correspondendo a 7.046 (mais 0,2% que o ano anterior) – 53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino. No último ano em que foram disponibilizados dados (2020), evidencia-se uma descida considerável, existindo um total de 6.706 em acolhimento, mantendo, aproximadamente, o mesmo número de percentagens relativamente ao sexo.

Contudo, o número de crianças e jovens a saírem da situação de acolhimento também tem vindo a diminuir devido à alteração legislativa em 2017, permitindo que se mantenham na Casa até aos 25 anos, caso se encontrem em processo educativo ou formativo (Relatório CASA, 2020).

Todos os anos foram avaliados no início do mês de novembro. Assim, a 1 de novembro de 2018 existiam 7.032 C/J em situação de acolhimento, a sua maior parte a receber cuidados no LIJ, cerca de 60% (Relatório CASA, 2018). No ano seguinte, os LIJ não variaram muito os seus valores, mantendo o seu lugar no que diz respeito ao maior número de C/J acolhidos. Por fim, no ano 2020, destacam-se novamente os LIJ, mas também os Lares de Infância e Juventude Especializados (Relatório CASA, 2020).

Relativamente às situações de perigo que serviram de base para processos de promoção e proteção, com a decisão de afastar as C/J das suas famílias, pode-se afirmar que 2018 (16.497) foi o ano com mais casos sinalizados e 2020 o ano com menos casos (15.403). Um detalhe a salientar em todos os relatórios remete para o facto de que o número de casos sinalizados é significativamente maior ao número de C/J acolhidos. A situação de perigo referente à negligência, tornou-se um ponto comum nos três anos. Em 2018, 71,6% dos casos retratavam negligência (Relatório CASA, 2018), no ano 2019 os valores rondam os 71%, aproximadamente (Relatório CASA, 2019) e por fim, em 2020, as percentagens mantiveram-se.

Para além dos dados já apresentados, surgiu um decréscimo de 2018 para 2020 em relação às C/J que cessaram o acolhimento. Em 2018, cerca de 2.648 saíram do acolhimento, em 2019 cerca de 2.476 e em 2020, um total de 2.359 crianças e jovens cessaram, registando-se um decréscimo de 4,7% relativamente a 2019 (Relatório CASA, 2020). Respetivamente ao último e à semelhança dos anos anteriores, 44,7% das saídas corresponderam a jovens com mais de 18 anos. É de destacar também que em todos os anos, a grande maioria que sai do acolhimento, são do sexo masculino.

O papel da PAJE nas estatísticas definidas em cada ano, é determinante e fulcral. Ao fornecer apoio às CA, promove uma melhoria no funcionamento das mesmas, permitindo que as C/J se mantenham na Casa por mais tempo e com maior qualidade e bem-estar. Para além disso, tendo em conta que a cada ano, um grande número abandona o acolhimento, o objetivo da Plataforma é essencial para promover saídas bem-sucedidas e transações favoráveis, permitindo uma inclusão social com maior estabilidade. No entanto, segundo a lei que permite os jovens ficarem até aos 25 anos na CA, caso prossigam a sua educação/formação, a PAJE fornece também apoio na procura e na escolha de possíveis percursos a tomar para manter um futuro minimamente seguro, uma entrada no mercado de trabalho menos atribulada e combater as possíveis consequências que possam surgir devido às suas histórias de vida.

Capítulo II. Plataforma PAJE: Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

1. Caracterização da Plataforma PAJE

Segundo Doutor João Pedro Gaspar, a criação da PAJE começou com a necessidade de colmatar algumas falhas que existiam no sistema, investindo num programa que tivesse em atenção os jovens que saem do acolhimento, tendo em conta que um programa deste género em Portugal “fará uma grande diferença na vida destes jovens, contribuindo para transições positivas e para a sua autonomização bem-sucedida” (Viana, 2017).

A Plataforma PAJE: Apoio a Jovens (Ex)acolhidos é uma associação sem fins lucrativos, cuja missão social é apoiar jovens que, enquanto crianças, viveram em CA (Plataforma PAJE, 2022). Após 15 anos, em contacto permanente com crianças e jovens institucionalizados e tendo em conta alguns problemas existentes como a “impreparação dos cuidadores, a reduzida instrução para a autonomização e a carência de suporte pós-saída do acolhimento” (Plataforma PAJE, 2021), nasce a Plataforma PAJE que tem como objetivo a promoção da inclusão social e o aumento das competências, “sem esquecer a melhoria nos procedimentos das Instituições, difundindo boas práticas e melhorando o perfil de saída” das crianças e dos jovens acolhidos do nosso país (Plataforma PAJE, 2022). Esta é apenas formalizada em 2016, com sede em Coimbra, mas a nível nacional. A Plataforma PAJE é constituída por uma equipa multidisciplinar com diversas vertentes que abrangem áreas como a Psicologia, a Educação, a Saúde, o Serviço Social e entre outras.

A PAJE atua em torno de três eixos: **Apoiar Jovens com Historial de Acolhimento, Melhorar o Perfil de Saída do Acolhimento e Consciencializar para a Temática.**

Em relação ao primeiro eixo, a PAJE é a única entidade que fornece apoio pós-saída aos jovens que viveram em acolhimento, sendo que a mesma apoiou e apoia cerca de 250 jovens por todo o país (na sua maioria jovens do sexo masculino).

A grande maioria dos jovens apoiados têm idade igual ou menor a 21 anos, respetivamente, com uma percentagem de 64,7%, tendo como principal contributo a ajuda em relação ao acompanhamento e/ou aconselhamento.

No geral, este primeiro eixo tem especial intervenção no apoio a situações pontuais, burocráticas, de aconselhamento e/ou acompanhamento psicológico, na procura de

emprego, apoio a nível da saúde (como por exemplo, marcar consultas) e entre outras. Através deste eixo, a equipa da PAJE estabelece um contacto mais direto com os jovens, possibilitando uma maior ligação de amizade e também a nível profissional.

O apoio pós-saída do acolhimento no seu todo é bastante escasso e insuficiente. A PAJE intervém, através do seu segundo eixo, na procura da melhoria do perfil de saída dos jovens em acolhimento. Esta intervenção ocorre através de ações de formação em CA, onde toda a equipa (técnicos, educadores e auxiliares) deve estar presente, com o objetivo de reduzir a possível existência lógica assistencialista. Para além disso, também é fornecido apoio aos jovens que se encontram em pré-autonomia, habilitando os mesmos para uma vida fora do acolhimento, onde devem ser testados relativamente às suas competências a nível da autonomia (por exemplo, através do Projeto *Semana Realizada*, referido no decorrer do presente documento). No total, ao longo dos 5 anos da PAJE, já se estabeleceu parceria com quase 10% de CA em todo o país, abrangendo mais de ¾ dos distritos.

Por fim, o terceiro eixo consiste na investigação, publicação, divulgação e sensibilização da comunidade e dos decisores para a temática do acolhimento e as dificuldades que podem surgir na inclusão social, na transição para a vida adulta. A PAJE surge como uma voz ativa que possibilita a transmissão de uma mensagem que muitos não conseguem trazer ao mundo. Destaca-se também a “importância de diferenciar positivamente jovens adultos que foram “crianças em perigo”, vítimas prematuras da família e/ou da sociedade, que levam para toda a sua vida as consequências dessas experiências” (Plataforma PAJE, 2021). Segundo Doutor João Pedro Gaspar, “nenhum jovem nasce delinvente”.

Para além de promover o objetivo da Associação junto de vários decisores políticos, a PAJE também propôs e alcançou a alteração da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, fazendo com que os jovens possam continuar na CA até aos 25 anos, tal como referido anteriormente.

Atualmente, a Plataforma propõe e luta pela alteração da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que visa a possibilidade dos jovens acolhidos poderem alterar a sua decisão de saída do Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens caso se arrependam das suas decisões e pretendam regressar ao Sistema.

2. Projetos

2.1. Ser Acolhido... para Saber Acolher

Este projeto é constituído por uma formação com duração de 35h, separada em 2 a 3 dias, tendo como público alvo os cuidadores das CA (técnicos, educadores, auxiliares e todos os intervenientes da casa). Os objetivos deste projeto consistem em dar suporte e apoiar toda a equipa da CA, dando as informações necessárias para que estes possam apoiar, ao serem apoiados simultaneamente (toda a equipa da Casa deve fazer parte da formação, sem exceção). Garantir a qualidade de promoção e desenvolvimento da autonomização dos jovens acolhidos é um ponto fulcral a ser trabalhado e promover um ambiente saudável e estável que permita o bem-estar de todos aqueles acolhidos.

2.2. (En)caminhar para a Inclusão – programa de follow-up para CA

O programa de follow-up inicia-se antes da saída do/a jovem do acolhimento, tendo em vista uma reintegração social mais segura e positiva, permitindo assim, “prolongar a missão da Casa de Acolhimento através de um novo olhar para o sujeito e contextos onde se insere” (Plataforma PAJE, 2021). É muito importante que estes jovens tenham um serviço de qualidade pois é extremamente benéfico que possuam um acompanhamento mais definido e estruturado possível, para que a sua integração na sociedade seja feita sem grandes “solavancos”. É necessário uma equipa capaz que acompanhe e apoie os jovens inseridos no programa, promovendo a independência, autonomização e aumentar a resiliência no que diz respeito às escolhas de vida, responsabilidades e vida adulta.

2.3. Um Jeito Feliz de (Ha)Ver a Vida

Para estes/as jovens é pertinente consciencializa-los/as para os desafios que a vida adulta e autónoma possam ter, daí a necessidade de desenvolver competências funcionais, psicológicas e sociais, e estratégias de resolução de problemas que lhes poderão ser úteis no seu dia-a-dia. A Plataforma PAJE “propõe uma intervenção com jovens em pré-autonomia que pretende promover transições favoráveis, sensibilizá-los para a vida pós-acolhimento, promovendo o conhecimento pessoal para uma inclusão bem-sucedida como cidadão ativo” (Plataforma PAJE, 2021). A intervenção passa por sensibilizar os/as jovens relativamente às dificuldades vivenciadas pós-acolhimento e estabelecer

estratégias que diminuam o choque de transição e promovam uma inclusão na sociedade bem-sucedida.

2.4. Semana (Real)izada

Este projeto tem especial enfoque nos/as jovens que procuram o caminho para a emancipação, mas infelizmente, não possuem, ainda, “projetos de vida realistas ou exequíveis” (Plataforma PAJE, 2021), tendo “limitações de competências de autonomia e com falta de apoio de retaguarda após a saída das Casas de Acolhimento” (Plataforma PAJE, 2021).

O projeto tem a duração de uma semana, num espaço arrendado pela PAJE em Coimbra, em que jovens com idade igual ou superior a 18 anos, vivenciam um ambiente e situações de uma vida autónoma fora da CA, de forma a sensibilizá-los/as para a realidade que é o pós-acolhimento, testando simultaneamente as suas competências de autonomização. Durante toda essa semana, é realizado um *follow-up* constante.

2.5. A “Pajear” por Coimbra

Jovens de diferentes CA de várias zonas do país, juntam-se em Coimbra, num pequeno Encontro, para conhecerem a Plataforma e a cidade Coimbra, num ambiente de animação e empatia e, onde são proporcionados também momentos de reflexão sobre os desafios relativos à vida destes jovens, simultaneamente promovendo projetos futuros e escolhas a fazer enquanto adolescentes e na vida adulta.

3. Principais eventos promovidos pela PAJE

3.1. I Jornadas Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

Realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, tendo como tema “Vivenciar, Partilhar, Sorrir”. Teve como objetivo a divulgação e partilha de testemunhos e boas práticas no Acolhimento Residencial.

3.2. I Encontro Nacional de Jovens (Ex)acolhidos

O Auditório da Coimbra Business School realizou este encontro que contou com cerca de 400 participantes, representando 12 distritos e mais de 30 CA. Vários jovens tiveram a oportunidade de partilhar a sua experiência de vida no acolhimento e tiveram também a “presença”, por vídeo, de algumas figuras públicas ex-acolhidas, como o ator Luís Aleluia e o jogador de futebol Éder.

3.3. I Encontro de Cuidadores de Casas de Acolhimento

Tendo como tema “Todos somos Educadores – Papel e Importância dos Vários Ofícios”, este encontro realizou-se no ISCAC, contando com a presença de 200 participantes vindos de várias CA. A Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, também enviou, através de uma mensagem, o seu incentivo e apoio a este encontro e a todos os presentes.

3.4. Desafios da Direção Técnica no Acolhimento

Seminário realizado *online*, onde estiveram presentes Diretores Técnicos de várias CA. A temática abordada gerou momentos de discussão, partilha e reflexão.

3.5. O que passa na infância, não fica na infância

Seminário dirigido a profissionais da área da infância, como Professores, Educadores, Psicólogos, Animadores, Assistentes sociais, etc., mas também direcionado a Estudantes, Pais e aberto à comunidade em geral.

3.6. Dia do Acolhimento

Em 2021, a PAJE decide comemorar, pela primeira vez em Portugal, o Dia do Acolhimento que se celebra a 18 de fevereiro.

Este dia é uma oportunidade para toda a comunidade se unir na celebração dos Direitos e da resiliência das crianças e jovens, das suas histórias e conquistas. A celebração foi feita através de um evento online que contou com a participação de quase 150 pessoas, entre elas o testemunho de vários jovens com historial de acolhimento e ainda, várias entidades ligadas à área do acolhimento e dos jovens em risco em Portugal.

Um dos objetivos deste evento consistiu em desafiar as Casas a criar uma Assembleia de Jovens, para que estes possam discutir e refletir sobre vários assuntos que lhes interesse.

3.7. I Encontro de Técnicos de Casas de Acolhimento

De forma a contribuir para a qualidade do Acolhimento em Portugal, vários elementos das equipas técnicas foram convidados a estarem presentes, de forma presencial, no dia 7 de abril de 2022 no *I Encontro de Técnicos de Casas de Acolhimento – O Equilíbrio entre o Saber e o Sentir*, na Fundação Bissaya Barreto, em Coimbra. O Encontro durou o dia todo, tendo a presença de vários oradores de renome da área do Acolhimento, especialmente em relação ao Acolhimento Residencial (Anexo I).

4. Diagnóstico Organizacional e Análise das Necessidades da PAJE

A Plataforma PAJE tem como missão a melhoria do perfil de saída do acolhimento e atua através de várias atividades pertinentes, de modo intervir na vida de jovens (maiores de idade) que possuem um percurso de acolhimento e veem na PAJE um apoio no seu processo de autonomização, transição para a vida adulta e integração na sociedade. Geralmente, estes/as jovens apresentam défice nas competências sociais, cognitivas e profissionais, necessitando assim, do maior apoio possível.

Como qualquer Associação, a PAJE segue alguns objetivos, tendo como principais:

- Apoiar e acompanhar jovens adultos/as ex-acolhidos/as, estimulando e potenciando as suas competências individuais, integrando-os na sociedade através de apoio multidisciplinar, de ações de formação social e profissional;
- Realizar ações de formação e sensibilização no sentido de promover a autonomização dos/as jovens e melhorar procedimentos no período de acolhimento;
- Realizar estudos e desenvolver projetos de investigação com o objetivo de conhecer a realidade atual no domínio do acolhimento residencial, da inclusão social e da autonomização de jovens ex-acolhidos/as;
- Realizar atividades de carácter científico, social e cultural sobre temas dentro da atividade da associação. Assim, PAJE assume como missão, a melhoria do perfil de saída do acolhimento.

Por fim, esta diferencia-se das outras entidades por ser considerada uma forma de mecanismo que acompanha os jovens no pós-institucionalização, algo que é inovador em Portugal sendo que o nosso país é marcado pela inexistência de apoio por parte do Estado que apenas prevê o apoio até aos 21 anos (ou 25, em casos excepcionais). Pode-se afirmar, que a Plataforma PAJE presta um serviço totalmente diferenciado a nível nacional.

4.1. Análise SWOT

Tabela 3. Análise SWOT

Pontos Fortes (<i>Strengths</i>)	Pontos Fracos (<i>Weaknesses</i>)
<p>Equipa altamente especializada: A equipa é reduzida, no entanto, não deixa de ter um nível bastante elevado de conhecimentos e experiência nas diversas áreas que possam ser relevantes na intervenção e atuação da PAJE;</p>	<p>Poucos recursos financeiros: A debilidade financeira é uma das principais características da PAJE;</p>
<p>Reconhecimento externo: A Plataforma tem possuído um bom reconhecimento por parte de agentes públicos e CA. Além disso, os jovens que já passaram pela PAJE revelam uma elevada confiança nos serviços prestados.</p>	<p>Fracas instalações físicas O contentor, onde a PAJE exerce a sua atividade, não apresenta as condições necessárias para os colaboradores e para os jovens;</p>
<p>Localização: A Associação localiza-se num local de fácil acesso, facilitando a sua intervenção a nível nacional;</p>	<p>Ausência de processos e procedimentos formais: Salvo raras exceções, a PAJE não tem implementados quaisquer processos ou procedimentos formais.</p>
<p>Cooperação interinstitucional: A Plataforma apoia-se na cooperação interinstitucional como estratégia de crescimento, promovendo uma sustentabilidade a médio e longo-prazo;</p>	<p>Inexistência de mecanismos de marketing: A Associação não tem definida uma estratégia de marketing, o que pode dificultar o acesso por parte de jovens de localizações mais distantes à Associação, bem como o aumento da sua visibilidade e credibilidade;</p>
Oportunidades (<i>Opportunities</i>)	Ameaças (<i>Threats</i>)

<p>Apoio governamental: A possibilidade de a PAJE vir a ser apoiada financeiramente pela Segurança Social é uma oportunidade para a associação suprir necessidades imediatas, aumentar o número de jovens apoiados e melhorar os serviços prestados. Encontra-se em fase de avaliação a possibilidade de a associação vir a ter o estatuto de IPSS;</p>	<p>Impossibilidade de angariação de apoios: Apenas assegurando a origem de fundos necessária à manutenção e crescimento da atividade a associação conseguirá a sustentabilidade necessária à sua existência.</p>
<p>Aumento da sensibilidade para o problema: Tem vindo a crescer a sensibilidade das instituições para a necessidade de melhor preparar os jovens acolhidos para o seu processo de autonomização.</p>	<p>Resistência das instituições de acolhimento em reconhecer a atividade da PAJE como necessária: Um dos mecanismos mais frequentemente usados pela PAJE no apoio aos jovens passa pela sensibilização dentro das instituições de acolhimento. A sua resistência em assumir esta intervenção como necessária pode constituir algum grau de ameaça à PAJE.</p>

5. Estágio Curricular - Outros Projetos e Atividades de Formação

De modo a avaliar o estágio curricular, foi realizada uma heteroavaliação pelo orientador da Plataforma PAJE, Doutor João Pedro Gaspar. Essa avaliação foi realizada através de uma grelha de avaliação de competências transversais, fornecida através do Conselho Pedagógico da FPCEUC. Junto à grelha, segue uma descrição breve relativamente ao decorrer do percurso de estágio (Anexo II).

De modo a entender melhor as atividades e tarefas exercidas ao longo do estágio, segue-se um cronograma com as atividades e respetivas datas (Tabela 4). De seguida, as atividades que permitiram um maior desenvolvimento de competências e habilidades, são descritas detalhadamente e individualmente.

Tabela 4. Cronograma das Atividades na Plataforma PAJE

Atividades	Cronograma das Atividades na Plataforma PAJE									
	2021				2022					
	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Manual UFCD sobre os Comportamentos Disfuncionais na Criança e no Jovem										
Webinar “International Training school on Problematic Usage of the Internet in a changing society”										

Decoração do espaço da Plataforma PAJE										
Formação à equipa na Casa da Estrela, Lisboa										
Formação à equipa no Colégio Barão de Nova Sintra, Porto										
Projeto Escola SITI: Agrupamento de Escolas Miranda do Corvo										
Newsletter da PAJE – “Saída do Acolhimento...” (Anexo III)										
Encontro da Rede Social de Coimbra										
Elaboração dos materiais para a decoração da PAJE										
Análise e tradução do livro “I Congresso Internacional de Educação e Jovens em Dificuldade Social em Transição para a Vida Adulta”										
Criação de um <i>Google Scholar</i>										
Construção do CV para jovens ex-acolhidos										
Formação: Projeto 12 – Justiça para as Crianças										
Webinar “Casas de Acolhimentos e os seus Heróis”										
Análise dos questionários de Perceção de Crianças e Jovens em AR										
Projeto <i>Voar para a Autonomia</i> , no Colégio Barão de Nova Sintra										
Projeto <i>Voar para a Autonomia</i> , no Centro Social Paroquial de Recardães										
“I Encontro de Técnicos de Casas de Acolhimento”										
Projeto <i>Voar para a Autonomia</i> , no CAT e LIJ do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho										
Sessão “Atividade de educação e formação em contexto de Estágio Curricular”										

O plano de estágio curricular na Plataforma PAJE, surge desde a leitura e análise de artigos e preparação de PowerPoints para disseminar informação em futuros encontros, eventos ou formações; até à intervenção mais direta com os jovens, como na ajuda e apoio da sua inserção profissional e também, na intervenção nas próprias CA.

Os seguintes pontos, caracterizam, de um modo mais geral, as atividades realizadas durante o estágio:

- **Criação de um Manual para uma UFCD**

No início do estágio foi elaborado um manual para uma Unidade de Formação de Curta Duração, tendo como principal tema os *Comportamentos Disfuncionais nas Crianças e nos Jovens*.

Ao longo da construção deste manual, colocámos em prática os conhecimentos de escrita, de como elaborar um relatório de maneira mais formal e científica e ainda, dar uso às competências adquiridas nas várias unidades curriculares (UC) lecionadas longo dos anos de licenciatura e mestrado, dando ênfase à UC da Doutora Professora Filomena Gaspar - Intervenção Socioeducativa com Crianças, Jovens e Famílias.

- **Projeto Voar para a Autonomia**

O Projeto *Voar para a Autonomia* tem em conta diversos princípios relacionados com a colaboração institucional, capacitação e empoderamento com o intuito de promover a autonomia e desenvolvimento de vida a nível pessoal, profissional e socioemocional de jovens em acolhimento residencial.

As estratégias deste projeto incidem na capacitação de jovens em pré-autonomia, baseando-se numa metodologia definida por duas componentes: a) empoderamento dos cidadãos; e b) o reforço da sociedade civil. Neste âmbito, a capacitação destes jovens tem como finalidade aumentar a sua autonomização e ainda, a capacidade de estes se organizarem de modo a promover o seu envolvimento com organizações sociais que possam amparar a sua saída do acolhimento.

Uma das ideias primordiais do projeto consiste em informar os jovens sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos ativos e na construção dos próprios Projetos de Promoção e Proteção (anteriormente designados Projetos de Vida).

Durante o projeto os jovens possuem toda a liberdade e oportunidade para manifestarem as suas opiniões, dando sempre lugar para que isso aconteça, facilitando-lhes a comunicação e concebendo espaços onde eles o possam fazer e serem ouvidos.

Assim, os principais objetivos do projeto que visam aplicar programas socioeducativos a jovens em acolhimento residencial, são os seguintes (Plataforma PAJE, 2022):

- Sensibilizar os jovens para a importância da preparação para a vida pós-acolhimento, incrementando a sua autonomia emocional;

- Desenvolver competências necessárias para a transição para a vida adulta, fora do acolhimento;
- Potenciar uma experiência em contexto real, colocando de forma transitória os jovens num ambiente e situação análoga à de uma vida independente, fora da CA;
- Permitir que depois da experiência, os jovens consigam definir uma estratégia e um projeto de vida exequível a curto e a longo prazo, particularmente para quando se der a saída da casa;
- Capacitar os voluntários da entidade promotora, para a melhoria organizacional.

Este compreende ainda três fases, sendo constituídas por diversas atividades e dinâmicas entre todos:

Fase 1 – Consiste em intervenções nas próprias CA com jovens em pré-autonomia, sendo sensibilizados para a vida fora da Casa e ainda, promover o conhecimento pessoal dos mesmos para não tornar a saída do Acolhimento uma tarefa tão difícil e assustadora. Nesta fase, existem cerca de 3 sessões onde serão aplicados materiais psicopedagógicos específicos desenvolvidos pela PAJE, estratégias de resolução de problemas que lhes poderão ser úteis no seu dia-a-dia e o treino para a decisão (Plataforma PAJE, 2022).

Fase 2 – Nesta fase, os jovens terão a oportunidade de se deslocarem à cidade de Coimbra para experienciar um dia fora do contexto do acolhimento, com o acompanhamento da PAJE. Durante esse dia, jovens de duas Casas diferentes irão participar em atividades socioeducativas, dinâmicas de grupo e partilha de experiências.

Fase 3 – Terceira e última fase, alguns jovens irão deslocar-se mais uma vez a Coimbra e serão colocados num ambiente e situação de vida autónoma, testando, simultaneamente, as suas competências e capacidades de autonomização. O jovem terá direito a alojamento e a um orçamento, tendo que “sobreviver” durante 1 semana com essas condições. No final da semana, o jovem deve entender o que deseja para o seu projeto de vida, através de ideias realistas e exequíveis.

Felizmente, através do estágio curricular na PAJE, tivemos o prazer de participar em alguns momentos deste projeto. Primeiro que tudo, o facto de estarmos presentes num projeto destes, traz consigo um novo olhar sobre os jovens acolhidos, dos quais antes desconhecíamos. É de facto uma oportunidade bastante gratificante, onde é possível crescer enquanto pessoa e profissional.

Juntamente com a Doutora Fernanda e mais tarde, com a psicóloga Vânia Pires, marcámos presença em diversas Casas que fazem parceria com a PAJE neste projeto. Dentro das seis Casas presentes no acordo, surgiu a oportunidade de estarmos com os jovens em três destas, mais que uma vez.

As sessões nessas Casas foram bastante dinâmicas e apelativas tanto para nós, como para os jovens. A maior parte deles mostraram-se interessados e com ótimas intenções em relação ao seu futuro fora da Casa onde estão acolhidos. Com a sua participação, foram realizadas diversas dinâmicas individuais, de grupo, partilhas de experiências (tanto deles, como nossas), visualização de pequenos vídeos e ainda, pequenos jogos – todas estas estratégias com o intuito de motivar e sensibilizar os jovens a seguir o melhor caminho fora do contexto de acolhimento (Anexo IV).

Foi muitíssimo interessante observar e ouvir as diversas opiniões dos jovens, sendo que muitos deles pareciam viver num mundo à parte e infelizmente, não tinham a total noção do que é a realidade fora da Casa.

- **Tradução de artigos/relatórios e análise das ideias principais**

Durante vários momentos do estágio foram analisados e traduzidos diversos documentos dentro da temática do acolhimento, mais propriamente do pós-acolhimento. De seguida, segue-se uma lista de alguns artigos/relatórios que foram examinados detalhadamente, todos eles em Inglês:

- a) *International conversations, self-reliance and social support in emerging adults transitioning from out-of-home care: An interpretative phenomenological study* – um estudo qualitativo que aborda a transição destes jovens para fora do acolhimento e a sua ligação enquanto cidadãos autossuficientes e os apoios sociais existentes.
- b) *I Congreso Internacional De Educación Y Jóvenes En Dificultad Social En Transición A La Vida Adulta* – documento sobre o Congresso referido onde foi resumido todas as temáticas abordadas por diferentes oradores, tendo um total de 227 páginas e 89 capítulos. Talvez tenha sido o documento que demorou mais tempo a finalizar devido à sua extensão e porque foi necessário fazer uma segunda análise para aprofundar algumas questões.

- c) *Conceptual Framework for Measuring Outcomes of Adolescent Participation* – documento da UNICEF acerca dos direitos dos jovens e a importância da sua participação nas diferentes temáticas que os envolvem, como o desenvolvimento de capacidades, proteção e empoderamento.
- d) *Better Data for Better Child Protection Systems in Europe: Mapping How Data on Children in Alternative Care are Collected, Analysed and Published Across 28 European Countries (Technical Report of the DataCare project)* – relatório com parceria entre a Eurochild e a UNICEF (Europa e Ásia Central) sobre dados de 28 países diferentes da Europa sobre crianças e jovens em acolhimento.
- e) *The Housing Pathways and Experiences of Aboriginal and Torres Strait Islander Youth as They Transition from out of Home Care in Victoria and Western Australia* – estudo baseado em entrevistas com 10 jovens aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres onde foram examinados as suas experiências de transição e resultados em relação ao acesso a habitações estáveis e acessíveis.
- f) *The EU Strategy on the Rights of the Child and the European Child Guarantee – Evidence-Based Recommendations for Alternative Care* – este estudo analisa e mostra as evidências de como progredir a implementação do projeto Estratégia e Garantia relativamente aos cuidados alternativos em Portugal.

- **Elaboração do *Curriculum Vitae***

O *Curriculum Vitae* é um elemento imprescindível para quem pretende adquirir um determinado emprego. Infelizmente, existe um grupo particular de jovens ex-acolhidos (e ainda acolhidos) que desconhecem, de todo, a forma correta de elaborar um currículo.

Uma das atividades realizada no estágio consistiu no suporte e ajuda a jovens que recorreram à oferta de apoio da PAJE para conseguirem criar o seu próprio currículo e logo, candidatarem-se a um possível emprego. As informações que estes traziam sobre como realizar a sua elaboração eram, de certa forma, completamente desapropriadas – devido ao conhecimento (ou *desconhecimento*) que obtiveram durante a sua preparação para a vida fora do acolhimento.

Através da pesquisa autónoma e diversas aprendizagens no *Seminário de Profissionalidade em Educação e Formação* lecionado pela Professora Doutora Maria Rosário Pinheiro, ensinámos, apoiamos e adaptámos os conhecimentos de modo a educar os jovens que nos chegaram com dificuldades.

Após a sua concretização do Currículo, quase todos conseguiram arranjar emprego, limitando os possíveis riscos que surgiriam devido ao desemprego na vida destes jovens.

▪ **Análise das respostas aos questionários sobre a Perceção de C/J em AR**

Tendo sempre em conta o bem estar da C/J, tornou-se pertinente dar continuidade ao estudo (criado pela PAJE) sobre a perceção das C/J relativamente ao seu bem-estar nas suas respetivas CA. No total, foram inquiridas 5 Casas contando com a participação de 92 C/J, como diferentes idades e sexo.

O estudo teve uma duração de 4 meses (fevereiro a maio) e irá ser referido no decorrer do presente documento, mais precisamente no Capítulo III, onde serão relatados todos os detalhes, procedimentos, resultados e conclusões sobre a sua análise.

▪ **I Encontro de Técnicos de Casas de Acolhimento**

Tal como referido, este Encontro destinou-se à participação de vários elementos das equipas técnicas das CA em Portugal, no qual tiveram a oportunidade de discutir diversos temas de interesse comum.

Um evento como este envolve várias pessoas durante a sua organização, preparação e ainda na participação no próprio dia. Para que este se torne um sucesso, é necessário criar certas medidas de modo a que os objetivos pretendidos sejam alcançados.

A organização e gestão de tempo foram habilidades que permitiram atuar de forma mais precisa durante o decorrer do evento. Desta forma, conseguiu-se priorizar certas situações em detrimento de outras, organizando as várias tarefas que foram atribuídas, para que não ficasse nada por resolver ou fazer.

Apesar da experiência reduzida, antecipar possíveis problemas e preparar alternativas foi uma ótima maneira de promover o sucesso organização do evento.

Ser uma pessoa sociável e extrovertida tem pontos a seu favor e, enquanto *Staff* da organização do evento, torna-se fulcral estabelecer um bom relacionamento com as pessoas, saber estar, ouvir e fazer-se entender e entender os outros. Principalmente no momento da receção, é imprescindível demonstrar afeto e um bom sorriso aos participantes para uma boa primeira impressão e para que se sintam à vontade e integrados no ambiente.

A participação consistiu também no apoio administrativo (secretaria) no decorrer do evento, onde foram desempenhadas tarefas como a receção aos convidados, esclarecimento de possíveis dúvidas, encaminhamento dos participantes aos seus lugares, efetuar novas inscrições, entregar os diversos materiais (elaborados anteriormente) e fornecer apoio aos palestrantes.

A organização da mesa dos oradores foi uma grande responsabilidade, tal como a decoração da mesa do painel e ainda, a substituição das placas identificativas dos palestrantes à medida que o programa avançava.

A participação no evento foi uma experiência que para além de fantástica devido à qualidade e diversidade dos oradores/palestrantes que permitiram aprofundar o conhecimento através dos temas que foram surgindo durante os debates, foi também uma oportunidade de adquirir e potencializar possíveis habilidades que permitem uma melhor inserção profissional no mercado de trabalho e na área do Acolhimento.

▪ **Atividade de educação e formação em contexto de Estágio Curricular**

No passado dia 26 de abril de 2022, a pedido da Doutora Professora Maria da Piedade Vaz Rebelo, foi dinamizada uma sessão intitulada “Atividade de educação e formação em contexto de Estágio Curricular” na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, no âmbito das atividades da unidade curricular de Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social da Licenciatura em Ciências da Educação, respetivamente aos alunos do 3^a ano.

A sessão foi dinamizada através da apresentação de conteúdos em formato PowerPoint, onde foi possível transmitir e refletir sobre os conhecimentos adquiridos e atividades realizadas ao longo do período de estágio na Plataforma PAJE. Os alunos presentes mostraram-se bastante interessados, colocando várias questões pertinentes e ainda,

surgiram algumas solicitações de ajuda referentes aos possíveis Projetos de Intervenção que estes estivessem a realizar durante a sua Unidade de Observação e Intervenção.

▪ **Formação às equipas das Casas de Acolhimento**

Para que a CA e as C/J possam usufruir do seu bem-estar e qualidade de vida, é necessário que os adultos responsáveis – técnicos, cuidadores, educadores e a restante equipa da Casa – possuam uma dimensão ética, política e técnica. Os profissionais que trabalham em CA “têm o dever de cuidar das C/J com afetividade, e a intervenção neste contexto deve privilegiar a individualização dos cuidados à C/J” (Magalhães, Silva, Ornelas & Calheiros, 2021, p. 271).

A partir do seu segundo eixo, que promove a melhoria do perfil de saída dos jovens em acolhimento, a PAJE dinamiza ações de formação nas diferentes CA do país, com o intuito de desenvolver os conhecimentos de toda a equipa e criar novas práticas na intervenção direta, tanto individual como conjunta, às C/J das suas respetivas Casas.

A formação “Ser Acolhido para Saber Acolher” possui uma carga horária de 35h, sendo destinada a qualquer funcionário da CA.

O plano de sessão consiste em:

- Promover a prática reflexiva;
- Fomentar o espírito de equipa;
- Promover a comunicação saudável e favorável;
- Promover as boas práticas emocionais que facilitem as relações;
- Dotar os cuidadores de ferramentas emocionais;
- Garantir a qualidade de autonomização dos jovens (pré-autonomização);
- Reconhecer que todos os cuidadores têm um papel fundamental a desenvolver na Casa, relativamente à preparação emocional, física e psicológica dos jovens.

Todo o decorrer das diferentes sessões é realizado através da exposição e demonstração de conteúdos, várias dinâmicas e ainda, simulações e jogos psicoeducativos.

▪ **Projeto Escolas SITI**

O Projeto Escolas SITI – Escolas Sensibilizadas para a Importância dos Traumas na Infância, tem como objetivos sensibilizar toda a comunidade educativa para as consequências das EAI e ainda, potencializar o papel da Escola e dos seus recursos, enquanto entidade competente de intervenção em conjunto com o Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Em cada escola, são realizadas um total de três sessões (duas para os professores, pessoal não docente, pais/encarregados de educação, etc., e uma para jovens alunos com idades superiores a 14 anos).

A intervenção enquanto estagiária incidiu na criação dos PowerPoints das referidas sessões, na preparação dos materiais (*flyers* e recursos para realizar dinâmicas) e ainda, na presença e acompanhamento da PAJE às sessões (Anexo V).

Capítulo III. Perceção de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial

1. Contextualização teórica e objetivos

Ao longo do relatório foi referida, várias vezes, a importância e as consequências (tanto positivas, como negativas) que o acolhimento pode ter na vida das crianças e jovens acolhidos/as. Assim, aproveitando os vários protocolos que a PAJE possui com diferentes CA em Portugal, decidiu-se fazer-se uma análise aprofundada relativamente à perceção que C/J têm da Casa onde estão acolhidos/as.

De seguida, é apresentado o estudo desenvolvido, nomeadamente a fundamentação teórica da temática do estudo, a metodologia utilizada e os resultados obtidos.

1.2. Relação entre Profissionais e Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial

Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática.

Paulo Freire

Gabriela Portugal (1999, citado por Mourinha, 2020, p. 31), indica que a rotina representa um papel importante no que toca à promoção do desenvolvimento e aprendizagem das crianças. C/J que vivem “em ambientes previsíveis e estimulantes, com rotinas saudáveis, apresentam melhores resultados de desenvolvimento” (Pimentel, 2021, p. 257).

Para que a C/J se possa desenvolver, esse tipo de rotina e estabilidade como o bem-estar devem coexistir e para isso é importante que a equipa mantenha a Casa um lugar seguro e capaz de acolher todas as crianças e jovens que batem à porta com uma “mochila cheia de ‘pedras’ (sendo que) essa mochila não pode ficar à porta” (Pimentel, 2021, p. 257).

A convivência e comunicação com estas crianças pode não ser uma tarefa fácil, sendo que ao serem acolhidas já trazem consigo trajetórias de vida delicadas e a sua integração no acolhimento não é um processo acessível, esperando-se que resistam a qualquer tentativa de ordem por outros. E para além disso, normalmente, a CA é “um meio fechado

ao exterior, tem rotinas e normas mais rígidas e não reforça ou elogia os comportamentos dos jovens” (Ferreira, 2017, p. 33) – tornando mais difícil a estabilidade e bem-estar do meio onde vivem.

No entanto, com o decorrer do tempo e o estabelecimento de relações seguras, os receios começam por desvanecer, as barreiras caem e começam a permitir a entrada de outros nas suas vidas, mas só o farão se se sentirem seguros pois já tiveram experiências traumatizantes devido a desilusões por outros adultos.

Pimentel (2021, p. 259), refere que “as C/J que mantêm um relacionamento afetivo estável e de confiança com um cuidador mostram-se mais capazes de suportar e lidar com os efeitos provocados por experiências traumáticas anteriores”. A mesma autora (p. 259) indica também alguns fatores externos que funcionam como protetores e devem ser tido em conta para criar um ambiente saudável numa CA:

1. “As relações de afeto, ou seja, os cuidadores devem ser capazes de olhar através do comportamento da C/J e compreender as suas reais necessidades”;
2. “Acreditar na C/J, transmitir confiança e expectativas positivas”;
3. “Ouvir a C/J, dar-lhe a oportunidade de participar nas atividades e contribuir para o planeamento da casa de acolhimento”.

Anglin (2002, citado por Santos, 2016) indica que o termo utilizado para aqueles que trabalham no acolhimento tem sido alterado ao longo do tempo, no entanto, nos dias de hoje, a terminologia utilizada é a de cuidador – *aquele que cuida das dores*. Além dos cuidados básicos que devem ser disponibilizados às C/J, cabe também ao educador prestar auxílio e contribuir para o fortalecimento e construção da própria entidade da criança ou adolescente, colocando de lado a ideia de que esta se encontra fora do seu meio familiar.

O cuidador não é apenas alguém que pertence à equipa técnica, mas sim todos aqueles que prestam serviço de acolhimento, como a equipa educativa, auxiliares (cozinheiros, porteiros, etc.). O papel de todos não é determinado pela sua função, vai muito além do cumprimento das características específicas do seu cargo. Todos devem participar de igual forma na vida destas crianças, nunca desvalorizando o papel de cada um. Pode haver algo que o/a senhor/a das limpezas experienciou com um jovem, que a equipa educativa não tenha presenciado e desconheça tal informação. Dentro da Casa, deve ser feito um trabalho de equipa, formando uma pequena (grande) família, baseando-se em valores morais com uma boa comunicação, empatia e respeito pelo outro.

Tendo em conta a análise feita por Magalhães, Silva, Ornelas & Calheiros (2021, p. 272) presente no livro “Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo – Conceitos, Prática e Intervenção”, um profissional em AR deve ser capaz de:

1. “Procurar treino e formação adequada, atualizada e fiável, para melhor responderem aos desafios e necessidades das C/J em acolhimento residencial”;
2. “Se envolverem em processos de supervisão sistemática que permitam uma monitorização recorrente do seu desempenho”;
3. “Estabelecer relações empáticas, nomeadamente, ouvindo adequadamente as C/J e identificando sinais indicativos das suas necessidades (...)”;
4. “Proporcionar um ambiente relacional de confiança que permita às C/J identificar os profissionais como fontes securizantes, recorrendo ao seu suporte particularmente em situações de especial vulnerabilidade e *stress*”;
5. “Estabelecer padrões de comunicação transparentes e adequados do ponto de vista desenvolvimental, que permitam às C/J compreender a intervenção e sentirem-se envolvidos nos diferentes processos de tomada de decisão”;
- 6. “Promover a participação das C/J, considerando a sua avaliação do(s) que recebem, nomeadamente ao nível dos recursos físicos, do respeito pelos seus direitos, das relações e da integração na comunidade”;**
7. “Reconhecer o papel do seu comportamento enquanto modelo da relação, recorrendo a estratégias positivas de resolução de conflitos, com e entre as C/J, evitando o recurso a estratégias coercivas que são contraproducentes em C/J em risco”;
8. “Desenvolver práticas profissionais que atendam às necessidades individuais das C/J, evitando abordagens do tipo *one size fits all*”.

Assim, e não desvalorizando os outros pontos, destacamos o ponto 6 onde se refere que é importante promover a participação das C/J na opinião e perceção que estas têm em relação à Casa onde estão acolhidas.

Carvalho (2006, citado por Marques, 2018, p. 1) define o conceito de participação como a “possibilidade de tomar parte, voluntária e responsável, nos processos de decisão em que se está envolvido e que se pretende influenciar ou para os quais pretendemos contribuir de algum modo”. Tendo em conta a CDC (criada em 1989), através do seu

artigo 12.º, a criança possui a liberdade de opinar sobre assuntos que as afetam e as suas considerações e opiniões devem ser sempre ouvidas.

É importante remover qualquer tipo de entrave que impeça a participação da C/J na CA. Não basta apenas focar nas suas necessidades básicas, mas sim valorizar também a sua identidade, individualidade e valorizar cada C/J relativamente à sua participação. Só assim é possível construir e desenvolver uma CA que se adeque e sirva as necessidades individuais, respeitando sempre os direitos de cada um, promovendo um acolhimento de qualidade (UNGA, 2010, citado por Rodrigues, 2018, p. 42).

A seguinte investigação destaca-se pela sua particularidade, sendo que existem poucas entidades e/ou associações que se “preocupem” em conhecer e sensibilizar a opinião dos jovens em AR, reconhecendo as suas queixas e apreciações em relação às suas Casas, promovendo uma maior qualidade de serviços e bem-estar na CA.

2. Metodologia

O objetivo geral do estudo consiste em conhecer, através de várias categorias, o bem-estar da rotina diária de C/J na Casa onde estão acolhidos.

Como objetivos específicos, definem-se os seguintes:

- Identificar quais as áreas com melhores e piores resultados em cada CA;
- Comparar os resultados de respostas positivas obtidos de cada Casa com a média total de respostas positivas das cinco CA;
- Diferenciar os resultados obtidos por cada CA através de tabelas e figuras.

2.1. Participantes

O estudo em questão contou com a participação de **92 C/J** que integram as várias CA inquiridas. Sendo que as mesmas não podem ser divulgadas, passaremos a denominá-las, individualmente, por Casa A, Casa B, Casa C, Casa D e Casa E.

Tabela 5. Sexo das Crianças e Jovens participantes no questionário

	Sexo Masculino	Sexo Feminino	(Sem Resposta)	TOTAL
Casa A	0	13	2	15
Casa B	25	0	1	26

Casa C	0	20	0	20
Casa D	6	9	1	16
Casa E	15	0	0	15
TOTAL	46	42	4	92

Ao total, foram inquiridos 46 C/J do sexo masculino e 42 C/J do sexo feminino (excluindo aquelas que não responderam ou não sabiam responder), correspondendo a 50% inquiridos do sexo masculino e aproximadamente 46% do sexo feminino (Tabela 6).

Em relação às suas idades, estas variaram bastante (apesar dos resultados saírem um pouco enviesados devido à falta de resposta por parte de algumas C/J) (Tabela 7).

Tabela 6. Idade das Crianças e Jovens participantes no questionário

	≤ 11 anos	12 - 13 anos	14 - 15 anos	16-17 anos	≥ 18 anos	TOTAL
Casa A	0	3	1	5	4	13*
Casa B	1	6	6	9	4	26
Casa C	0	2	10	5	3	20
Casa D	1	10	2	2	1	16
Casa E	2	3	5	2	3	15
TOTAL	4	24	24	23	15	90

Tendo em atenção que 2 C/J não responderam à questão da idade na Casa A, os resultados revelam que existem nas Casas inquiridas, mais C/J com idades compreendidas entre os 12-13 anos e os 14-15 anos.

2.2. Medidas

Foi utilizado um questionário “Percepção das Crianças e dos Jovens em Acolhimento Residencial” (Anexo VI) que já tinha sido elaborado anteriormente para realizar, em anos anteriores, um estudo semelhante. Trata-se de uma escala tipo Likert constituída por 34 itens integrando uma escala de 0 a 4 (0 – Não sabe/Não responde; 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Concordo; e por fim, 4 – Concordo Totalmente). Assim, para cada item, os inquiridos devem então optar por o número de escala que traduza o seu

grau de concordância com a frase apresentada. Este tipo de escala é “composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o discordo totalmente (...), até ao concordo totalmente (...)” (Cunha, 2007).

A elaboração e análise do questionário foi dividida em cinco categorias: 1ª – Condições Físicas; 2ª – Recursos Humanos; 3ª – Normas e Regras; 4ª – Direitos, Liberdades e Garantias; e por fim, 5ª – Bem-estar e Autonomia.

Assim, cada categoria é constituída por vários itens que incidem nas diferentes temáticas que cada categoria retrata (Tabela 5):

Tabela 7. Categorias do Questionário "Perceção de Crianças e Jovens em AR" e respetivos itens

1ª Categoria: Condições Físicas	Item 1 – As condições dos espaços comuns são acolhedoras.
	Item 2 – As condições da sala de estar são acolhedoras.
	Item 3 – O espaço exterior é agradável.
	Item 4 – A sala de refeições é agradável.
	Item 5 – Os quartos são acolhedores.
	Item 7 – A Casa tem as condições necessárias para pessoas portadoras de deficiência/necessidade especial.
2ª Categoria: Recursos Humanos	Item 8 – Quando estou doente tenho todos os apoios de saúde necessários.
	Item 9 – A Casa tem técnicos/cuidadores suficientes para dar resposta ao número de crianças/jovens.
	Item 14 – A equipa técnica da Casa está disponível quando preciso.
	Item 18 – A Casa dá resposta às minhas necessidades essenciais ou problemas.
	Item 33 – Os responsáveis pela gestão da Casa (Direção, Provedor, etc.) conhecem a realidade diária.
Item 34 – Estes responsáveis habitualmente estão disponíveis para me ouvir.	
	Item 11 – As tarefas que me exigem na Casa são adequadas.

3^a Categoria: Normas e Regras	Item 12 – Tendo mais de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal.
	Item 13 – Existem regras da Casa que mudava se pudesse.
4^a Categoria: Direitos, Liberdades e Garantias (1 e 2)	Item 6 – Tenho liberdade para decorar o meu quarto.
	Item 15 – Sinto-me protegido(a) contra qualquer tipo de discriminação/agressão/ negligência.
	Item 16 – Sinto que os meus direitos estão assegurados na Casa.
	Item 19 – A minha privacidade é respeitada.
	Item 20 – A minha individualidade é respeitada.
	Item 21 – Sinto que tenho tempo livre.
	Item 22 – Sinto que posso expressar a minha opinião.
	Item 23 – Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa.
	Item 27 – Ao longo da minha experiência na Casa, os meus direitos enquanto criança/jovem em acolhimento foram-me sendo explicados pelos técnicos/cuidadores.
	Item 29 – Sou tratado(a) de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião ou orientação sexual.
Item 30 – Caso assista ou seja vítima de agressão ou discriminação, sinto que posso relatá-la a um técnico/cuidador.	
Item 31 – Sinto-me, de alguma forma, privado da minha liberdade.	
5^a Categoria: Bem- estar e Autonomia	Item 10 – Sinto que sou ouvido e respeitado pelos técnicos/cuidadores.
	Item 17 – Sinto que a Casa assegura o bem-estar no meu futuro.
	Item 24 – A Casa esforça-se para que as visitas e contactos com os meus familiares sejam agradáveis.
	Item 25 – A Casa promove atividades que me preparam para a saída do acolhimento.
	Item 26 – As atividades desenvolvidas na Casa ajudam à minha autonomia.

	Item 28 – A Casa promove reuniões entre os jovens para debaterem assuntos relativos ao acolhimento.
	Item 32 – Participo na escolha do meu projeto de vida.

De seguida, foi feita uma secção direccionada com a frase “Usa este espaço para escrever o que quiseres sobre a tua experiência na Casa de Acolhimento”, onde é elaborada uma interpretação daquilo que as C/J escreveram, transcrevendo também, diretamente, algumas frases ou expressões que foram escritas por eles.

Por fim, faz-se uma análise comparativa da Casa em questão com as médias totais, apresentando-se um quadro em que se compara a percentagem de respostas positivas da Casa e a percentagem da média de respostas positivas do total do estudo. A percentagem é apresentada a verde quando é favorável à média, e a vermelho quando é desfavorável.

2.2. Procedimentos

Para aplicar os questionários foi pedido, a cada Casa, autorização para serem transmitidos estes questionários às C/J acolhidas, através de um e-mail direccionado individualmente pela autoria da PAJE. Para além disso, foi pedido à equipa da Casa que desse liberdade aos inquiridos para que estes pudessem escrever e descrever a sua opinião de livre vontade, sem risco de condicionar respostas ou torná-las menos genuínas.

A recolha dos dados foi realizada no final de receber todos os questionários já preenchidos e para elaborar uma análise aprofundada, foi utilizado o programa Excel, onde cada categoria foi analisada considerando os respetivos itens inseridos em cada uma delas.

3. Resultados

Os resultados obtidos serão apresentados para cada Casa, considerando as categorias referidas anteriormente e os itens inserido em cada uma¹.

Os resultados de cada Casa foram assim divididos em cinco categorias: Condições Físicas; Recursos Humanos; Normas e Regras; Direitos, Liberdades e Garantias; e por último, Bem-estar e Autonomia. Cada item foi analisado detalhadamente,

¹ Em caso de dúvida, rever a **Tabela 5** ou o questionário em anexo.

individualmente, tendo-se também elaborado uma breve reflexão sobre os resultados em cada categoria. No final da análise de cada Casa, é apresentada um quadro em que, no lado direito é apresentada a média total de respostas positivas (das cinco Casas) referentes a cada item inserido nas respectivas categorias e do lado esquerdo da tabela, são apresentados os resultados relativos à Casa específica que está a ser analisada, comparando assim, se os resultados da Casa em questão, relativamente às respostas positivas dadas pelas C/J acolhidos, estão ou não acima da média geral.

Nessa mesma tabela há que ter em conta que alguns itens têm associado um (*) e apresentam-se a negrito. Nestes casos, a formulação dos itens é feita de forma negativa, pelo que a análise e interpretação dos resultados deve ser feita no sentido inverso à que é feita para os outros itens. Isto significa que se nesses itens houver uma maior percentagem de respostas positivas, o resultado será negativo (por exemplo, item 23 “Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa”). Em geral, se o item tiver obtido uma percentagem superior à média total de todas as Casas, essa percentagem será sublinhada a verde, no entanto, nos casos apresentados com asterisco, caso possuam uma percentagem superior à média total, será sublinhado a vermelho, simbolizando um aspeto negativo na Casa. Por exemplo, se o referido item “Frequentemente sinto-me injustiçado na casa”, apresentar maior percentagem do que a média total, quer dizer que a maioria dos/as jovens se sentem injustiçados na Casa, expressando o seu mal-estar na Casa (em relação a este aspeto).

3.1. Casa A

Na Casa A foram recolhidos um total de 15 questionários.

As crianças e jovens que participaram no preenchimento destes questionários tinham idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos (médias = 15.92 anos), sendo todas do sexo feminino, salientando que duas participantes não responderam a esta questão (Figura 1).

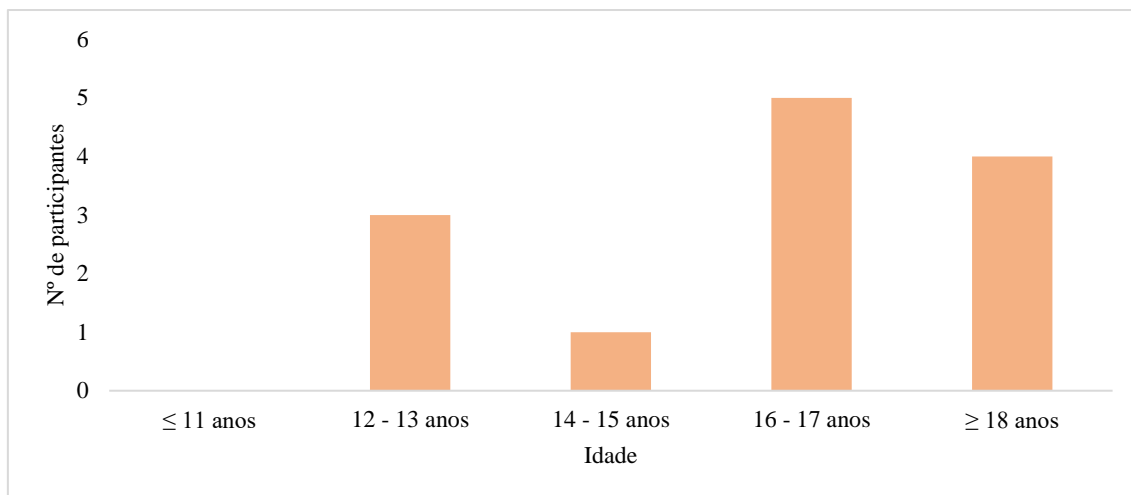


Figura 1 - Idade dos participantes da Casa A

Para além de se conhecer a idade das jovens, também se questionou há quanto tempo residiam na Casa. Assim, o tempo de acolhimento variou entre 1 mês a 4 anos (média = 1.54 anos) (Figura 2).

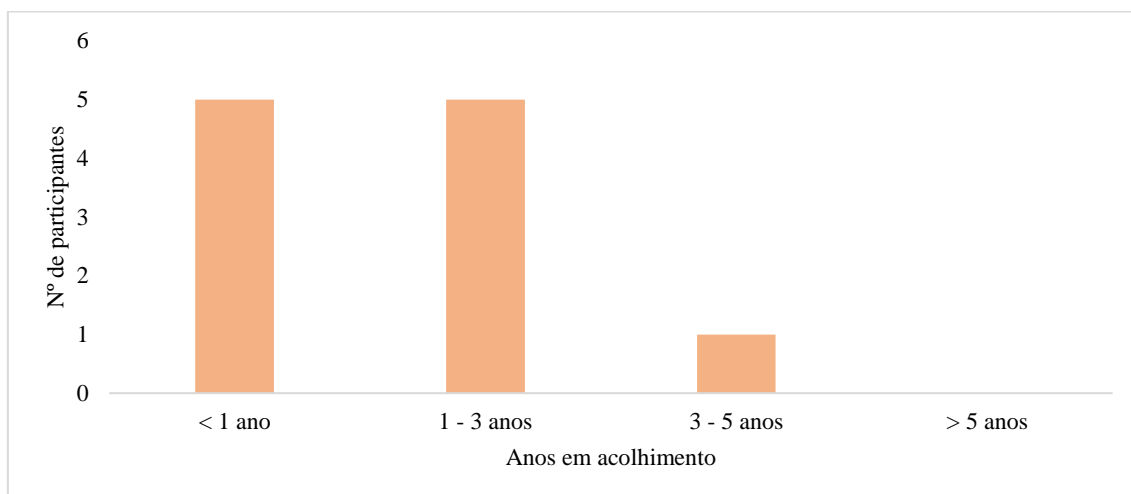


Figura 2 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa A

- **1ª Categoria – Condições Físicas**

De modo geral, as participantes classificaram os espaços como sendo bastante acolhedores e agradáveis. No entanto, no item 7, a opinião divergiu um pouco, em que seis jovens (aproximadamente 33% das participantes) indicaram que a Casa não possui as condições necessárias para pessoas portadoras de deficiência/necessidade especial. É de salientar também que duas das 15 jovens que responderam (13%), discordaram com o facto dos quartos serem acolhedores (Figura 3).

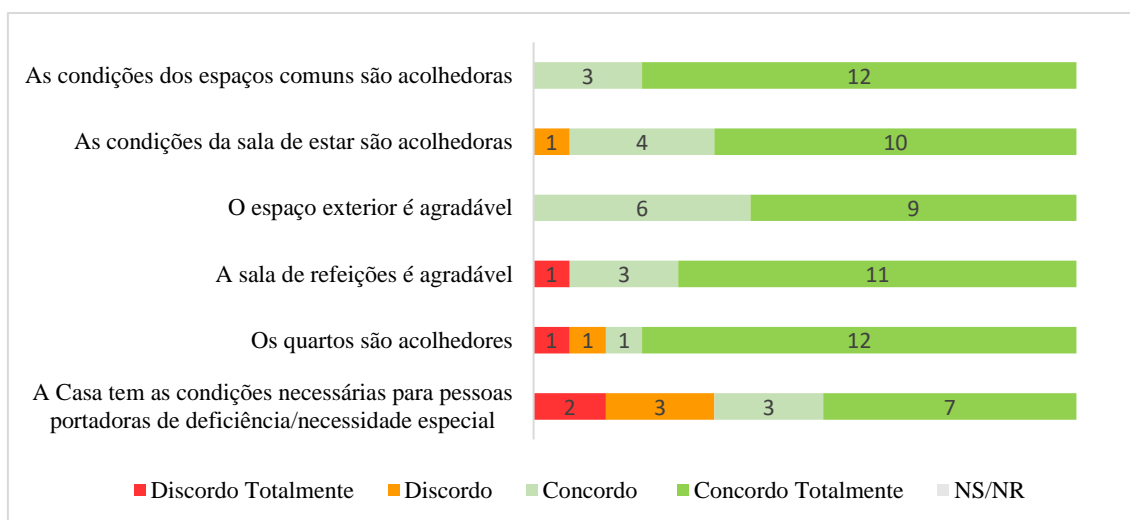


Figura 3 - Condições Físicas da Casa A

▪ **2ª Categoria – Recursos Humanos**

As respostas foram também maioritariamente positivas, revelando que a Casa possui bons profissionais, capazes de cuidar e responder às necessidades ou problemas que possam surgir diariamente. Contudo, no item 33, duas jovens responderam negativamente quando questionadas se os responsáveis pela Gestão da Casa, conheciam, realmente, o que se passava diariamente com elas e com a rotina da Casa e outras seis escolheram a opção NS/NR (Figura 4).

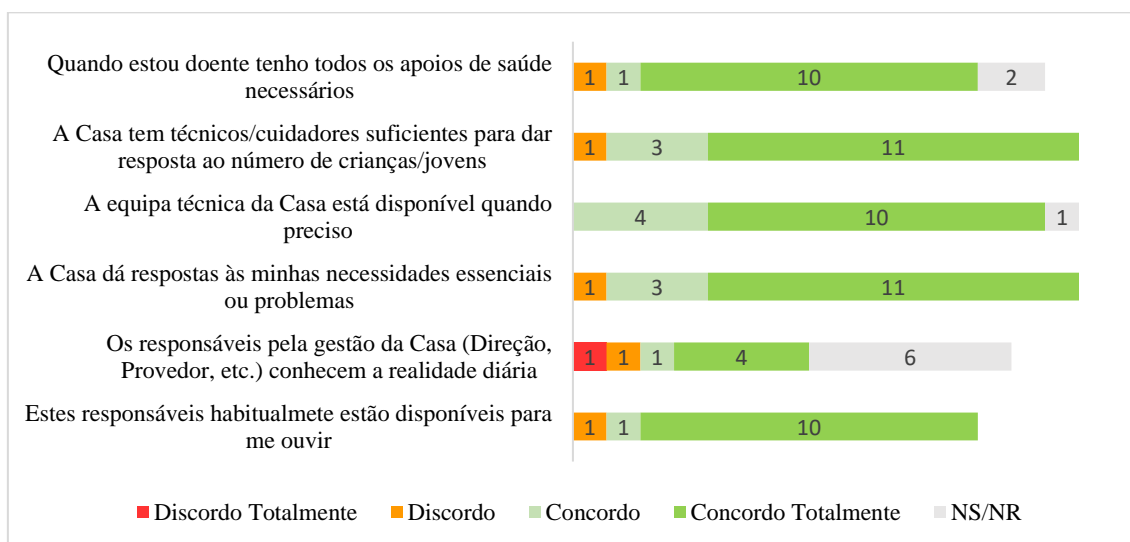


Figura 4 - Recursos Humanos da Casa A

▪ **3ª Categoria – Normas e Regras**

A maioria das jovens considerou que as tarefas exigidas na casa (item 11) são adequadas, no entanto, cinco das 11 jovens que responderam ao item 13, indicaram que mudariam, se pudessem, algumas regras da casa. Algumas que responderam afirmativamente, identificaram que regras mudariam. Assim, as respostas jovens foram as seguintes:

- *Entrega do telemóvel à noite para as de 18 anos (ou mais);*
- *Mais carinho!! Mais respeito entre todos;*
- *Tarefas do quarto; telemóvel;*
- *Entrega do telemóvel na hora de deitar;*
- *Entregar os telemóveis;*
- *Os telefones, horários de saída, horários de refeições.*

Relativamente ao item 12, dez jovens (aproximadamente 62%), indicaram que a Casa cria as condições necessárias para trabalhar, caso tenham mais de 16 anos (mais de metade das participantes tem 16 anos ou mais) (Figura 5).

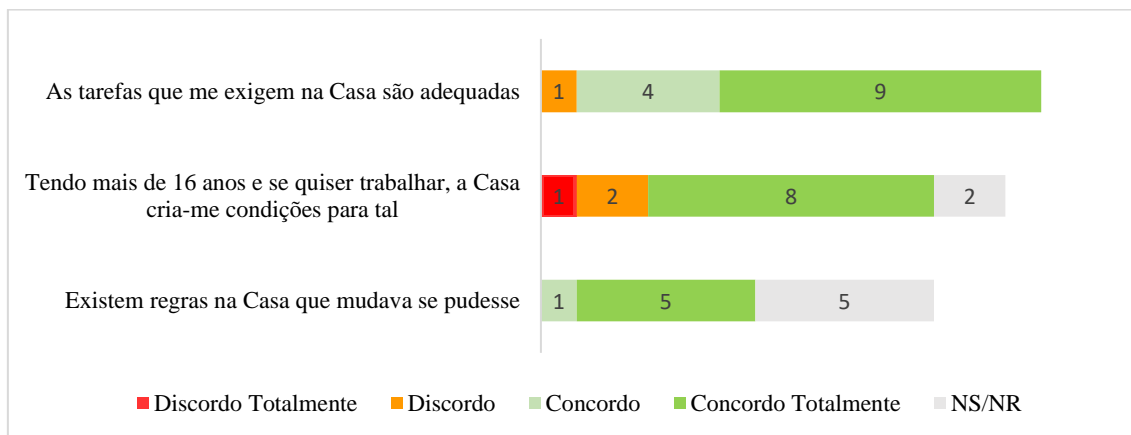


Figura 5 - Normas e Regras da Casa A

▪ **4ª Categoria – Direitos, Liberdades e Garantias**

A análise das respostas dos questionários, revelaram que a Casa, na sua maioria, assegura o direito, a liberdade, a proteção, a individualidade e a privacidade das jovens acolhidas.

As respostas foram maioritariamente positivas. No item 19 "A minha privacidade é respeitada", apesar de uma grande parte concordar completamente com a afirmação, três das jovens (aproximadamente 13%) revelaram que a sua privacidade não é de todo respeitada. Para além disso, no item 20 "A minha individualidade é respeitada", os

resultados das respostas coincidiram com os da anterior, havendo também três jovens (20%) que sentem que a sua individualidade não está a ser respeitada (Figura 6).

Apesar das respostas ao inquérito revelarem, maioritariamente respostas positivas, há que ter em conta alguns casos específicos de jovens na Casa que acreditam que as suas necessidades, direitos e liberdades não estão a ser assegurados.

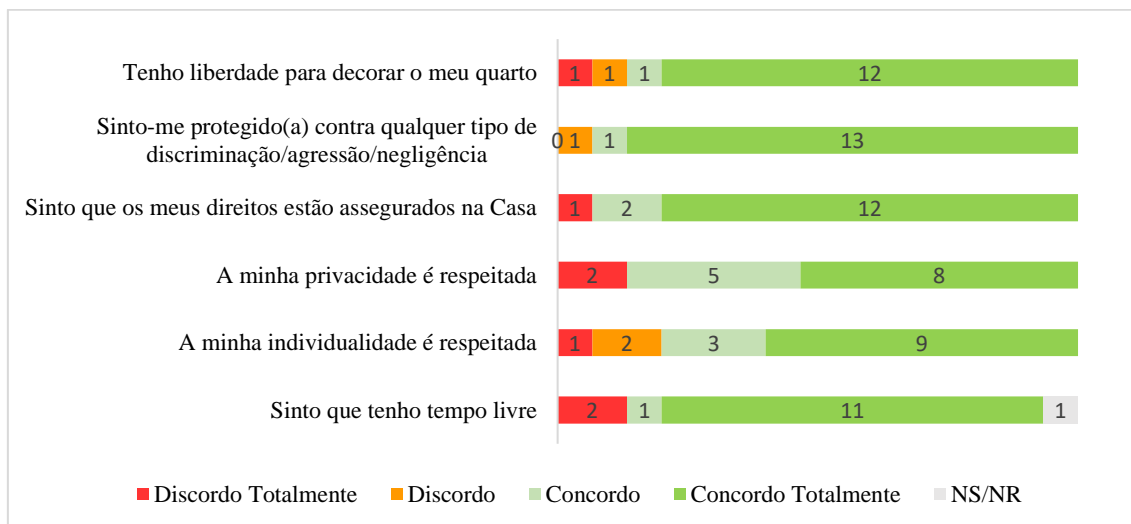


Figura 6 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa A (1)

Tendo em conta o item 23 "Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa", das 13 jovens que responderam, quatro (aproximadamente 31%) indicaram que se sentem, frequentemente, injustiçadas na Casa e ainda, cinco das participantes (38%) não souberam responder. Nesse mesmo item, as jovens foram solicitadas a responder em que situações se poderiam sentir injustiçadas. Apenas uma jovem respondeu à questão, escrevendo *nas saídas*.

Ao serem questionadas sobre sentirem alguma privação da sua liberdade (item 31), sete em 12 (cerca de 54%), responderam de forma afirmativa. Apenas duas jovens discordaram e quatro não sabiam ou não souberam responder.

Nas questões "Sinto que posso expressar a minha opinião" (item 22) e "Caso assista ou seja vítima de agressão ou discriminação, posso relatá-la a um técnico/cuidador" (item 30), as respostas foram ambas completamente positivas, apresentando um resultado de 100%.

No item 29 "Sou tratada de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião ou orientação sexual", 11 jovens (aproximadamente 79%)

responderam afirmativamente. Contudo, três jovens (21%) indicaram que não eram tratadas de forma igual por todos/as (Figura 7).

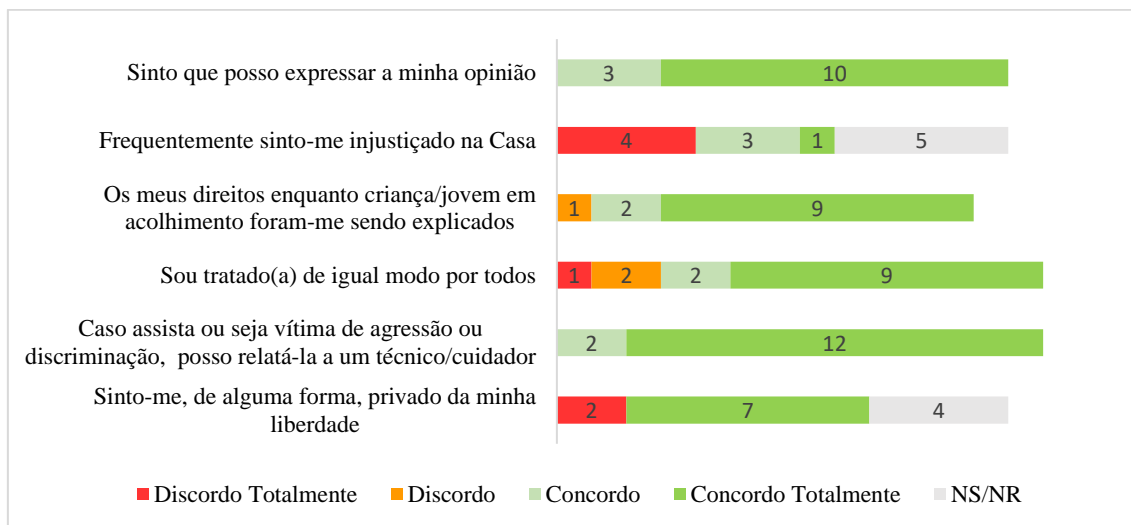


Figura 7 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa A (2)

▪ 5ª Categoria – Bem-estar e Autonomia

As respostas sobre os itens que integram a quinta categoria foram predominantemente positivas. Os itens "Sinto que sou ouvido e respeitado pelos técnicos/cuidadores" (item 10) e "Sinto que a Casa assegura o bem-estar no meu futuro" (item 17) revelaram um total de 100%, em ambas, de respostas afirmativas.

Os itens que apresentaram mais divergências foram o item 26 "As atividades desenvolvidas na Casa ajudam à minha autonomia" e o item 28 "A Casa promove reuniões entre os jovens para debaterem assuntos relativos ao acolhimento". O primeiro indicou que três jovens (23%) discordaram com a afirmação, no entanto, as restantes jovens já consideraram que as atividades na Casa ajudavam e melhoravam a sua autonomia. No segundo item, três jovens (cerca de 14%) indicaram que a Casa não promove reuniões entre as jovens, mas a grande maioria, 12 das jovens que responderam (aproximadamente 86%) revelou o contrário.

No geral, a Casa apresenta uma ótima funcionalidade na área do Bem-estar e da autonomia. Quando questionadas se participavam no seu Projeto de Vida (item 32), nove das 12 jovens que responderam (75%), concordaram ou concordaram totalmente (Figura 8).

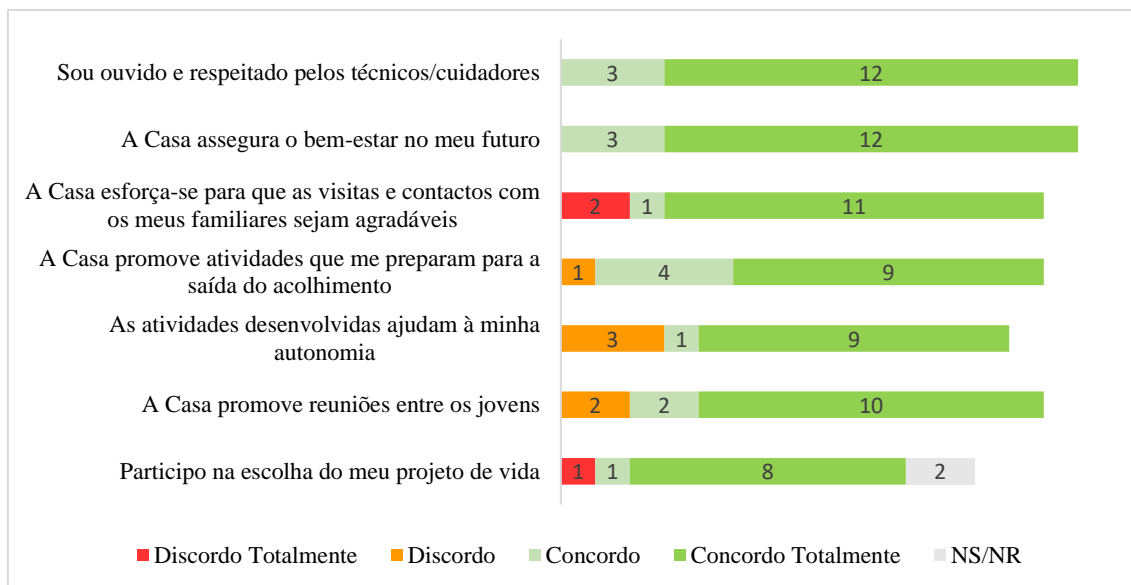


Figura 8 - Bem-estar e Autonomia da Casa A

3.1.1. Análise da resposta livre sobre a experiência na Casa A

No final do questionário, foi proporcionado às inquiridas um espaço de resposta livre onde poderiam escrever alguma coisa que desejassem sobre a sua experiência na Casa A (as palavras escritas em itálicas são transcrições diretas daquilo que as jovens escreveram).

Num total de 15 questionários, seis jovens optaram por não responder. Os comentários foram maioritariamente positivos, tendo sido referido, várias vezes, que a Casa é muito agradável e acolhedora e que as jovens são acolhidas “da melhor maneira”. Referem também o trabalho de técnicos e de educadores “que tentam com que o acolhimento seja melhor, são ótimos com as necessidades de cada uma e são bastante responsáveis”. Indicam que “elas (educadoras) (...) ensinam tudo o que sabem para nós e que no caso das monitoras elas estão “sempre” aqui” (no entanto, “em alguns casos são desagradáveis”).

Há quem refira que a vivência na Casa lhes proporcionou “aumentar as atitudes, mentalidade e maturidade (...) de forma a ter respeito pelas pessoas” e que o acolhimento na Casa “foi ótimo (...) aprendi muitas coisas novas e importantes”.

Um dos aspetos mais salientados pelas jovens é o facto de se sentirem respeitadas e “tratada como igualdade e de aprenderem a respeitar as pessoas e organizar as minhas coisas de uma forma agradável”.

Várias jovens agradecem terem sido acolhidas na Casa, estando “imensamente grata (...) e aqui podemos ser nós mesmas e aprender a amar o próximo; gosto muito de ta aqui obrigada por me acolherem; e sinto-me bem acolhida”.

Como qualquer Casa, terá os seus “altos e baixos” e como nem todas as jovens estão acolhidas há tempo suficiente, algumas poderão ainda não se sentir "acolhidas" e inseridas na Casa, tendo especial atenção a alguns casos, como uma das jovens que referiu “Eu gosto muito da casa mas eu não estou me sentido amada por ninguém (...) quero voltar para casa”.

Para finalizar, de modo a descrever a Casa como acreditamos que atua, uma jovem escreveu “começamos a ver as nossas quedas do passado como força para construir o melhor para o nosso futuro”.

Tabela 8. Comparação da Casa A com a média total de respostas positivas das cinco Casas

			Total
Condições Físicas	Q1	100%	88%
	Q2	93%	86%
	Q3	100%	87%
	Q4	93%	87%
	Q5	87%	81%
	Q7	67%	66%
Recursos Humanos	Q8	79%	89%
	Q9	93%	79%
	Q14	93%	87%
	Q18	93%	89%
	Q33	38%	71%
	Q34	92%	79%
Normas e Regras	Q11	93%	88%
	Q12	62%	60%
	Q13*	55%	60%
Direitos, Liberdades e Garantias (1)	Q6	87%	63%
	Q15	93%	84%
	Q16	93%	89%
	Q19	87%	74%
	Q20	80%	84%
	Q21	80%	82%
Direitos, Liberdades e Garantias (2)	Q22	100%	79%
	Q23*	31%	31%
	Q27	92%	89%
	Q29	79%	86%
	Q30	100%	85%
	Q31*	54%	44%
Bem-estar e Autonomia	Q10	100%	89%
	Q17	100%	91%
	Q24	86%	87%
	Q25	93%	83%
	Q26	77%	85%
	Q28	86%	85%
	Q32	75%	76%

Após a análise destes resultados, revela-se que a Casa apresenta um bom funcionamento no cuidado aos jovens e no seu dia-a-dia. No entanto, muitos itens não apresentaram os bons resultados esperados, nomeadamente: o item 20 “A minha individualidade é respeitada”, item 21 “Sinto que tenho tempo livre”, item 29 “Sou tratado(a) de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião ou orientação sexual”, item 31 “Sinto-me, de alguma forma, privado da minha liberdade”, item 24 “A Casa esforça-se para que as visitas e contactos com os meus familiares sejam agradáveis”, item 26 “As atividades desenvolvidas na Casa ajudam à minha autonomia” e por fim, o item 32 “Participo na escolha do meu Projeto de Vida” (Tabela 8).

A Categoria com itens cujas percentagens se situam abaixo da percentagem em todas as casas analisadas é a do Bem-estar e Autonomia. Existem certos aspetos a alterar na Casa, como os direitos e a individualidade dos jovens que é necessário ter constantemente em conta quando se trabalha na área do acolhimento.

3.2. Casa B

Na Casa B participaram no questionário 26 C/J com idades compreendidas entre os 7 e os 20 anos (médias = 15.11 anos), sendo todos do sexo masculino (Figura 9).

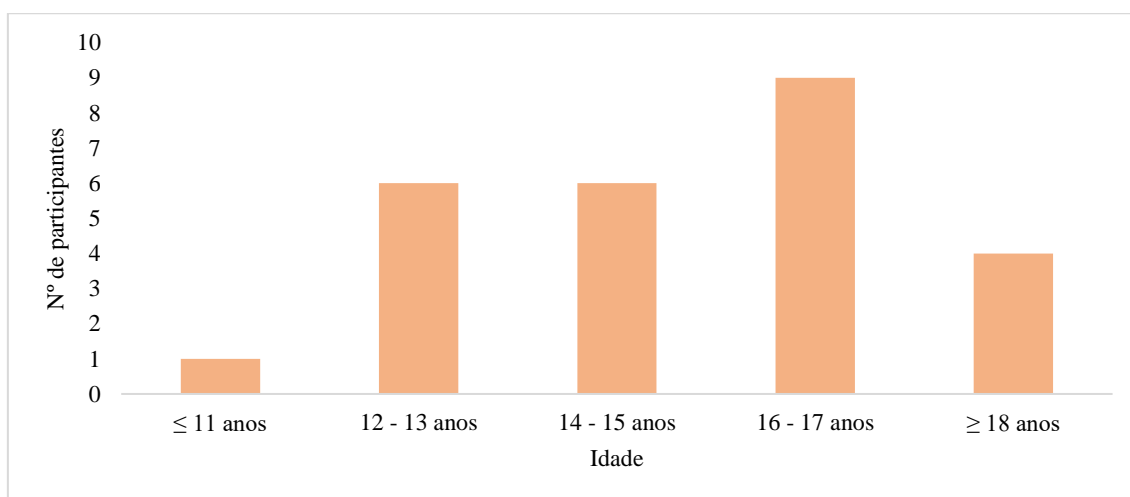


Figura 9 - Idade dos participantes da Casa B

Tal como referido anteriormente, o tempo de acolhimento destes jovens na Casa B variou entre dois meses a 11 anos (média = 2.40 anos) (Figura 10).

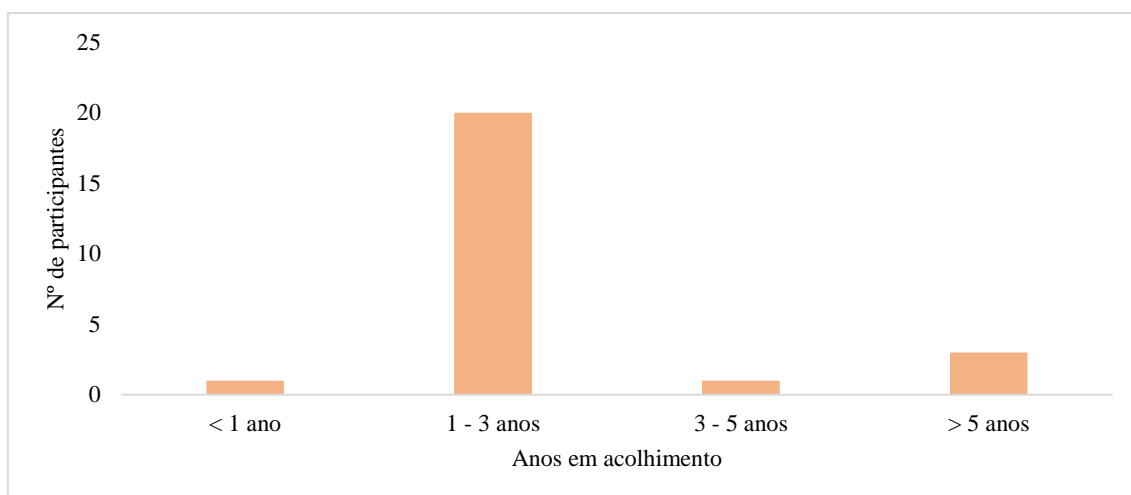


Figura 10 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa B

▪ **1ª Categoria – Condições Físicas**

Em comparação com a outra Casa, os participantes também classificaram os espaços como sendo acolhedores e agradáveis.

No entanto, no item 5, nove em 26 jovens (aproximadamente 35% dos participantes) indicaram que a Casa não possui quartos acolhedores. Para além disso, quatro dos 26 jovens (15%) que responderam, discordaram com o facto de a Casa ter as condições necessárias para pessoas portadoras de deficiência/necessidades especiais e ainda, outros quatro indicaram que a sala de refeições não é, de todo, agradável (Figura 11).

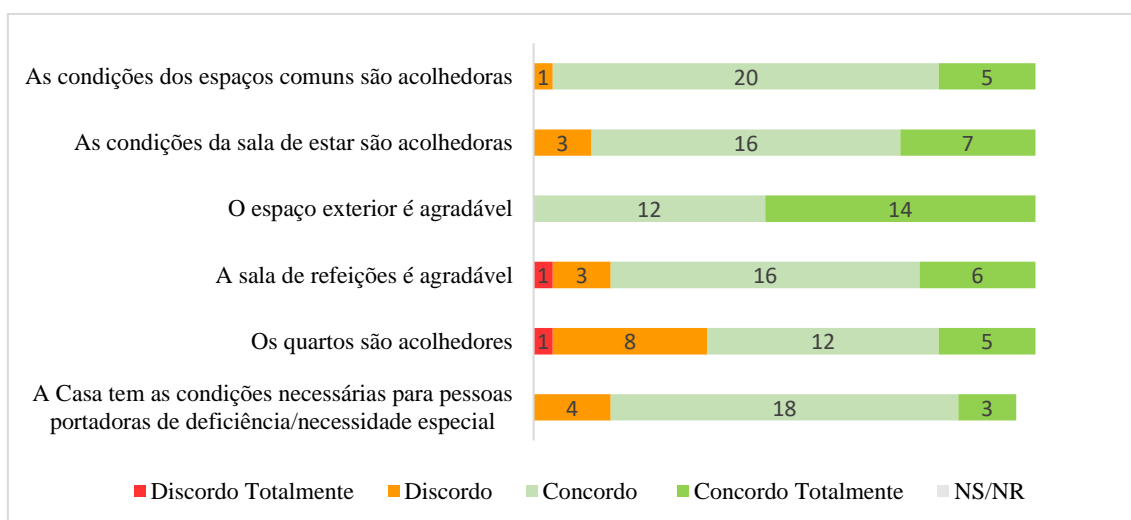


Figura 11 - Condições Físicas da Casa B

▪ **2ª Categoria – Recursos Humanos**

As respostas foram também maioritariamente positivas. Contudo, no item 9, sete jovens (aproximadamente 27%) indicaram que a Casa não possui técnicos/cuidadores suficientes para conseguir fornecer resposta às crianças e jovens acolhidos. No item 33, três dos 26 jovens (aproximadamente 12%) responderam negativamente, afirmando, indiretamente, de que os responsáveis não sabiam o que se passava na Casa. No entanto, no item 34, os jovens revelaram que, habitualmente, os responsáveis se mostram disponíveis para ouvir as necessidades dos próprios jovens (Figura 12).

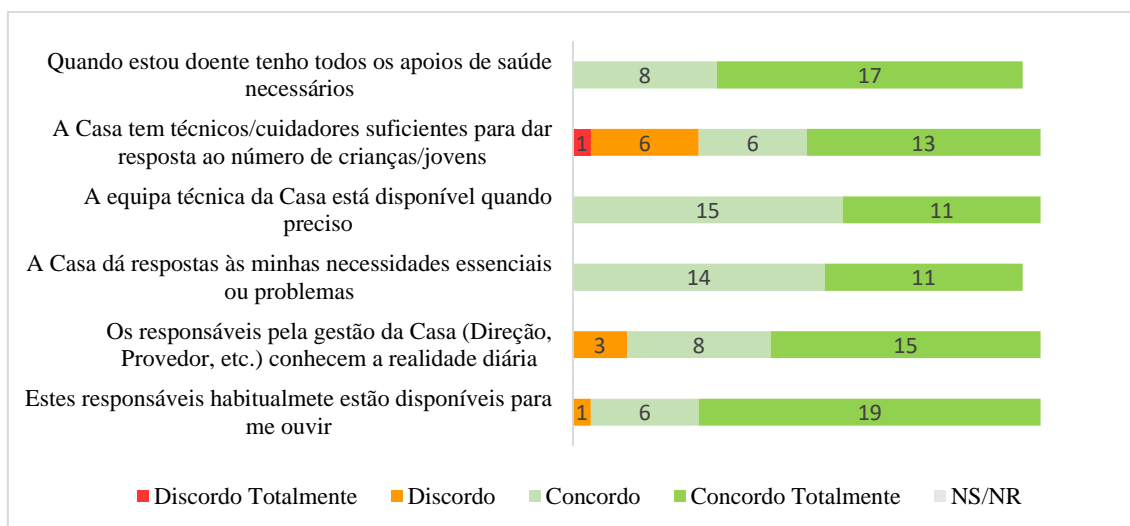


Figura 12 - Recursos Humanos da Casa B

▪ 3ª Categoria – Normas e Regras

As tarefas exigidas na Casa (item 11), de acordo com as respostas, foram consideradas adequadas, apesar de cinco dos 26 jovens que responderam ao item 13, indicarem que mudariam, se pudessem, algumas regras existentes. Alguns, que responderam afirmativamente, identificaram o que alterariam.

Respostas dadas pelos jovens da Casa:

- *Campo com relevo como no estádio;*
- *Dar mais liberdade de sair (...);*
- *As horas de saída após as aulas;*
- *Hora das refeições e de dormir;*
- *Não poder ter telefone ao fim de semana;*
- *Playstation para todos;*

- *Fazer a cama todas as semanas;*
- *Ter mais cigarros; ter o telemóvel até mais tarde;*
- *Tirarem o telemóvel à noite + tarde;*
- *Ficar no quarto com telemóvel até às 22:00;*
- *Horário de refeições, ter acesso a alguns espaços da casa sem ter que pedir;*
- (...)

A maior parte das respostas a esta questão incide na entrega dos telemóveis à noite ou na liberdade das saídas da Casa. No item 12 “Tendo mais de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal”, 18 jovens (69%) responderam NS/NR, sendo que a maioria não tem ainda 16 anos ou mais (Figura 13).

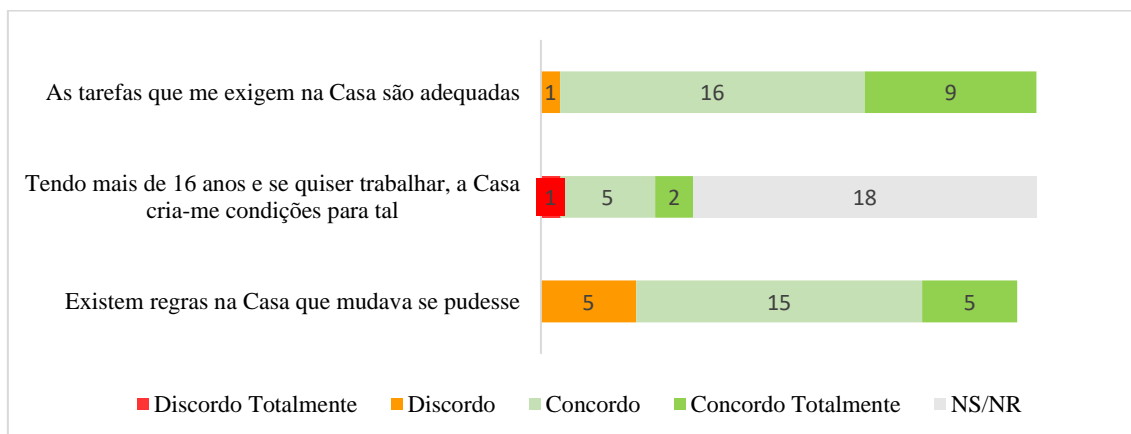


Figura 13 - Normas e Regras da Casas B

▪ **4ª Categoria – Direitos, Liberdade e Garantias**

No geral, a Casa tende a assegurar os direitos e a liberdade das crianças e dos jovens, tendo em conta a sua individualidade e privacidade.

No item 19 "A minha privacidade é respeitada", apesar de uma grande parte concordar com a afirmação, cinco jovens (aproximadamente 19%) revelaram que a sua privacidade não é respeitada. No item 6, sete dos jovens (28%) indicaram que não possuem liberdade para decorar o seu próprio quarto (Figura 14).

Tal como já foi referido anteriormente, devemos ter em atenção alguns casos de jovens, individualmente, que acreditam que os seus direitos não estão a ser assegurados pela equipa e pela Casa.

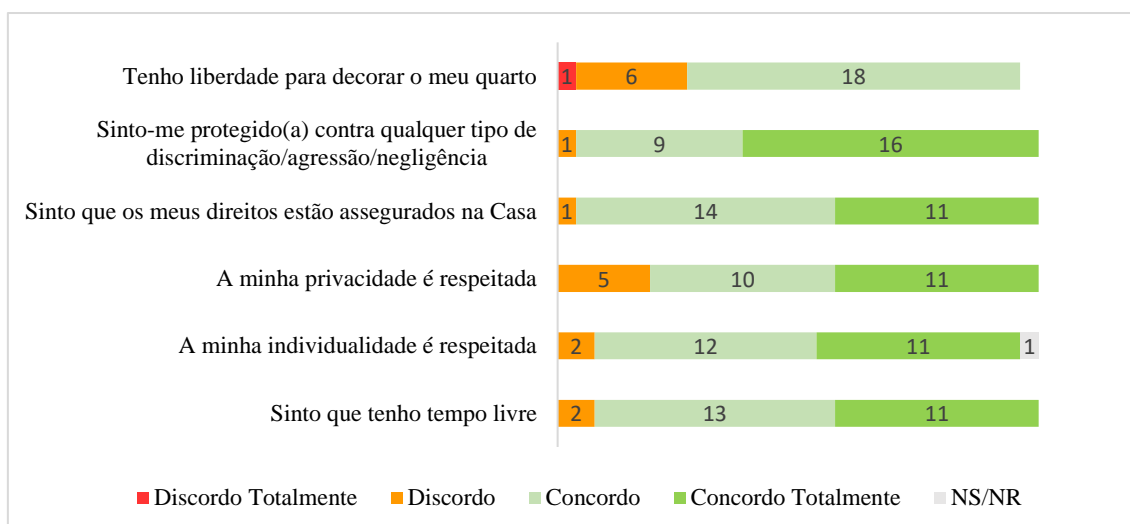


Figura 14 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa B (1)

No item 23 "Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa", dos 26 jovens que responderam, 25 (aproximadamente 96%) indicaram que não se sentem, frequentemente, injustiçados na Casa (apenas um jovem concordou com a afirmação). Mais uma vez, os jovens foram solicitados a responder em que situações se poderiam sentir injustiçados. Apenas um jovem respondeu à questão, escrevendo *Jovens mais pequenos que julgam ter razão sem a ter! Querem comparar-se ao Sol sem o ser.*

Ao serem questionados sobre sentirem alguma privação da sua liberdade (item 31), 22 jovens (cerca de 85%), responderam de forma negativa. Apenas quatro jovens (15%) discordaram e revelaram que se sentem, de certa forma, privados da sua liberdade.

Nas questões "Sinto que posso expressar a minha opinião" (item 22) e "Caso assista ou seja vítima de agressão ou discriminação, posso relatá-la a um técnico/cuidador" (item 30), as respostas foram ambas bastante positivas, em que a primeira teve apenas um jovem a discordar e a segunda teve um total de 100% de respostas afirmativas.

Na item 29 "Sou tratado de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião ou orientação sexual", todos os jovens (100%) indicaram que sim (Figura 15).

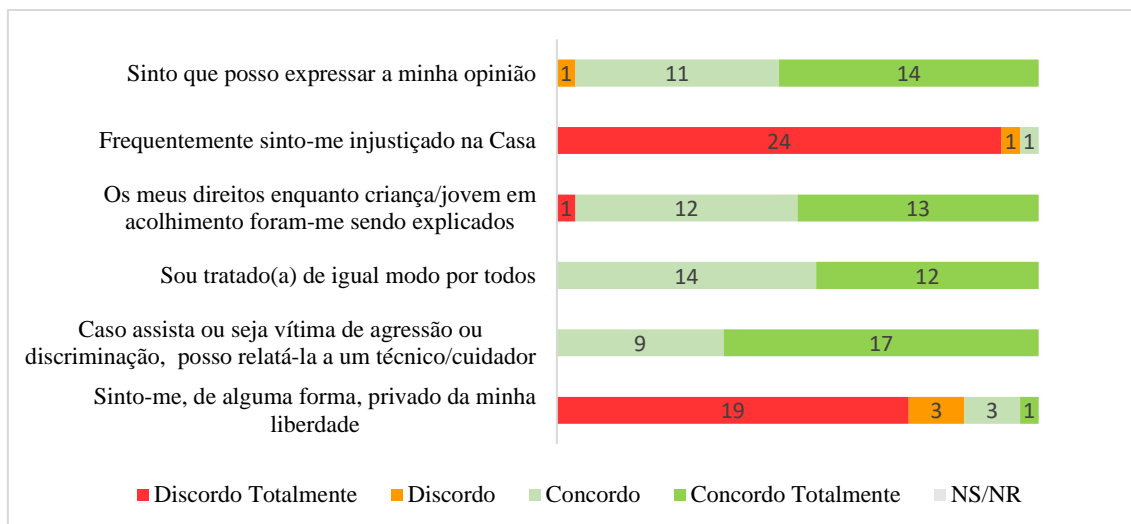


Figura 15 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa B (2)

▪ 5ª Categoria – Bem-estar e Autonomia

Nos itens "Sinto que sou ouvido e respeitado pelos técnicos/cuidadores" (item 10), "Sinto que a Casa assegura o bem-estar no meu futuro" (item 17) e a "A Casa esforça-se para que as visitas e contactos com os familiares sejam agradáveis" (item 24), revelaram um total de 100%, nas três, de respostas afirmativas.

Os itens que apresentaram mais divergência foram o item 25 "A Casa promove atividades que me preparam para a saída do acolhimento", o item 26 "As atividades desenvolvidas na Casa ajudam à minha autonomia" e ainda, o item 28 "A Casa promove reuniões entre os jovens para debaterem assuntos relativos ao acolhimento". A primeira, indicou que quatro em 26 jovens (15%) discordaram com o facto de Casa promover atividades para a saída do acolhimento. No item 26, dois dos 26 jovens, indicaram que discordam com o valor da preparação da autonomia nas atividades da Casa. Por fim, o último item referido anteriormente, três jovens (12%) discordaram com a suposta promoção de reuniões entre jovens na Casa. No entanto, todas estas questões, apresentam um maior número de respostas positivas.

No geral, a Casa apresenta uma ótima funcionalidade na área do Bem-estar e da autonomia. Quando questionados se participavam no seu Projeto de Vida (item 32), 24 dos 25 jovens que responderam (96%), indicaram que sim (Figura 16).

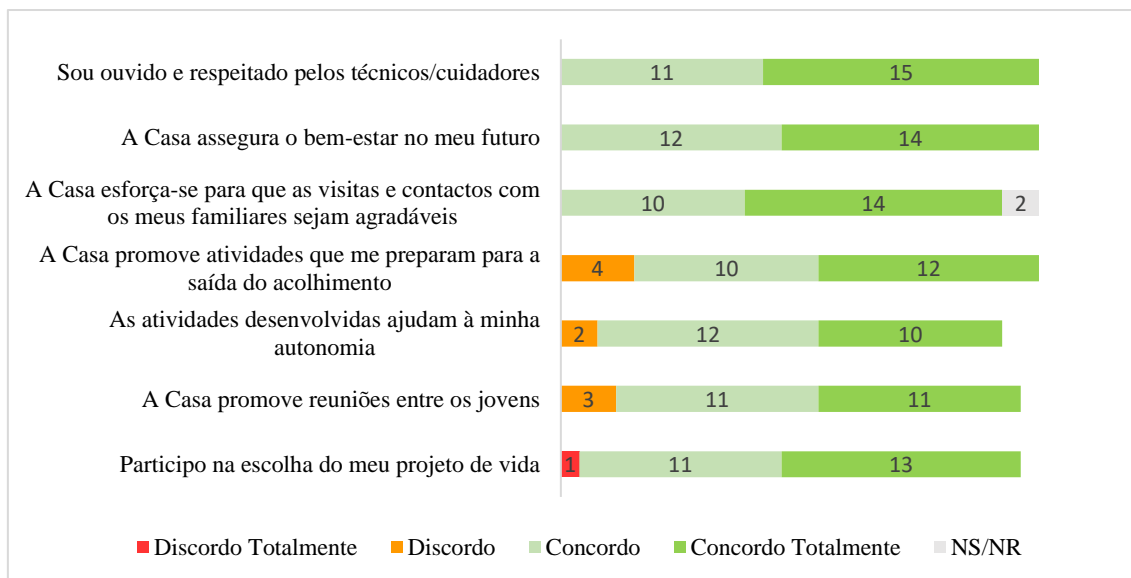


Figura 16 - Bem-estar e Autonomia da Casa B

3.2.1. Análise da resposta livre sobre a experiência na Casa B

Num total de 26 questionários, apenas um jovem optou por não responder.

Os comentários foram maioritariamente positivos, tendo sido referido, várias vezes, que os jovens se sentem bem, onde podem ser “ouvidos e compreendidos”. Alguns sentem-se “apoiados”, apesar de quererem voltar para a sua casa. Acrescentam que “deveriam ser mais técnicos” a cuidar da vida diária da Casa.

Há quem refira que a vivência na Casa lhes proporciona uma melhoria na “atitude e comportamento”. Contudo, dois dos jovens indicaram que gostariam de “ter mais atividades que promovessem a minha autonomia (...), nomeadamente lavar a loiça, passar a minha roupa, limpar o meu quarto (...)”. Para além disso, alguns “gostariam de ter mais liberdade”.

Salientou-se a importância de “mudar a comida, que é o que me incomoda” e que os “quartos poderiam ser mais acolhedores”.

A Casa é descrita como um “porto de abrigo”, onde os jovens gostam de estar.

Nesta CA os questionários foram preenchidos por um técnico (naturalmente transcrevendo as indicações dos jovens), podendo de alguma forma condicionar respostas ou torná-las menos genuínas.

Tabela 9. Comparação da Casa B com a média total de respostas positivas das cinco Casas

			Total
Condições Físicas	Q1	96%	88%
	Q2	88%	86%
	Q3	100%	87%
	Q4	85%	87%
	Q5	65%	81%
	Q7	84%	66%
Recursos Humanos	Q8	100%	89%
	Q9	73%	79%
	Q14	100%	87%
	Q18	100%	89%
	Q33	88%	71%
	Q34	96%	79%
Normas e Regras	Q11	96%	88%
	Q12	23%	60%
	Q13*	80%	60%
Direitos, Liberdades e Garantias (1)	Q6	72%	63%
	Q15	96%	84%
	Q16	96%	89%
	Q19	81%	74%
	Q20	88%	84%
	Q21	92%	82%
Direitos, Liberdades e Garantias (2)	Q22	96%	80%
	Q23*	4%	31%
	Q27	96%	89%
	Q29	100%	86%
	Q30	100%	85%
	Q31*	15%	44%
Bem-estar e Autonomia	Q10	100%	89%
	Q17	100%	91%
	Q24	92%	87%
	Q25	85%	83%
	Q26	92%	85%
	Q28	88%	85%
	Q32	96%	76%

Nesta Casa, através da análise da tabela, percebe-se que no geral os técnicos, cuidadores e auxiliares estão a fazer um bom trabalho relativamente à vida diária dos jovens acolhidos. Os itens que estão sublinhadas a vermelho são aqueles que apresentam piores resultados relativamente à média total pelas Casas inquiridas, nomeadamente o item 4 “A sala de refeições é agradável”, o item 5 “Os quartos são acolhedores”, o item 9 “A Casa tem técnicos/cuidadores suficientes para dar resposta ao número de crianças/jovens”, o item 12 “Tendo mais de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal” e ainda, o item 13 “Existem regras da Casa que mudava se pudesse” (Tabela 9).

As categorias com piores resultados são as relativas às Condições Físicas e às Normas e Regras, no entanto, a grande maioria das questões apresentaram respostas com valores bem acima das médias totais (valor de todas as Casas).

3.3. Casa C

Na Casa C foram recolhidos 20 questionários. As idades estavam compreendidas entre os 13 e os 18 anos (médias = 15.55 anos), sendo todas as participantes do sexo feminino (Figura 17).

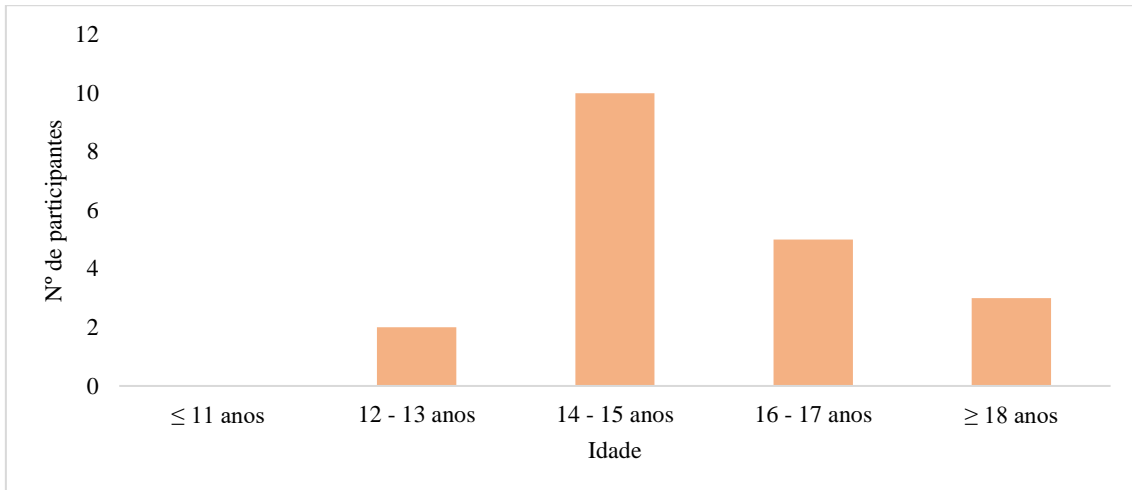


Figura 17 - Idade dos participantes da Casa C

O tempo de acolhimento variou entre 1 mês a 7 anos (média = 2.31 anos) (Figura 18).

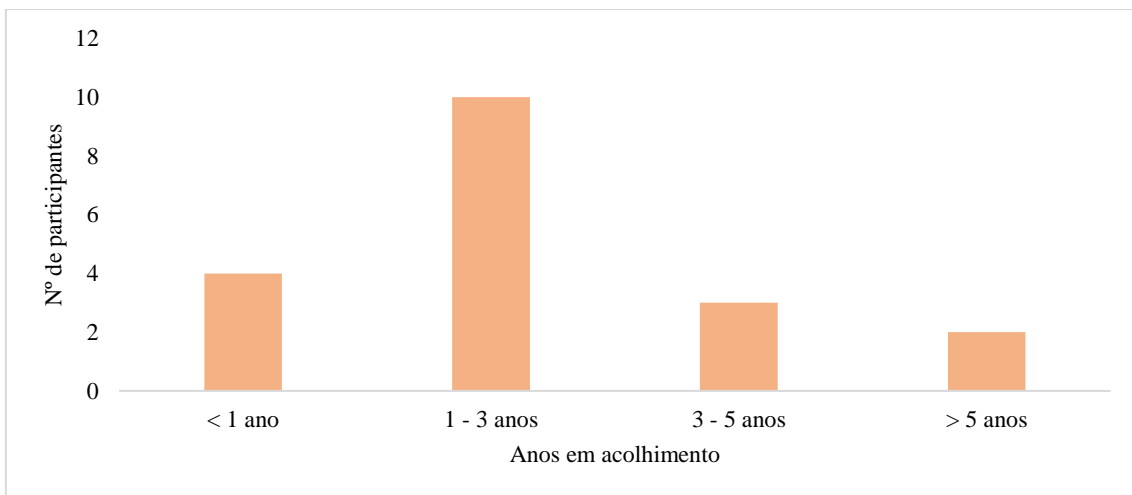


Figura 18 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa C

▪ 1ª Categoria – Condições Físicas

Os espaços foram classificados pelas jovens como sendo bastante acolhedores e agradáveis, tendo um total de 100% de respostas positivas em quase todas os itens desta categoria. Apenas no item 4, uma jovem discordou com o facto de a sala de refeições ser agradável (Figura 19).

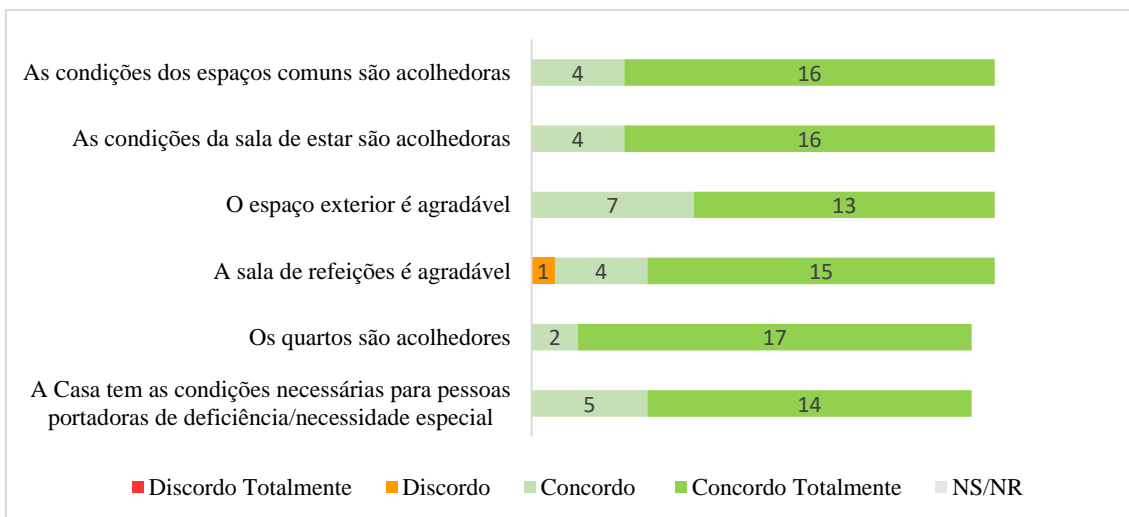


Figura 19 - Condições Físicas da Casa C

▪ **2ª Categoria – Recursos Humanos**

Mais uma vez, as respostas foram maioritariamente positivas. Contudo, no item 33, três jovens responderam NS/NR quando questionadas sobre, se os responsáveis pela gestão da Casa conheciam, realmente, o que se passava com a rotina da Casa. No item 34, duas jovens também escolheram a opção NS/NR (Figura 20).

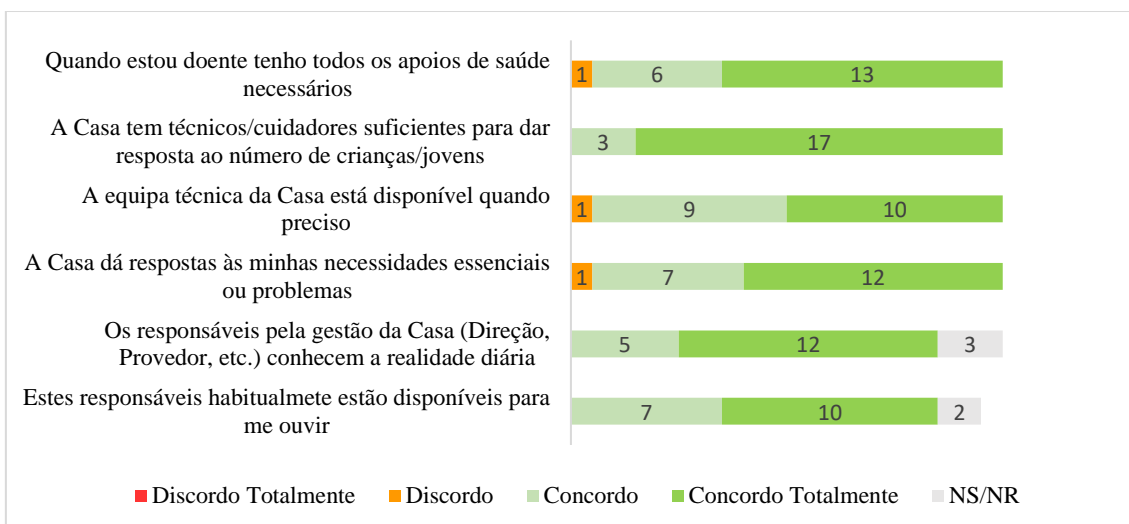


Figura 20 - Recursos Humanos da Casa C

▪ **3ª Categoria – Normas e Regras**

Todas as jovens consideraram que as tarefas exigidas na casa (11ª questão) são adequadas, no entanto, 12 das 19 jovens que responderam ao item 13, indicam que mudariam algumas regras da Casa, sendo elas:

- *Ter animais de estimação;* (3x)
- *Regras do quarto;* (2x)

Relativamente ao item 12, das 16 jovens que responderam, apenas quatro jovens (25%) indicaram que a Casa cria as condições necessárias para trabalhar, caso tenham mais de 16 anos (é de salientar que no total de 20 jovens, 12 têm menos de 16 anos, enviesando assim, as respostas a esta questão) (Figura 21).

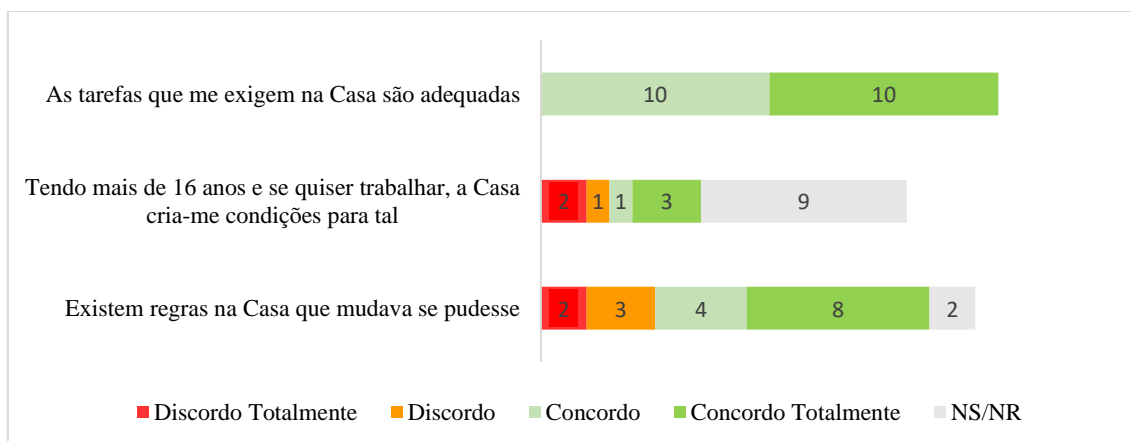


Figura 21 - Normas e Regras da Casa C

- **4ª categoria – Direitos, Liberdades e Garantias**

É apresentada mais uma categoria onde, novamente, as respostas foram na sua maioria positivas. Os itens que revelaram mais divergência entre as jovens foram o item 6 "Tenho liberdade para decorar o meu quarto" e o item 21 "Sinto que tenho tempo livre". Tanto uma como outra, indicaram que três das 20 jovens que responderam (18%) não concordam com as afirmações (Figura 22).

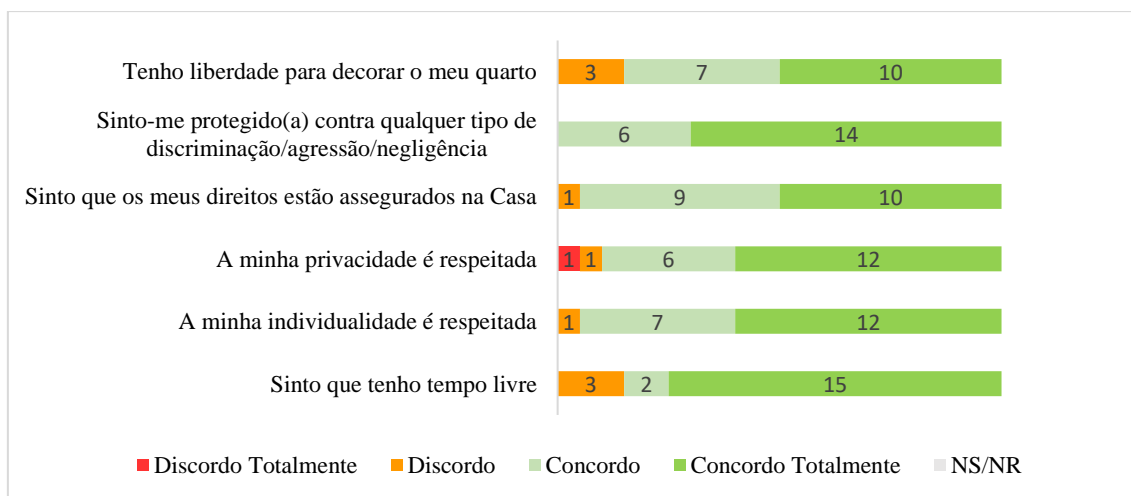


Figura 22 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa C (1)

Na questão "Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa" (item 23), das 20 jovens que responderam, 12 (aproximadamente 35%) indicaram que se sentem, frequentemente, injustiçadas na Casa. As injustiças referidas incidiram no facto de ser uma “*injustiça fazerem revisões aos quartos quando querem*”. Ao serem questionadas sobre sentirem alguma privação da sua liberdade (item 31), nove das 20 jovens (cerca de 40%) responderam de forma afirmativa, oito jovens (40%) discordaram e as restantes optaram por NS/NR. .

Nos itens "Ao longo da minha experiência na Casa, os meus direitos enquanto criança/jovem em acolhimento foram-me sendo explicados pelos técnicos/cuidadores" (item 27) e "Sou tratado(a) de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião ou orientação sexual" (item 29), as respostas foram ambas completamente positivas, apresentando um resultado de 100% (Figura 23).

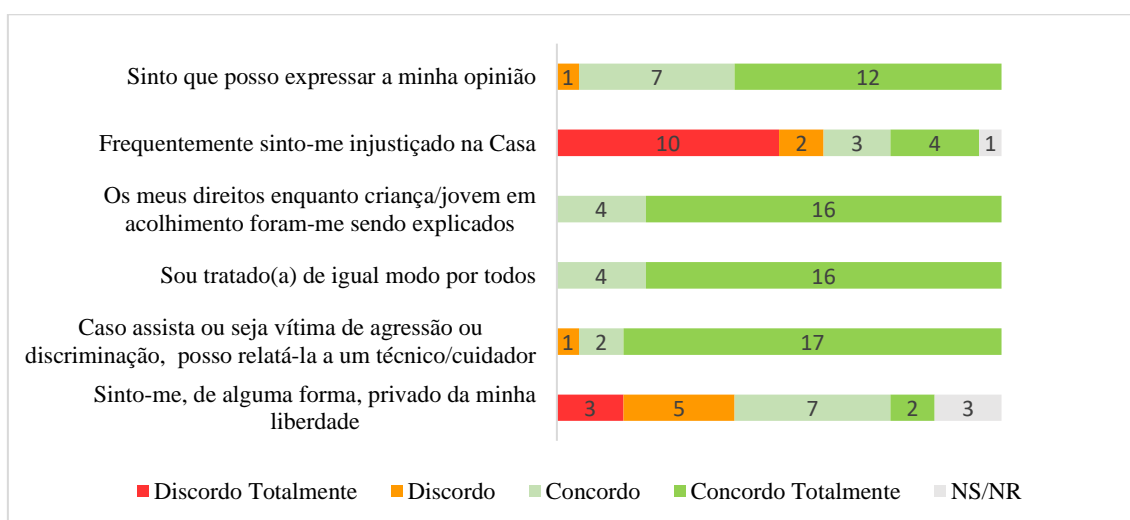


Figura 23 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa C (2)

▪ 5ª Categoria – Bem-estar e Autonomia

Nesta categoria, exalta-se a ideia de que toda a equipa da Casa tem em conta as necessidades de bem-estar e a autonomização das jovens.

Quando questionadas se participavam no seu Projeto de Vida (item 32), 18 jovens das 19 jovens que responderam (95%) indicaram que sim. Algumas referiram que a sua participação no Projeto é feita através da escolha do curso e ainda, dar sempre a opinião

para juntas decidirem a escolha mais acertada, tendo sempre em conta a opinião da jovem (Figura 24).

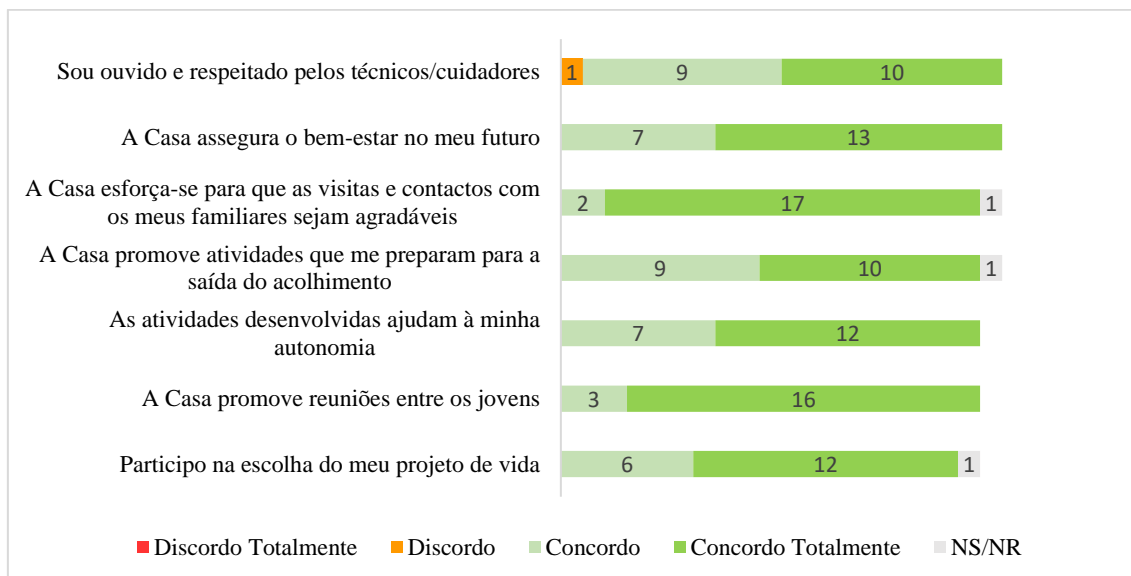


Figura 24 - Bem-estar e Autonomia da Casa C

3.3.1. Análise da resposta livre sobre a experiência na Casa C

Num total de 20 questionários, 15 jovens optaram por não responder. É referido que a Casa “tem boas condições e o acolhimento é super agradável (...)”, onde algumas se sentem “protegidas” e acolhidas.

Com as respostas, percebe-se que as jovens se apoiam bastante em toda a equipa, onde é referido que têm “ajuda das pessoas superiores e caso algo esteja errado eu posso falar com a psicóloga”. Há quem indique que a “vida mudou, principalmente no estudo, organização e respeito” e que se sentem muito felizes e gratas por terem sido acolhidas nesta Casa.

Uma das jovens reflete sobre o seu tempo de acolhimento na Casa e refere que o “período de tempo aqui dentro ganhei/conquistei vários objetivos, tornei-me mais “independente” e pensei com base nas realidades que me apresentam que o meu futuro pode vir a ser muito bom (...)”.

A experiência na Casa proporcionou a alguns “aumentar as atitudes, mentalidade e maturidade (...) de forma a ter respeito pelas pessoas” e que o acolhimento na Casa foi ótimo “(...) aprendi muitas coisas novas e importantes”.

É necessário ter em conta alguns casos especiais, como uma das jovens que referiu “desde que aqui cheguei sinto que ainda não consegui fazer assim uma amizade que durasse, no entanto sinto-me feliz aqui dentro”.

Em suma, acreditamos que a Casa procura defender e apoiar estas jovens da melhor maneira, de modo a promover o seu bem-estar na Casa, a sua autonomia e independência. Assim, uma jovem indica que “estar na Casa de Acolhimento não é tão mau como as pessoas pensam pois nesta, temos pessoas que se importam connosco, com o nosso bem estar e o nosso futuro”.

Tabela 10. Comparação da Casa C com a média total de respostas positivas das cinco Casas

			Total
Condições Físicas	Q1	100%	88%
	Q2	100%	86%
	Q3	100%	87%
	Q4	95%	87%
	Q5	100%	81%
	Q7	100%	66%
Recursos Humanos	Q8	95%	89%
	Q9	100%	79%
	Q14	95%	87%
	Q18	95%	89%
	Q33	85%	71%
	Q34	89%	79%
Normas e Regras	Q11	100%	88%
	Q12	25%	60%
	Q13*	63%	60%
Direitos, Liberdades e Garantias (1)	Q6	85%	63%
	Q15	100%	84%
	Q16	95%	89%
	Q19	90%	74%
	Q20	95%	84%
	Q21	85%	82%
Direitos, Liberdades e Garantias (2)	Q22	95%	80%
	Q23*	35%	31%
	Q27	100%	89%
	Q29	100%	86%
	Q30	95%	85%
	Q31*	45%	44%
Bem-estar e Autonomia	Q10	95%	89%
	Q17	100%	91%
	Q24	95%	87%
	Q25	95%	83%
	Q26	100%	85%
	Q28	100%	85%
	Q32	95%	76%

Tendo em conta os resultados de respostas positivas relativamente às médias totais, pode-se afirmar que a Casa revela uma boa dinâmica no trabalho da própria casa e a relação entre as jovens e a equipa. Os itens que revelaram piores resultados foram o item 12 “Tendo mais de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal”, o item

13 “Existem regras da Casa que mudava se pudesse”, o item 23 “Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa” e ainda, o item 31 “Sinto-me, de alguma forma, privado da minha liberdade” (Tabela 10).

No geral, o trabalho da Casa é considerado bastante pertinente. As categorias com piores resultados são a das Normas e Regras e a dos Direitos, Liberdade e Garantias. No entanto, as restantes categorias apresentam, no seu todo, resultados acima da média total.

3.4. Casa D

Na Casa D foram recolhidos 16 questionários, em que C/J inquiridas possuíam idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos (médias = 13.31 anos), sendo 60% do sexo feminino e 40% do sexo masculino (Figura 25).

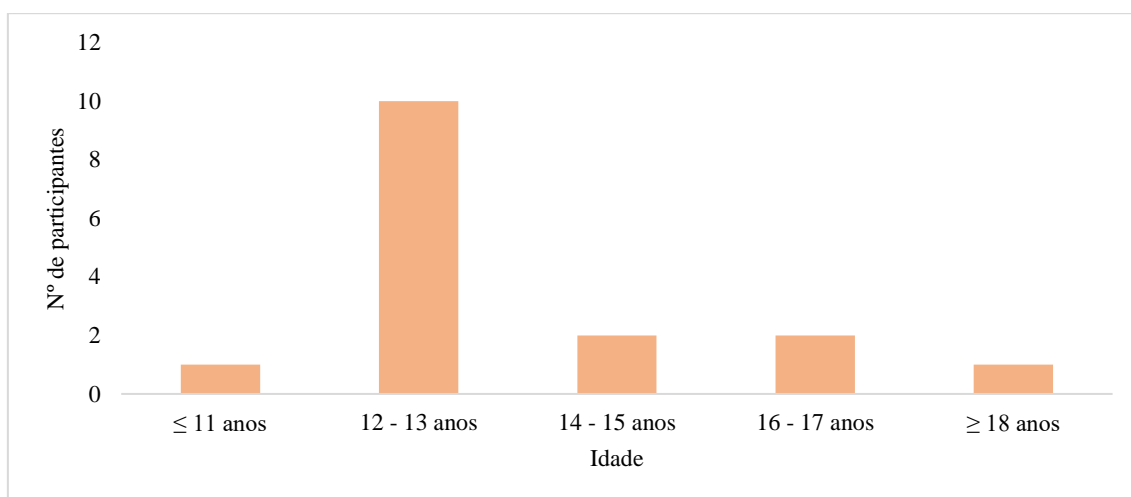


Figura 25 - Idade dos participantes da Casa D

O tempo de acolhimento variou entre 2 meses a 11 anos (média = 2.51 anos) (Figura 26).

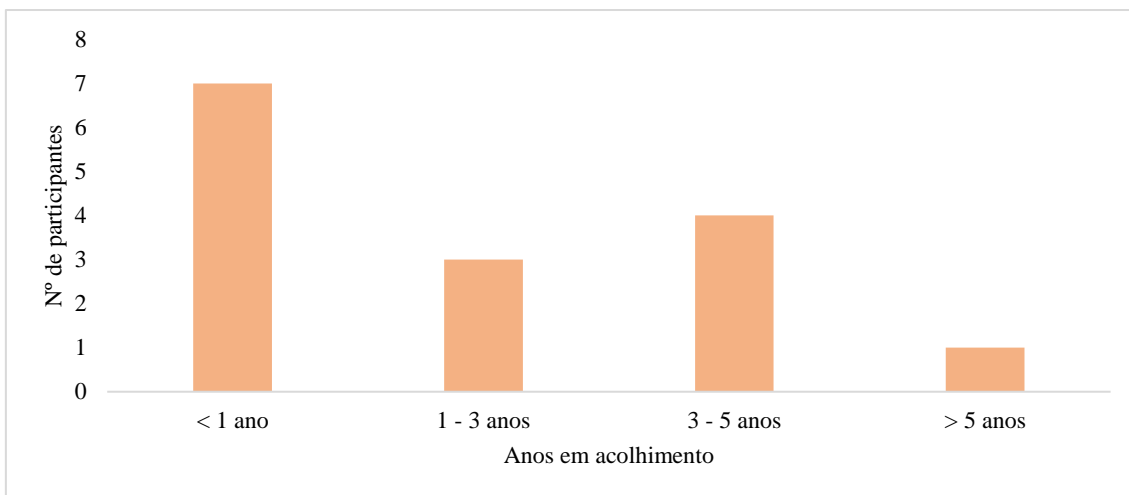


Figura 26 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa D

▪ **1ª Categoria – Condições Físicas**

Maioritariamente, as respostas dos jovens foram positivas, descrevendo os espaços da Casa como acolhedores e agradáveis. Em todas as questões houve certas divergências entre as respostas, em que praticamente na grande parte das questões, pelo menos, dois jovens discordaram com a afirmação referida.

No item 5 "Os quartos são acolhedores" e item 7 "A Casa tem as condições necessárias para pessoas portadoras de deficiência/necessidades especiais", revelaram uma maior discordância entre os jovens, em que ambas as questões, dos 15 jovens que responderam, cinco discordam com os itens (33%) (Figura 27).

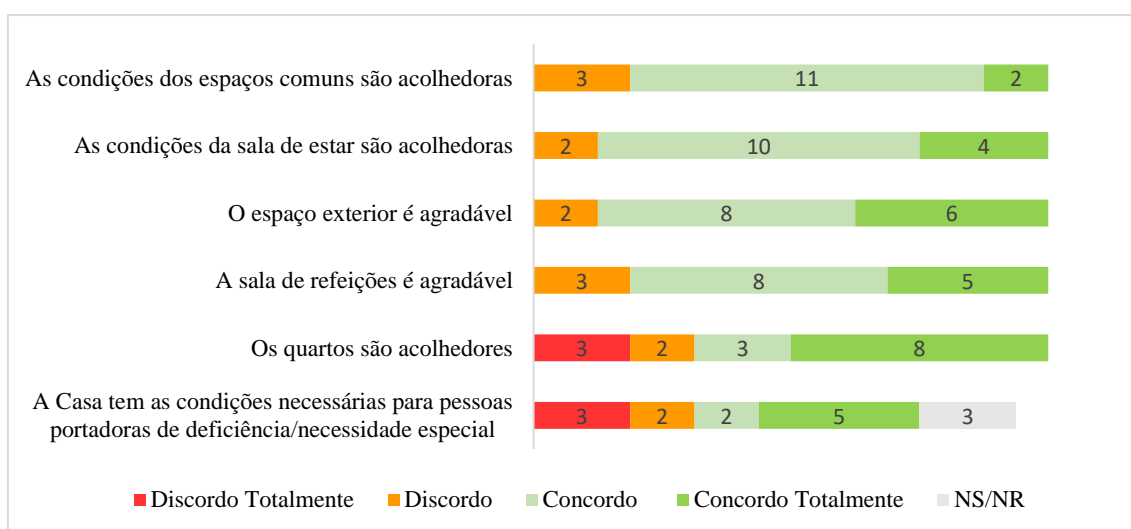


Figura 27 - Condições Físicas da Casa D

▪ 2ª Categoria – Recursos Humanos

No item 14ª questão, três jovens (20%) indicaram que a equipa técnica não está disponível quando precisam. E ainda, no item 33, também três jovens (20%) indicaram que os responsáveis pela gestão não conhecem o que se passa diariamente com eles e com a rotina da Casa (dois dos 15 jovens que responderam, escolheram a opção NS/NR) (Figura 28).

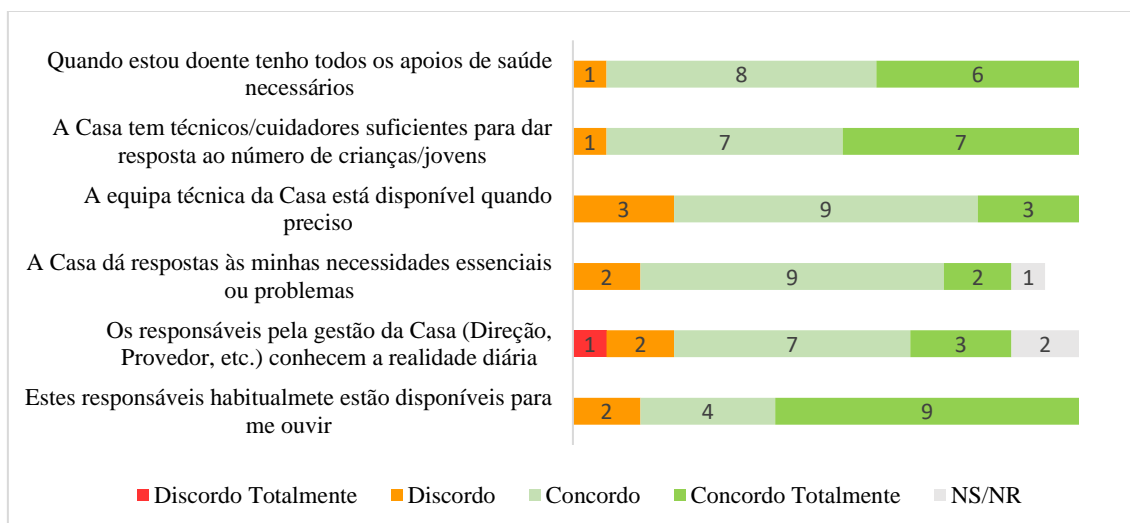


Figura 28 - Recursos Humanos da Casa D

▪ 3ª Categoria – Normas e Regras

A maioria dos jovens considerou que as tarefas exigidas na casa (item 11) são adequadas, apenas três dos 14 jovens que responderam a esta questão é que discordaram.

No item 13 "Existem regras da Casa que mudava se pudesse", cerca de 86% dos jovens indicou que concordava com a afirmação. Alguns, que responderam afirmativamente, identificaram que regras mudariam:

- *Não entregar o telemóvel e parar de lavar a louça;*
- *Deviam mudar as regras da casa (...);*
- *Que não nos tirassem o telemóvel, que nos deixassem levar telemóvel para a escola;*
- *Não entregar o telemóvel, não tirar a sobremesa, não tirar a saída;*
- *Não tirar o telemóvel, não lavar a loiça, não tirar as saídas e não tirar a sobremesa;*
- *Tirar o telemóvel de mim;*

- *Não tirem o telefone porque é nosso e (...) a gente pediu o nosso dinheiro é para darem;*
- *Não tirar o telemóvel à noite;*
- *Sair às horas que quiser, aumentar a produção de comida;*
- *Telemóvel, sair, decorar o quarto, ficar na rua mais tempo;*
- *Limpar o quarto, mudança de lençóis, cozinha;*

Relativamente ao item 12, dos 14 jovens que responderam, dez (74%) indicaram que a Casa cria as condições necessárias para trabalhar, caso tenham mais de 16 anos (é de salientar que no total de 16 jovens, 13 têm menos de 16 anos, no entanto, mesmo sendo mais novos, alguns deles concordaram com a afirmação) (Figura 29).

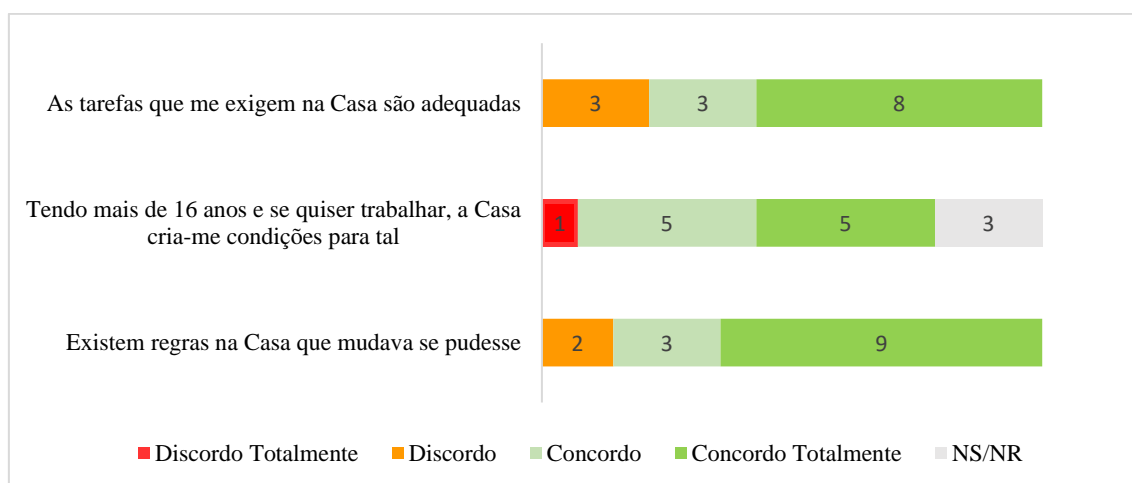


Figura 29 - Normas e Regras da Casa D

▪ **4ª Categoria – Direitos, Liberdades e Garantias**

Esta categoria, talvez tenha sido aquela que mais originou discordância entre os jovens. Apesar das respostas continuarem na sua maioria positivas, alguns mostraram-se contrariados em relação às questões.

O item 6 revelou que, aproximadamente, dez jovens (63%) indicaram que não possuem liberdade para decorar o próprio quarto. Para além disso, no item 15 "Sinto-me protegido(a) contra qualquer tipo de discriminação/agressão/negligência", cinco dos 15 jovens que responderam (aproximadamente 33%), afirmaram que discordavam com o facto de se sentirem protegidos (Figura 30).

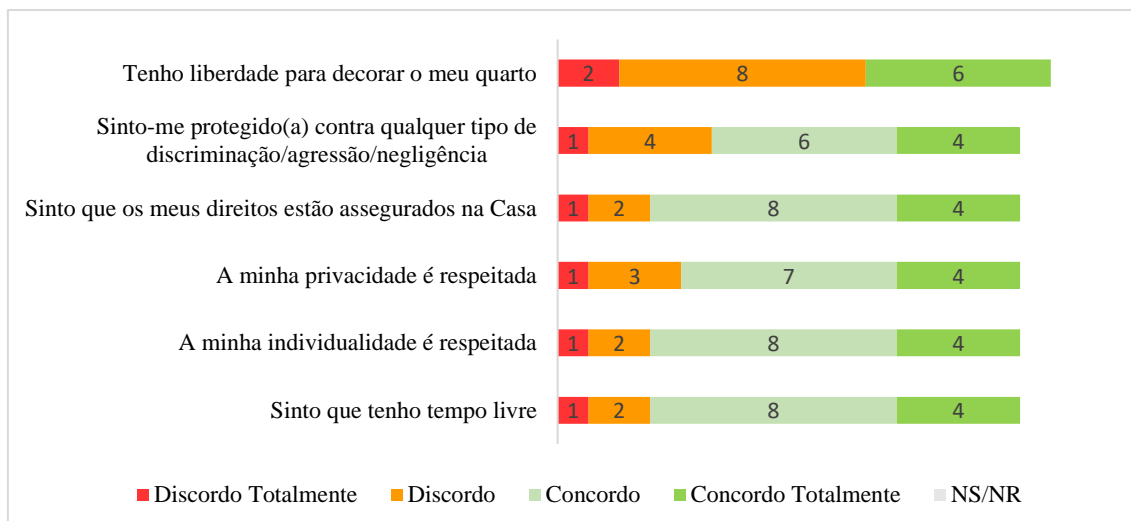


Figura 30 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa D (1)

Tendo em conta os 14 jovens que responderam à questão "Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa" (item 23), cinco deles (aproximadamente 43%) indicaram que se sentem, frequentemente, injustiçados na Casa e ainda, dois dos 14 jovens não souberam responder. Apenas cinco jovens indicaram como se sentiam injustiçados, referindo *as condições, dar a minha opinião sobre algo, não poder expressar a nossa opinião, dinheiro e confusões*.

Consequentemente, relativamente às respostas dadas na questão referida anteriormente, no item 22, quatro em 15 jovens (cerca de 27%) sentem que não podem expressar a sua opinião.

O item 27 "Ao longo da minha experiência na Casa, os meus direitos enquanto criança/jovem em acolhimento foram-me sendo explicados pelos técnicos/cuidadores" provocou também alguma discordância em que, apesar de 11 jovens concordarem (73%), três acabam por discordar (20%) (Figura 31).

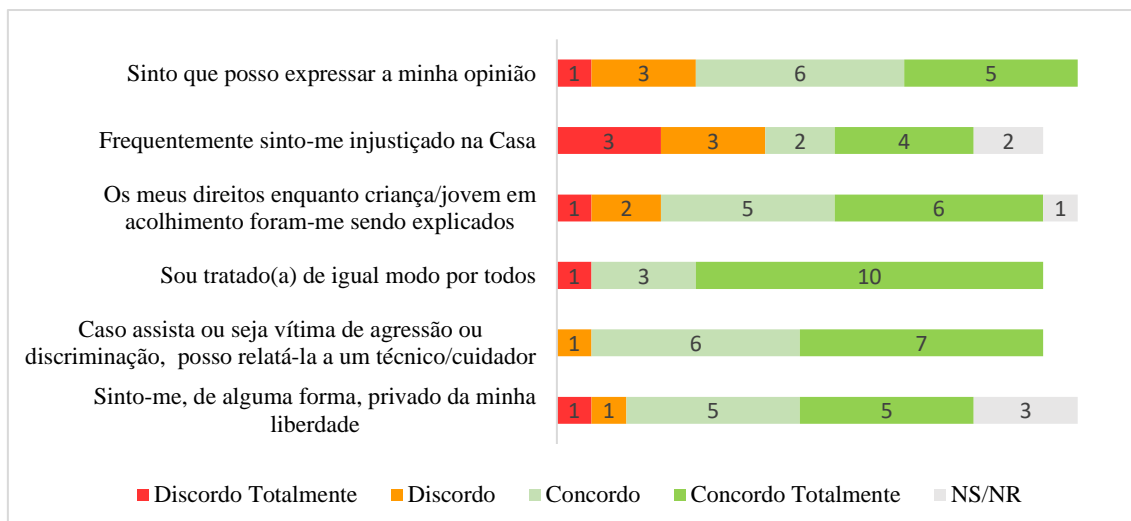


Figura 31 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa D (2)

▪ **5ª Categoria – Bem-estar e Autonomia**

Nesta categoria, as respostas foram praticamente quase todas positivas.

Releva, assim, que os técnicos, educadores e auxiliares procuram cuidar da melhor forma os jovens acolhidos e promover a sua autonomia antes da saída da Casa. No entanto, em quase todas os itens, pelo menos dois jovens mostraram-se contrariados em relação às afirmações referidas no questionário (Figura 32).

Quando questionados se participavam no seu Projeto de Vida (item 32), 11 jovens (73%) indicaram que sim. Alguns jovens referiram como participavam no projeto *dando a minha opinião de quem quero ficar; escola; dando a minha opinião; e cumprir com a escola e ter um futuro melhor.*

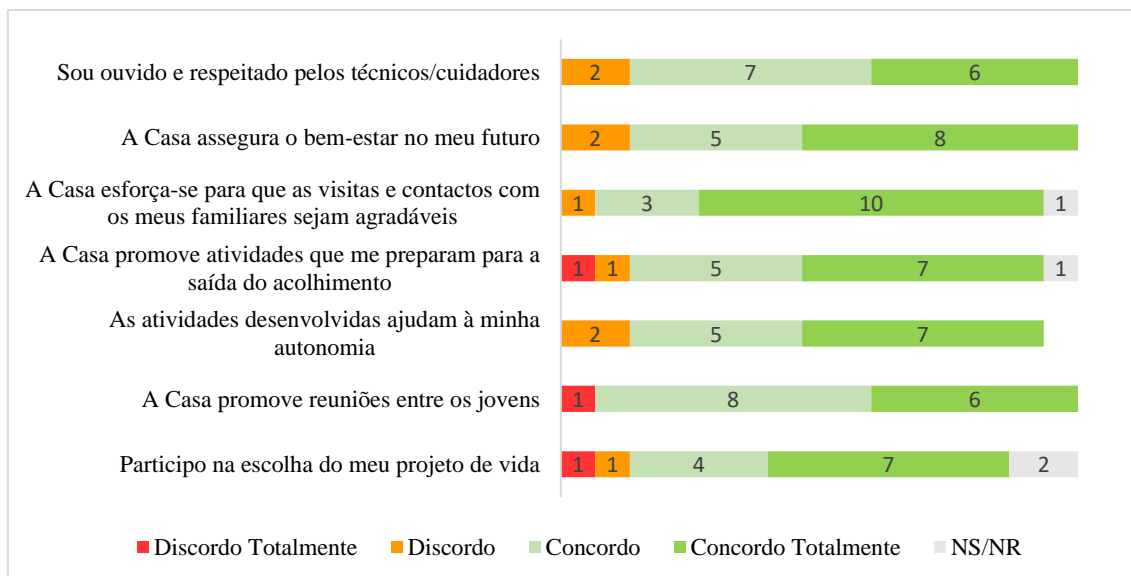


Figura 32 - Bem-estar e Autonomia da Casa D

3.4.1. Análise da resposta livre sobre a experiência na Casa D

Num total de 16 questionários, 11 jovens optaram por não responder. Os comentários foram positivos, onde é referido que a “experiência na casa está sendo até legal (...) gosto de estar nessa casa”.

Com as respostas dadas, percebe-se que os jovens estão felizes na Casa e sentem-se bem. Alguns poderiam usar este espaço de resposta livre para se queixarem de algo que não gostem da Casa, no entanto, nota-se que não há muito a apontar, revelando que toda a equipa atua de forma participativa e positiva na vida destes jovens. Um dos jovens refere que “é bom (experiência na Casa) (...) me ajuda muito, mesmo com as regras chatas”.

A única situação referida que é considerada "menos boa" é o facto de um jovem indicar que “não gosto que os monitores não deixem eu estar aos abraços com a pessoa que eu gosto (...) nas outras pessoas podem eu não curto muito disso”.

A vivência na Casa permitiu a mudança de muitos aspetos da vida de alguns jovens, tornando-os mais positivos, como “tenho amigos, discuto na brincadeira, brinco mais, socializo mais e estudo mais”.

Como qualquer Casa, a questão da liberdade e da privacidade é um assunto pertinente e pode haver quem peça “mais liberdade, não porque não temos muita liberdade (...) queremos mais horas na rua até aí à 21h30”.

Para finalizar, a Casa e toda a equipa procura promover o bem-estar e um melhor futuro para todos estes jovens. No geral, existem alguns aspetos a melhorar, mas não é algo que não se possa resolver com tempo e vontade por parte dos jovens, como de toda a equipa.

Tabela 11. Comparação da Casa D com a média total de respostas positivas das cinco Casas

			Total
Condições Físicas	Q1	81%	88%
	Q2	88%	86%
	Q3	88%	87%
	Q4	81%	87%
	Q5	69%	81%
	Q7	47%	66%
Recursos Humanos	Q8	93%	89%
	Q9	93%	79%
	Q14	80%	87%
	Q18	79%	89%
	Q33	67%	71%
	Q34	87%	79%
Normas e Regras	Q11	79%	88%
	Q12	71%	60%
	Q13*	86%	60%
Direitos, Liberdades e Garantias (1)	Q6	38%	63%
	Q15	67%	84%
	Q16	80%	89%
	Q19	73%	74%
	Q20	80%	84%
	Q21	80%	82%
Direitos, Liberdades e Garantias (2)	Q22	73%	80%
	Q23*	43%	31%
	Q27	73%	89%
	Q29	93%	86%
	Q30	93%	85%
	Q31*	67%	44%
Bem-estar e Autonomia	Q10	87%	89%
	Q17	97%	91%
	Q24	87%	87%
	Q25	80%	83%
	Q26	86%	85%
	Q28	93%	85%
	Q32	73%	76%

Após analisar os resultados desta Casa, considera-se que há bastante a melhorar no funcionamento e na relação entre os jovens e a equipa. Ao contrário da análise das outras Casas, torna-se mais pertinente indicar quais as questões com os melhores resultados, em vez do aposto. Assim, os itens com os melhores resultados foram o item 2 “As condições da sala de estar são acolhedoras”, item 3 “O espaço exterior é agradável”, item 8 “Quando estou doente tenho todos os apoios de saúde necessários”, item 9 “A Casa tem técnicos/cuidadores suficientes para dar resposta ao número de crianças/jovens”, item 34 “Estes responsáveis habitualmente estão disponíveis para me ouvir”, item 12 “Tendo mais

de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal”, item 29 “Sou tratado(a) de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião e orientação sexual”, item 30 “Caso assista ou seja vítima de agressão ou discriminação, sinto que posso relatá-la a um técnico/cuidador”, item 26 “As atividades desenvolvidas na Casa ajudam à minha autonomia” e por fim, o item 28 “A Casa promove reuniões entre os jovens para debaterem assuntos relativos ao acolhimento” (Tabela 11).

Apesar da maior parte das questões terem resultados negativos, abaixo da média total, quando questionados sobre a experiência na Casa, torna-se importante salientar que os jovens indicaram assuntos e situações pertinentes que relevam o bem-estar e o cuidado que a equipa tem com C/J acolhidos nesta Casa.

3.5. Casa E

Na Casa E prevaleceu um total de 15 questionários recolhidos, em que C/J participantes tinham idades compreendidas entre os 9 e os 19 anos (média = 13.66 anos), sendo todos do sexo masculino (Figura 33).

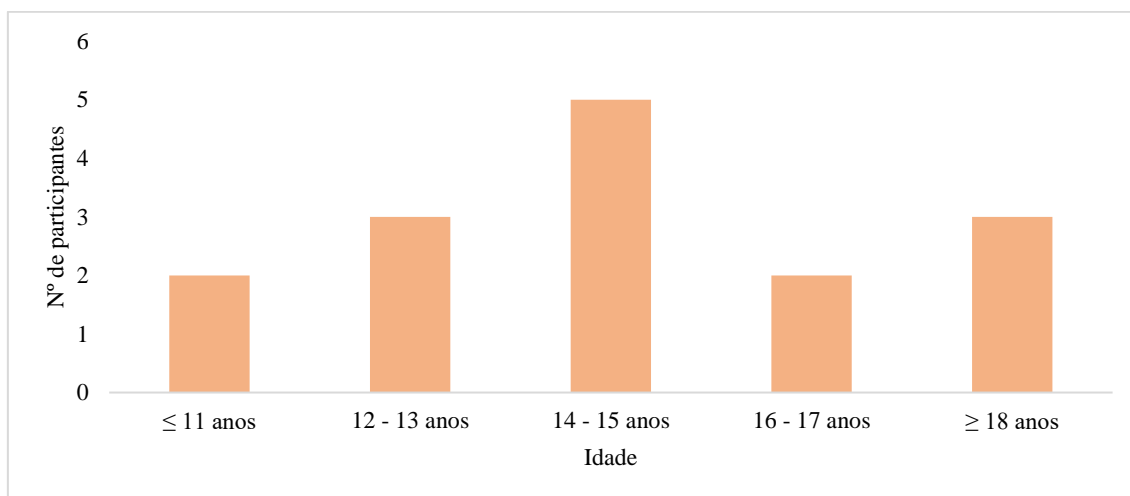


Figura 33 - Idade dos participantes da Casa E

O tempo de acolhimento variou entre 1 mês a 6 anos (média = 2.81 anos) (Figura 34).

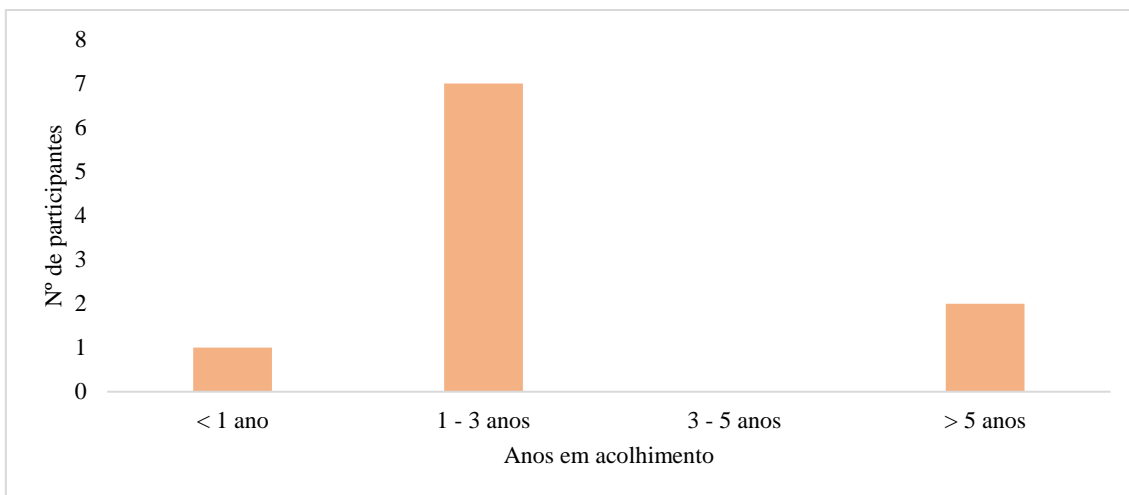


Figura 34 - Tempo de acolhimento dos participantes da Casa E

▪ **1ª Categoria – Condições Físicas**

Os espaços físicos da Casa foram considerados, pelos jovens, como sendo acolhedores e agradáveis. No entanto, no item 5 "Os quartos são acolhedores" e no item 7 "A Casa tem as condições necessárias para pessoas portadoras de deficiência/necessidades especiais", a opinião dos jovens divergiu um pouco. No item em relação aos quartos apenas um jovem discordou que os quartos eram acolhedores e no item sobre as condições dois dos 15 jovens (aproximadamente 13%) discordaram com o facto de existir condições suficientes para pessoas portadoras de algum tipo de necessidade (educativa) especial (Figura 35).

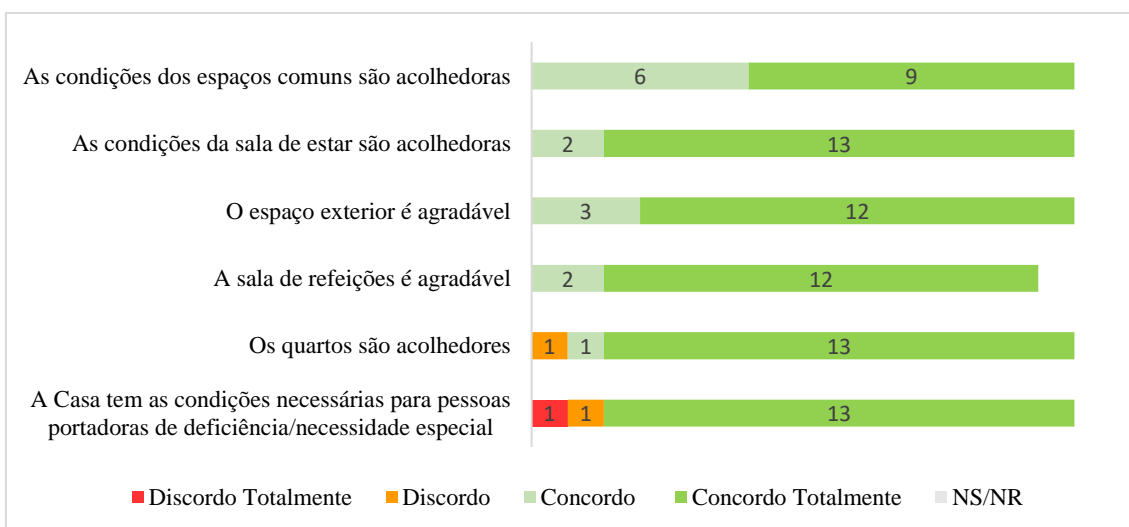


Figura 35 - Condições Físicas da Casa E

▪ 2ª Categoria – Recursos Humanos

Tendo em conta as respostas dadas nesta categoria, conclui-se que esta Casa, tal como as outras, possui muitos bons profissionais cuidam das C/J da melhor maneira possível, respondendo sempre às necessidades dos mesmos.

No item 23, três dos jovens (20%) indicaram que os responsáveis pela gestão da Casa não conheciam o que se passava diariamente com a Casa e com os jovens acolhidos.

No entanto, no item 34, 13 jovens (87%) revelaram que, habitualmente, os responsáveis se mostram disponíveis para ouvir as necessidades dos próprios jovens (Figura 36).

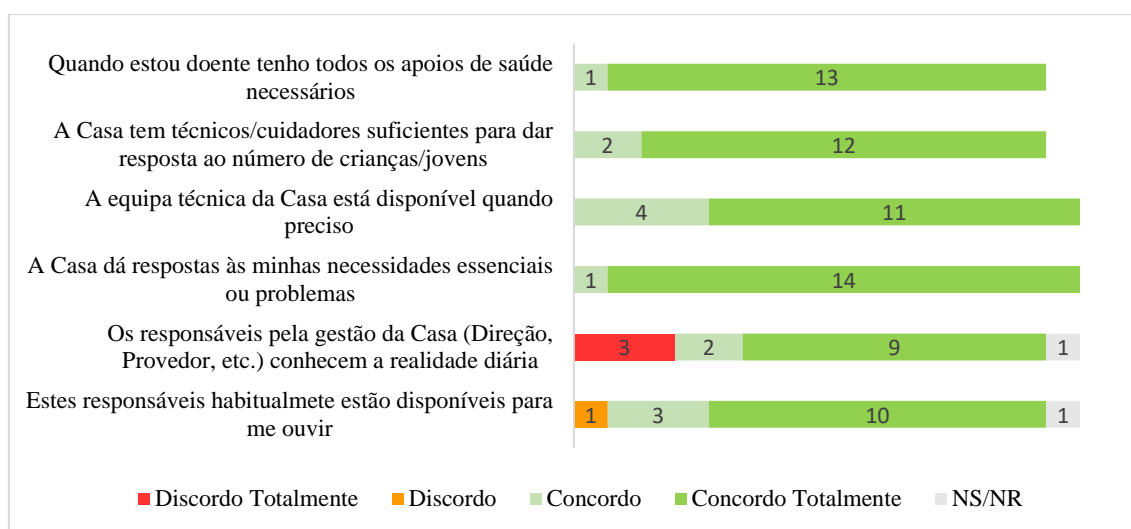


Figura 36 - Recursos Humanos da Casa E

▪ 3ª Categoria – Normas e Regras

Todos os jovens consideraram que as tarefas exigidas na Casa (item 11) são adequadas, no entanto, nove dos 15 jovens que responderam ao item 13, indicaram que mudariam, se pudessem, algumas regras existentes. Alguns identificaram o que alteravam:

- *Jantar mais cedo;*
- *Usar os telemóveis todos os dias (...) e à sexta e ao fim de semana;*
- *Ir para a cama mais tarde na sexta (...);*
- *Jantar mais tarde e ceia mais tarde;*
- *Ir mais cedo no fim-de-semana.*

A maior parte das respostas a esta questão incide na ideia de jantar e ir para a cama mais tarde e ter os telemóveis até mais tarde.

No item 12 “Tendo mais de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal”, quatro jovens (aproximadamente 27%) responderam NS/NR, sendo que esses não têm 16 anos ou mais (Figura 37).

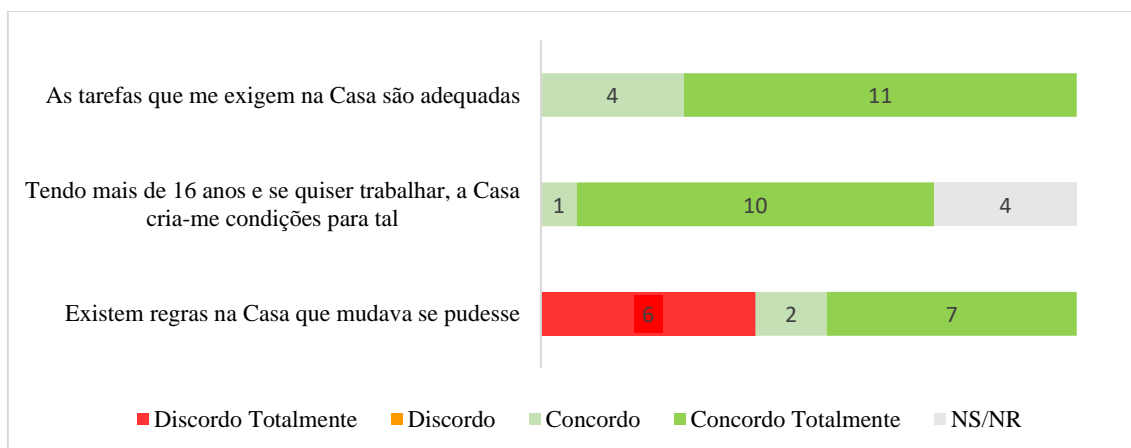


Figura 37 - Normas e Regras da Casa E

▪ 4ª Categoria – Direitos, Liberdades e Garantias

No item 6 “Tenho liberdade para decorar o meu quarto”, apesar de grande parte concordar, seis jovens (cerca de 40%) indicaram que não possuem liberdade suficiente para o fazer. No item 21, dos 15 jovens que responderam, três (20%) indicaram que sentem que não têm tempo livre (Figura 38).

Não se pode esquecer que se deve ter sempre em conta casos individuais de jovens que podem considerar que as suas necessidades e direitos podem não estar a ser assegurados da maneira mais correta.

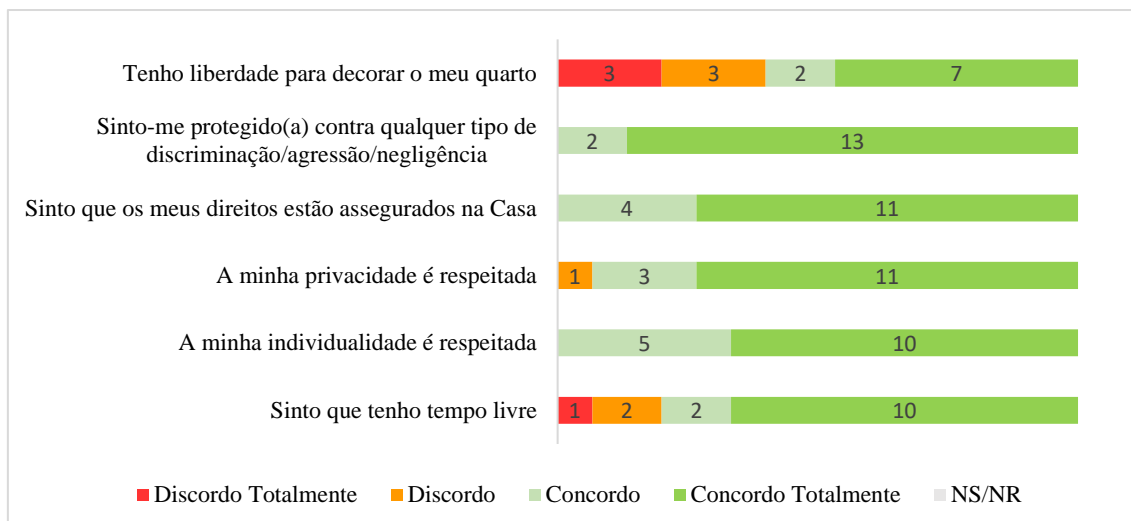


Figura 38 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa E (1)

No item 23 "Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa", dos 15 jovens que responderam, 12 (80%) indicaram que não se sentem, frequentemente, injustiçados na Casa (apenas três jovens (20%) concordaram com a afirmação). Nesta mesma questão, os jovens foram solicitados a responder em que situações se poderiam sentir injustiçados. Os jovens indicaram que uma das injustiças que podem sofrer na Casa, é o facto de *os colegas provocarem-nos*.

Ao serem questionados sobre sentirem alguma privação da sua liberdade (item 31), sete jovens (cerca de 33%) concordaram com a afirmação e outros dois (13%) escolheram a opção NS/NR.

Ao item 29 "Sou tratado de igual modo por todos (...)" apresenta 100% de respostas afirmativas. Nos restantes itens, o item 22 "Sinto que posso expressar a minha opinião", item 27 "Ao longo da minha experiência na Casa, os meus direitos enquanto criança/jovem em acolhimento foram-me sendo explicados pelos técnicos/cuidadores" e item 30 "Caso assista ou seja vítima de agressão ou discriminação, sinto que posso relatá-la a um técnico/cuidador", estas são marcadas apenas por um jovem, em cada, que não concordou com a afirmação (Figura 39).

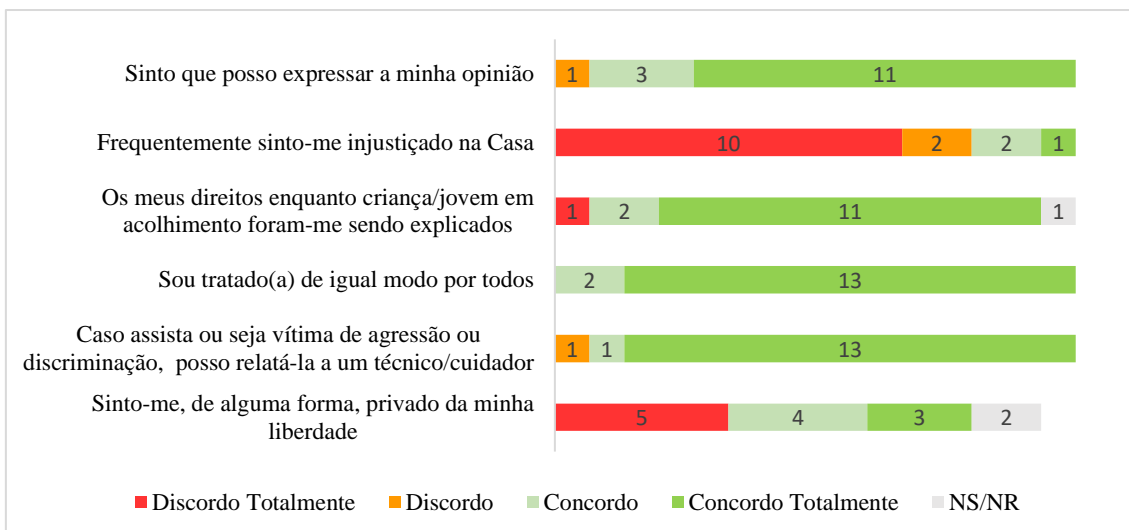


Figura 39 - Direitos, Liberdades e Garantias da Casa E (2)

▪ **5ª Categoria – Bem-estar e Autonomia**

Os itens 17 "A Casa assegura o bem-estar no meu futuro", 25 "A Casa promove atividades que me preparam para a saída do acolhimento" e 26 "As atividades desenvolvidas ajudam a minha autonomia", revelaram um total de 100%, nas três, de respostas afirmativas.

As restantes questões, apenas apresentaram um jovem que respondeu de forma negativa relativamente às afirmações.

No geral, a Casa apresenta uma ótima funcionalidade na área do Bem-estar e da autonomia. Quando questionados se participavam no seu Projeto de Vida (item 32), 11 dos 15 jovens que responderam (aproximadamente 73%), indicaram que sim (Figura 40).

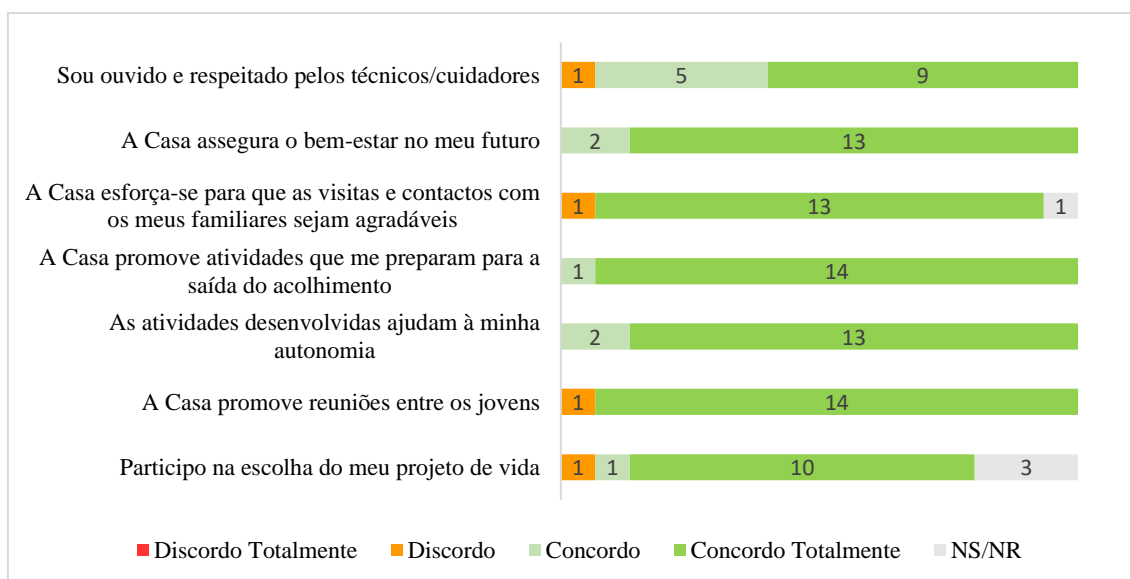


Figura 40 - Bem-estar e Autonomia da Casa E

3.5.1. Análise da resposta livre sobre a experiência na Casa E

Num total de 15 questionários, todos os jovens optaram por responder.

Os comentários foram todos positivos, tendo sido referido, várias vezes, que os jovens gostam bastante de estar na Casa e se sentem bem acolhidos. Consideram que são bem tratados no seu dia-a-dia tanto pela equipa técnica, como pelos cuidadores. Muitos deles também se sentem respeitados e apontam o facto de terem a liberdade suficiente para fazerem o que gostam.

Há quem refira que a vivência na Casa é bastante acolhedora e que existe um bom ambiente entre os jovens e toda a equipa. A experiência proporcionou uma melhoria de vida em alguns jovens, onde é referido que abandonaram velhos hábitos altamente prejudiciais para a saúde, desde que foram acolhidos na Casa.

Um jovem indica que “desde que vim para aqui acolheram bem como eu queria”. Para além disso, outro também refere que gosta bastante dos mimos que recebe e das prendas no dia de aniversário e no Natal.

A Casa é descrita como tendo boas condições para os jovens, atua de acordo com a felicidade e as necessidades dos jovens, garantindo o bem-estar de todos e uma boa relação entre os jovens e toda a equipa. Um jovem indica que vai ter saudades de todos aqueles que trabalham na Casa quando for embora.

Tabela 12. Comparação da Casa E com a média total de respostas positivas das cinco Casas

			Total
Condições Físicas	Q1	100%	88%
	Q2	100%	86%
	Q3	100%	87%
	Q4	100%	87%
	Q5	93%	81%
	Q7	87%	66%
Recursos Humanos	Q8	100%	89%
	Q9	100%	79%
	Q14	100%	87%
	Q18	100%	89%
	Q33	73%	71%
Normas e Regras	Q34	87%	79%
	Q11	100%	88%
	Q12	73%	60%
Direitos, Liberdades e Garantias (1)	Q13*	60%	60%
	Q6	60%	63%
	Q15	100%	84%
	Q16	100%	89%
	Q19	93%	74%
	Q20	100%	84%
Direitos, Liberdades e Garantias (2)	Q21	80%	82%
	Q22	93%	80%
	Q23*	20%	31%
	Q27	87%	89%
	Q29	100%	86%
	Q30	93%	85%
Bem-estar e Autonomia	Q31*	47%	44%
	Q10	93%	89%
	Q17	100%	91%
	Q24	87%	87%
	Q25	100%	83%
	Q26	100%	85%
	Q28	93%	85%
	Q32	73%	76%

Mais uma vez, esta Casa também apresenta ótimos resultados quando analisadas as médias totais de cada item. No seu geral, a Casa excede em quase todos os itens a média total, revelando que esta (constituída por toda a sua equipa) atua de maneira formidável em relação aos jovens acolhidos. Foram poucos os itens que apresentaram piores resultados, nomeadamente o item 6 “Tenho liberdade para decorar o meu quarto”, item 27 “Ao longo da minha experiência na Casa, os meus direitos enquanto criança/jovem em acolhimento foram-me sendo explicados pelos técnicos/cuidadores”, item 31 “Sinto-me, de alguma forma, privado da minha liberdade” e ainda, o item 32 “Participo na escolha do meu Projeto de Vida” (Tabela 12).

4. Discussão dos Resultados

Neste estudo analisámos a perceção que as C/J têm sobre a dinâmica da CA, destacando várias categorias, de modo a entendermos melhor qual a opinião dos/as jovens e como é a sua rotina diária.

Os resultados obtidos evidenciaram que quatro das cinco CA (Casa A, Casa B, Casa C e Casa E) têm feito um trabalho quase de excelência, bastante dinâmico e apelativo para as C/J que estão acolhidos. Ressalta-se que nenhuma funciona de igual maneira e todas têm os seus métodos para intervir nas vidas destes indivíduos mais sensibilizados e afastados da sociedade. As categorias que mais se destacaram com melhores resultados, foram a 2ª Categoria – Recursos Humanos, 4ª Categoria – Direitos, Liberdades e Garantias, e ainda, a 5ª Categoria – Bem-estar e Autonomia.

De acordo com estes resultados, entende-se que as quatro Casas referidas anteriormente respeitam as C/J acolhidos em diferentes níveis. Para além de garantir o bem-estar físico destes jovens, não se pode esquecer que as C/J são sujeitos detentores de vários direitos, onde devem, sempre, possuir o direito à opinião e à liberdade de expressão relativamente a assuntos e temáticas que lhes possam dizer respeito, pois só através do seu testemunho é que nos tornamos capazes de entender e elucidar os nossos pensamentos em relação ao quotidiano e ao funcionamento das CA (Ferreira, 2017). As respostas dos/as jovens revelaram que muitas das vezes são ouvidos, compreendidos e sentem-se em segurança junto de toda a equipa que os acolhe.

Tendo em conta que as CA devem ter como principal objetivo “zelar pela proteção e promoção dos direitos das criança e dos jovens, de forma a proporcionar-lhes um desenvolvimento físico e emocional saudável” (Ferreira, 2017), é também entendido nos resultados que a maioria das C/J participam na promoção e desenvolvimento da sua autonomia e nos seus Projetos de Vida com ajuda daqueles que os protegem.

As respostas ao questionário revelam também que as equipas se mostram capazes de exercer as suas funções em vários aspetos. Mostram-se disponíveis, simpáticos e cuidadosos com as C/J e sempre que possível, ajudam-nos em questões ou problemas que possam ter na escola ou vida pessoal. Segundo Gomes (2010, citado por Marques, 2018), para além das capacidades de formação e teoria que uma equipa que trabalha na área do acolhimento deve possuir,

devem ser igualmente valorizadas e atendidas características pessoais como a sensibilidade, afetividade, idoneidade, abertura e disponibilidade para interagir com o outro, assegurando assim o respeito pelos direitos das C/J acolhidos, proporcionando-lhes um desenvolvimento integral e integrado.

No entanto, há uma Casa que se destaca com piores resultados – a Casa D. Apesar das C/J terem dado uma opinião positiva no item de escrita aberta, a grande parte dos resultados dos itens revelaram aspetos bastante negativos. Nesta Casa, praticamente todas as categorias apresentam-se comprometidas, observando-se, assim, um mau funcionamento em praticamente todas as categorias. Os únicos itens com resultados positivos, acima da média, foram (Tabela 11): o item 2 - *As condições da sala de estar são acolhedoras* e o item 3 - *O espaço exterior é agradável*, ambos presentes na categoria das Condições Físicas; o item 8 - *Quando estou doente tenho todos os apoios de saúde necessários*, o item 9 - *A Casa tem técnicos/cuidadores suficientes para dar resposta ao número de crianças/jovens* e o item 34 - *Estes responsáveis habitualmente estão disponíveis para me ouvir*, presentes na categoria dos Recursos Humanos; o item 12 - *Tendo mais de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal*, da categoria das Normas e Regras; o item 29 - *Sou tratado(a) de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião ou orientação sexual* e o item 30 - *Caso assista ou seja vítima de agressão ou discriminação, sinto que posso relatá-la a um técnico/cuidador*, relativamente à categoria dos Direitos, Liberdades e Garantias; e ainda, o item 26 - *As atividades desenvolvidas na Casa ajudam à minha autonomia* e o item 28 - *A Casa promove reuniões entre os jovens para debaterem assuntos relativos ao acolhimento*, contemplados na categoria do Bem-estar e Autonomia.

Através da análise dos resultados, pode-se afirmar que a Casa D não exerce as suas funções nas melhores condições. Nota-se um certo cuidado, em aspetos como as C/J serem ouvidos/as e potencializam o seu desenvolvimento e autonomia, mas falham na promoção dos direitos a que os jovens têm direito. Esta situação pode dever-se a diversos fatores como a falta de formação da equipa ou até mesmo a falta de condições para acolherem o número de C/J que acolhem. Como também a possível existência de problemas de comportamento e comportamentos de risco tidos pelas C/J.

5. Conclusão do estudo

Como uma vez disse o Doutor João Pedro Gaspar, “há que ter em conta que os jovens estão numa Casa e para eles se sentirem bem, é necessário alterar certas mentalidades (...) na tua casa também chamas a tua sala de jantar de *refeitório*?”. A verdade é que nem sempre uma casa é um lar. Para que isso aconteça, é pertinente que seja um lugar que transmite aconchego e que seja uma espécie de “refúgio”. É fundamental que seja um lugar que faça sentido para quem lá vive. Viver apenas numa casa decorada revela falta de acolhimento e torna esse mesmo lugar, num espaço mais “frio”. Uma Casa tende a ser o espelho de nós mesmos e devemos ter em atenção a relação que se mantém com aqueles que compartilham o mesmo espaço, dando ênfase aos momentos que se irão viver, em conjunto. O essencial de um lar é estar com quem se gosta e ser um lugar que nos represente a nós mesmos. Assim, é muito importante que toda a equipa, C/J mantenham entre si uma relação com base no respeito, empatia e carinho pelo outro.

De modo a potencializar a dinâmica da CA, torna-se pertinente apostar na formação destes profissionais, pois a CA surge como “alternativa à família (...) que deve promover condições de desenvolvimento e bem-estar conscientes do papel que desempenham e terem formação especializada na função que exercem” (Marques, 2018).

Recentemente, em 2019, a medida de acolhimento residencial é regulamentada (Decreto-Lei nº 164/2019, de 25 de outubro), em que se “pretende promover um acolhimento residencial qualificado e de qualidade, acompanhado por equipas técnicas devidamente habilitadas e por equipas educativas aptas a uma prestação adequada de cuidados” (Almeira, Fernandes & Peixoto, 2021).

Tal como já foi referido no decorrer do presente documento, o interesse da criança deve ser o primeiro a ter em conta e não é há muito tempo que a perspetiva da mesma sempre era desvalorizada e considerada um ser imaturo e vulnerável. É importante ter em conta a opinião e perceção de C/J acolhidos/as sobre decisões que lhe dizem respeito. Daí a necessidade sensibilizar e formar cada vez mais profissionais inseridos no acolhimento, de modo a não serem apenas teóricos naquilo que fazem. Não basta saber a teoria, é preciso querer e gostar de trabalhar nesta área.

Relativamente à estrutura e espaço de uma CA, sendo algumas vezes difícil fugir ao conceito de “institucionalização”, o ambiente deve ser criado de modo a transmitir um

cenário de normalidade. Cada vez mais, CA optam por reduzir os seus espaços para receber um número mais reduzido de C/J, permitindo, assim, um espaço mais íntimo com características semelhantes a um espaço familiar. Apesar de ser algo temporário, uma CA deve representar um espaço onde as C/J se sintam em segurança, permitindo o desenvolvimento a todos os níveis que possam atingir.

Com a análise dos questionários, foram elaborados relatórios específicos com os resultados e entregues a cada uma das Casas. Todas as C/J possuem as competências necessárias “para darem um contributo inovador para melhorar os espaços sociais em que vivem e para tal necessitam ser ouvidos” (Marques, 2018) logo, a sua participação deve constituir-se como uma prática no dia-a-dia em AR e os profissionais devem fazer com que estas se sintam ouvidas e percebidas.

Para realizar uma avaliação de qualidade dos serviços que cada CA proporciona, é necessário ouvir e entender a opinião e visão de cada C/J acolhido. Todos merecem uma oportunidade onde se possam exprimir e manifestarem-se relativamente ao seu grau de satisfação na Casa e darem também sugestões caso pretendam melhorar ou mudar algo.

Assim, todas as CA do país e do resto do mundo deviam começar por criar um espaço ou disponibilizar algum tempo, onde cada C/J se possa pronunciar, quer de forma anónima (por exemplo, através de caixinhas onde podem colocar papéis com ideias, queixas, agradecimentos, etc.) ou até mesmo, através de pequenos convívios ou reuniões onde se estabeleça uma comunicação ativa e participativa de todas as C/J e também de toda a equipa que compõe a Casa, contribuindo para que os direitos de todos fiquem assegurados e ainda, promover a qualidade do acolhimento.

No fundo, a ideia que deve fundamentar toda a prática na área do acolhimento é a que todas C/J necessitam de um lugar ao qual possam chamar *CASA*.

Capítulo IV. Projeto Get a Job: Um guia prático para conseguirmos emprego

A verdade é que para muitos, entrar no sistema de acolhimento, não se reflete de uma forma muito positiva. No entanto, para outros, o facto de entrarem numa CA pode ser a solução para muitos dos seus problemas.

No momento do acolhimento é realizado um diagnóstico onde são identificadas as necessidades da C/J e todo o processo é constituído pela definição de estratégias e recursos a mobilizar na intervenção individual, bem como os prazos da sua implementação, os riscos envolvidos, o tipo de avaliação e a sua periodicidade.

Tal como foi referido anteriormente, o facto de C/J estabelecerem vinculações seguras com os seus cuidadores (e família), reflete-se na melhoria das suas competências sociais, resiliência, autoestima e “apresentam mais competências de autonomia” (Pires, 2011, p. 21). Segundo Doron e Parot (1998, citado por Pires, 2011, p. 24), a autonomia

é um processo em que um indivíduo alcança ou estabelece por si mesmo as suas próprias normas de conduta, surgindo da interiorização de regras e valores, consecutiva a um processo de negociação pessoal com os diversos sistemas normativos de independência e de constrangimentos sociais.

No diagnóstico inicial da C/J, devem ser também analisadas, detalhadamente, as experiências relatadas nos primeiros anos de vida de cada um para, a partir daí, conseguir-se uma melhor perceção relativamente à análise da autonomia.

Para além da infância, a adolescência, por muitos, é considerada como a fase da vida onde são adquiridas mais e maiores transformações, sendo o período onde se promove o desenvolvimento e começa por se estabelecer a identidade pessoal do jovem (Pires, 2011). Através dessa identidade, o jovem é capaz de entender e, possivelmente, descobrir qual é o seu papel na sociedade e no mundo. Segundo Pires (2011, p. 29),

é na adolescência que o indivíduo sente a necessidade de se tornar autónomo, de se separar psicologicamente dos pais ou de outras figuras de referência em que a autonomia, tarefa desenvolvimental central do período adolescente, é na representação adolescente um conceito relacional, envolvendo mudanças e nas representações de si próprio e do outro.

Jovens acolhidos necessitam de uma intervenção mais direcionada à autonomia, individualidade e independência do que aqueles que levam uma vida fora do acolhimento. O seu processo deve ser feito gradualmente, fornecendo a oportunidade de escolherem e tomarem as suas próprias decisões e escolhas de vida, ao mesmo tempo que desenvolvem as suas competências a nível pessoal e social. Geralmente, aqueles que nunca integraram programas de autonomia de vida, revelam uma maior dependência financeira em relação aos que participaram (Georgiades, 2005, citado por Pires, 2011, p. 70).

Os profissionais do acolhimento possuem também um papel fundamental no que diz respeito ao processo de desinstitucionalização, permitindo uma entrada na sociedade menos vulnerável e mais pacífica, de acordo com as necessidades e expectativas de cada jovem. Tendo em conta as palavras de Sousa (2015, citado por Cabral, 2017, p. 10), a autonomia

não só deve englobar o nível pessoal e psicológico, como também deve ter em conta a aquisição de alicerces e habilidades funcionais que capacitem o indivíduo a uma plena emancipação, como a autonomia nas vertentes económica, profissional, bem como conceitos para a formação da vida pessoal e familiar.

De modo a construir uma identidade estável é “muito importante a existência de uma base segura que sirva de referência na construção identitária, situação que se complexifica nos jovens acolhidos em instituição” (Carvalho & Cruz, 2015, p. 5), ou seja, só tendo relações seguras é que existe a possibilidade do jovem se sentir mais à vontade à medida que explora o mundo.

De acordo com Martinez & Soares-Silva (2008, citado por Cabral, 2017, p. 9), “se a criança desconhecia o seu destino quando entrou na instituição, ainda mais desconhece o seu rumo depois da saída da instituição”. Ao contrário de muitos jovens na população geral, aqueles que abandonam o acolhimento tendem a superar as dificuldades da fase adulta sozinhos e com pouco ou nenhum suporte por outros (Courtney & Dworsky, 2006, citado por Steffe & Barry, 2012, p. 44).

A transição dos jovens para o pós-acolhimento é algo bastante complexo, exigindo um trabalho contínuo desde que entram no acolhimento até saírem. Naccarato, Brophy & Courtney (2010, citado por Steffe & Barry, 2012, p. 43), referem que a maioria dos jovens pós-acolhidos não estão adequadamente preparados para uma vida independente. Os profissionais e as instituições de acolhimento devem “potenciar ambientes de vida com

base na estabilidade relacional, funcional e instrumental, tentando preparar as crianças e os jovens para os desafios que os processos de transição, muito especificamente para a autonomia e idade adulta exigem” (Carvalho & Cruz, 2015, p. 11).

De modo a promover uma saída mais segura, é necessário investir em estratégias que envolvam a promoção da educação, formação, acompanhamento e apoio contínuo desde o momento que chegam ao acolhimento até muito depois de cessarem. Assim, transitar para a vida adulta ao sair do sistema de acolhimento

para ser um processo de qualidade para a vida, requer vivências adaptativas, geradoras de bem estar, saúde e de satisfação individual em relação ao próprio e ao contexto familiar, social, escolar ou laboral, conforme a jovem e o seu projeto de vida (Pinheiro, Velho, Santos & Carvalho, 2015, p. 16).

Ao longo dos anos, tem-se observado novas políticas que permitem a criação de projetos capazes de habilitar os jovens à autonomia e à independência, tornando-os jovens ativos, participativos e reflexivos sobre o seu papel na sociedade, como é o exemplo do Plano DOM, já referido anteriormente.

Greeson (2013, p. 41), indica que existe um grande número de jovens ex-acolhidos que carecem de uma boa educação/formação, têm dificuldades em arranjar emprego, dependem de ajuda pública (a maioria a nível financeiro) e muitos acabam na situação de sem-abrigo ou enveredar por comportamentos delinquentes ou consumo de substâncias.

Através da análise dos questionários referidos no Capítulo III e pela experiência pessoal vivenciada durante o período de estágio na Plataforma PAJE, foi possível constatar que em muitas CA a preparação dos jovens para a vida profissional não era de todo, exercida. Para além disso, a quantidade de jovens que nos chegaram sem conhecimentos suficientes para elaborar um CV, transmitiu a ideia que os alguns profissionais não promovem uma aprendizagem ativa relativamente ao que fazer e como fazer para conseguirem adquirir o primeiro emprego pós-acolhimento.

Assim, surgiu a ideia da criação de um pequeno manual onde são explicadas, passo a passo, as etapas necessárias para se inserirem no mercado de trabalho, com o objetivo de fornecer aos jovens orientações e estratégias para melhorar a qualidade da sua inserção profissional, permitindo um futuro mais integrado, participativo e positivo.

O esboço do conteúdo deste guia prático, tem como objetivo dividir-se em:

- Como elaborar um Curriculum Vitae;
- Como elaborar uma Carta de Apresentação;
- Como estar numa Entrevista de Emprego;
- Como gerir o dinheiro e o tempo;
- Ética profissional.

Para além de ser usado para fins de utilização enquanto ferramenta formativa na intervenção em jovens acolhidos e ex-acolhidos para sua inserção profissional, o manual incide no desenvolvimento de competências no domínio profissional, que devem ser trabalhadas em conjunto com os profissionais da CA e os jovens acolhidos, de modo a garantir uma transição mais segura e desenvolvimento de processos de autonomização, relativamente ao mercado de trabalho. A saída do acolhimento requer uma mudança nos padrões de comportamento a nível social, pessoal e laboral. Tendo em conta que é um processo de adaptação prolongado, é necessário investir num acompanhamento técnico e contínuo.

Pretende-se que no final do manual, os jovens sejam capazes de possuir a autonomia e independência necessária para elaborarem os recursos pretendidos para adquirir um emprego.

Futuramente, a ideia primordial, consiste em adequar os conteúdos do manual para um separador do *site* da Plataforma PAJE, abrangendo um público alvo maior e permitindo uma maior adequação da temática e dos conteúdos através de vídeos e dinâmicas *online*.

Em apêndice, segue a ideia de como manual é elaborado (Apêndice I).

Considerações finais

No presente relatório foi evidenciado várias vezes que a entrada no processo de acolhimento pode gerar consequências negativas, contribuindo gravemente para traumas passados. No entanto, foi também referido que ir para uma CA pode ser uma grande ajuda na vida presente e futura dos vários jovens que são acolhidos. As CA e outras instituições têm um papel fulcral no que diz respeito ao desenvolvimento e apoio às C/J, implementando estratégias de modo a minimizar as possíveis consequências existentes devido a EAI.

Nesse sentido, a Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos surge com um propósito solidário e de justiça social para aqueles que em crianças foram vítimas (de diferentes tipos de violência, abuso e negligência) e que tenham experienciado um longo período de AR. O seu papel passa muito além de apenas “ajudar”. A PAJE e toda a sua equipa multidisciplinar auxilia diariamente jovens de todo o país, atendendo não só às suas emergências, mas também promovendo oportunidades capazes de suscitar sentimentos de realização aos jovens enquanto indivíduos e pessoas. Esforçam-se também por alterar políticas e práticas públicas, numa luta constante pelos jovens ex-acolhidos que não são reconhecidos, nem valorizados enquanto cidadãos ativos na sociedade.

Quando determinada C/J entra no acolhimento, é-lhe dada uma nova oportunidade na vida. Para além do trabalho diário desenvolvido pelas CA, estabelecer parcerias com outras entidades sociais, como a PAJE, fortalece o desenvolvimento de competências e mecanismos que promovem a autonomia e a independência dos jovens, preparando-os para uma vida fora do acolhimento. Desta forma, ao serem ajudados e tendo uma base de apoio sólida, permite que estes possam ter uma vida adulta mais estável e uma inserção na vida ativa e profissional mais segura. Perante o exposto, não se pode descurar a necessidade de formar e capacitar adequadamente profissionais da área do acolhimento, de maneira a entender e a melhorar as suas relações com os jovens, estabelecendo relações seguras e promovendo o seu bem-estar.

O estágio curricular desenvolvido evidenciou a necessidade urgente de fomentar as competências dos jovens, principalmente a respeito social, pessoal e profissional. A par disto, também a realização do estudo “Perceção de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial” se apresentou como fulcral para analisar, não apenas a dinâmica das CA,

mas também o direito que a C/J possui ao expressar a sua opinião e participar ativamente no contexto em que vivem. Permitir que participem através da sua opinião e perceção, irá dar-lhes mais autoestima e independência, tornando-os mais capazes de pensarem e agirem autonomamente. Adicionalmente, reconhecendo-se a área profissional como uma das componentes mais importantes para o total alcance de independência que os jovens tanto anseiam, considerou-se pertinente criar o Projeto *Get a Job*, como recurso pedagógico de auxílio para o estabelecimento de um primeiro contacto com o mundo profissional.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, C. (2000). As nações unidas, a convenção e o comité. In. Procuradoria-Geral da República. (Eds.), *Boletim de Documentação e Direito Comparado* (23-54). Gabinete de Documentação e Direito Comparado.
- Almeida, F., Fernandes, P., & Peixoto, C. S. (2021). Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: O Acolhimento Residencial – Apontamentos Históricos e Atualidade. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (109-117). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Antoniazzi, A. S., Dell’Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273-294.
- Balhau, J. R. C. (2011). *A vinculação e a auto-estima em jovens não-institucionalizados vs. Institucionalizados* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga].
<https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/277/1/Capa%20da%20Tese.pdf>
- Bastos, R. (2014). *Projetos de Vida de Adolescentes Institucionalizados* [Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense]. Repositório Universidade Portucalense.
<http://hdl.handle.net/11328/915>
- Batista, S. (2013). *Características do contexto de acolhimento residencial e comportamentos dos jovens acolhidos* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://hdl.handle.net/10216/110800>

Boullier, M., & Blair, M. (2018). Adverse childhood experiences. *Paediatrics and Child Health*, 28(3), 132-137.

Cabral, A. M. (2017). *Do acolhimento à autonomização: Perceções dos jovens que viveram institucionalizados*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação Coimbra].
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/20010/1/ALCIDIA_CABRAL.pdf

Carvalho, M.J. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian. https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2021/05/52Est_Sistema_Nac_Acolhimento_Crianças_Jovens.pdf

Carvalho, M. J., & Cruz, H. (2015). *Transições juvenis num contexto de (pós-)acolhimento*. Fundação Calouste Gulbenkian Desenvolvimento Humano. https://www.researchgate.net/publication/347999606_TRANSICOES_-_Desafios_e_praticas_no_acolhimento_de_jovens_em_instituicao

Charles, L. (1998). Adverse Childhood Experiences and Trauma. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 361-364.

Chichorro, A. M. (1996). Lar de Apoio. Direção-Geral da Ação Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. https://www.seg-social.pt/documents/10152/51046/Lar_apoio/8dd66e2e-9e74-4e66-837e-87e26479a315

Conselho Nacional de Educação. (2009). A educação das crianças dos 0 aos 12 anos. https://www.cnedu.pt/content/antigo/files/1_A_Educacao.pdf

- Cordeiro, R. .A. (2012). Vinculação e Temperamento Afetivo em Jovens Adultos. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2339/1/TeseDoutoramentoRaulCordero.pdf>
- Costa, A. R. (2021). Teorias e Áreas do Desenvolvimento e Necessidades das Crianças e Jovens. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (31-38). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Cunha, L. M. A. (2007). *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*. [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. file:///C:/Users/Surface/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Artigos%20relat%C3%B3rio%20de%20est%C3%A1gio/18914_ULFC072532_TM.pdf
- Felliti et al. (1998). Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245-258.
- Ferreira, F., & Pinho, P. (2009). Psicanálise e teoria da vinculação. *Psicologia.pt – O Portal dos Psicólogos*. https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?codigo=TL0160
- Ferreira, N. S. (2014). *Teoria da Vinculação*. [Tese de Mestrado, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73037/2/29056.pdf>
- Ferreira, R. C. F. (2017). *A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob Medida de Acolhimento Residencial*. [Tese de Mestrado, Instituto

Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna].
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24836/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20Vers%C3%A3o%20Final_Rute%20Ferreira.pdf

Gaspar, J. (2013). Do acolhimento à autonomização: o que dizem os adultos que viveram institucionalizados. Breves notas bibliográficas. *Polêmica*, 12(1). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/5271/3861>

Gaspar, J. P. M., Santos, E. J. R., & Alcoforado, J. L. M. (2015). Desafios da Autonomização: Estudo das transições segundo jovens adultos ex-institucionalizados. *Revista Psicologia Clínica*, 27, 59-81.

Gaspar, M. (2011). *Adolescentes institucionalizados: aconselhamento vocacional. Um estudo exploratório* [Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Psicologia. <https://www.psicologia.pt/teses/textos/TE0007.pdf>

Gomes, J. P. (2004). O que é ser criança? Da genética ao comportamento. *Análise Psicológica*, 1(22), 33-42

Gonçalves, M. J., & Sani, A. I. (2013). Instrumentos jurídicos de proteção às crianças: do passado ao presente. *E-cadernos CES*, 20, 186-200.

Greeson, J. K. P. (2013). Foster Youth and the Transition to Adulthood: The Theoretical and Conceptual Basis for Natural Mentoring. *SAGE Journals*, 1(1), 40-51. <https://doi.org/10.1177/2167696812467780>

Instituto da Segurança Social, I. P. (2019). *Relatório CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.

Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Infância e Juventude.
<https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/CASA+2020.pdf/b7f02f58-2569-4165-a5ab-bed9efdb2653>

Instituto da Segurança Social, I. P. (2019). *Relatório CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Infância e Juventude.
https://www.segsocial.pt/documents/10152/16662972/Relat%C3%B3rio_CASA_2018/f2bd8e0a-7e57-4664-ad1e-f1cebcc6498e

Instituto da Segurança Social, I. P. (2020). *Relatório CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Infância e Juventude.
<https://www.segsocial.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

Lei n.º 147/99 da Assembleia da República. (1999). Diário da República: I-A série, n.º 204. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/147-1999-581619>

Magalhães, E., Silva, C. S., Ornelas, S., & Calheiros, M. M. (2021). Qualidade das Relações entre Profissionais e Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial: Uma Reflexão em Torno do seu Papel Protetor e Terapêutico. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (269-274). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Magalhães, T., & Vidal-Alves, M. J. (2021). Maus-tratos Infantis e Saúde: Consequências das Experiências Adversas na Infância. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (41-50). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Marques, M. P. C. (2018). *O Direito à Participação nas Casas de Acolhimento Residencial*. [Tese de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. <https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/863/1/Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia e Sociedade*, 20(3), 367-377.

Mourinha, A. L. C. (2020). *A importância das rotinas para o desenvolvimento da autonomia da criança em contexto de Creche* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Santarém]. <https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/2817/1/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20DE%20CURSO.pdf>

Plataforma PAJE. (2021). Relatório 5 anos – 2016-2021. <file:///C:/Users/Surface/Downloads/Relat%C3%B3rio-5-Anos-PAJE-compressed.pdf>

Plataforma PAJE. (2022). *Quem somos?*. <https://www.paje.pt/paje/historia/>

Pedrosa, A. R. G. (2018). *Experiências adversas na infância – consequências psicopatológicas e importância de uma boa orientação* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/114011/2/277452.pdf>

Pimentel, M. H. (2021). Dia a Dia na Casa: Ambiente, Planeamento, Ritmos, Rotinas e Rituais. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de*

Crianças e Jovens em Perigo (257-266). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Pinheiro, M. R., Velho, C., Santos, L., & Carvalho, M. L. (2015). *Transições – Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Fundação Calouste Gulbenkian Desenvolvimento Humano.

https://www.researchgate.net/publication/347999606_TRANSICOES_-_Desafios_e_praticas_no_acolhimento_de_jovens_em_instituicao

Pires, S. A. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizados*. [Relatório de Estágio, Instituto Politécnico de Bragança].

<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A%20Promoc%CC%A7a%CC%83o%20da%20Autonomia%20em%20Jovens%20Institucionalizados.pdf>

Roldão, M. C. (2009). *Que educação queremos para a Infância?* Conselho Nacional de Educação. https://www.cnedu.pt/content/antigo/files/1_A_Educacao.pdf -

Santos, A. S. S. (2016). *Pelas lentes de quem cuida – O Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo na Perspetiva dos Profissionais das Equipas Educativas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra].

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/32931/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Andreia%20Santos%20-%20Julho%202016.pdf>

Schaefer, L. S. (2021). Prólogo. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (XXVI). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Soares, V. C. S. (2018). *Bem-estar Subjetivo de Crianças em Acolhimento Residencial e a sua Relação com Sustentabilidade Societal*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário da Maia].

<file:///C:/Users/Surface/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Est%C3%A1gio/bem%20estar%20das%20crian%C3%A7as.pdf>

Steffe, M., & Barry, C. M. (2012). The Challenges in the Transition to Adulthood for Foster Care Youth: A Literature Review. *Modern Psychological Studies*, 17(2), 43-49. <https://scholar.utc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1207&context=mps>

UNICEF. (2019). Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o-dos-direitos-da-crianca.pdf

Viana, C. (2017). *Faltam apoios e também futuro aos jovens que passaram por casas de acolhimento. Crianças a Torto e a Direitos.* <https://criancasatortoeadireitos.wordpress.com/tag/adolescentes-institucionalizados/>

Anexos

Anexo I. I Encontro de Técnicos de Casas de Acolhimento



Anexo II. Heteroavaliação

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra

Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da FPCE-UC

	I	S	B	MB	E	NA
I = Insuficiente; S = Suficiente; B = Bom; MB = Muito Bom; E = Excelente I = <10; S = 10 a 13; B = 14 a 15; MB = 16 a 17; E = 18 a 20 (valores) NA – Não se aplica						
1) Comunica com clareza os resultados/conclusões do trabalho desenvolvido, bem como os processos, métodos e raciocínios que lhes estiveram subjacentes.					X	
2) Pesquisa, analisa e sistematiza de forma adequada a informação.					X	
3) Define de forma clara metas e objetivos, baseados na análise das necessidades dos contextos em que participa.			X			
4) Desenvolve planos de ação adequados às metas e objetivos a alcançar.				X		
5) Utiliza, adequadamente, conhecimentos, procedimentos e competências técnicas, da sua área de especialização.					X	
6) Interage de forma assertiva com a equipa de trabalho, revelando empatia e respeito pelas pessoas.					X	
7) Interage de forma adequada com os utentes/clientes, salvaguardando a sua dignidade e respeito.					X	
8) Interage de forma adequada com profissionais de outras entidades/organizações/instituições.					X	
9) No plano interno, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre subsistemas/setores/serviços da instituição/organização onde desenvolve as suas atividades principais, numa lógica integrada.					X	
10) No plano externo, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre a organização/instituição onde desenvolve as suas atividades principais, e as restantes instituições (a nível local, comunitário, regional e nacional), numa lógica integrada.					X	
11) Comparece assiduamente ao serviço, de acordo com o horário estabelecido com a instituição/organização.					X	
12) É pontual.					X	
13) Assume e desenvolve, de forma responsável, as funções/tarefas que lhe são confiadas.			X			
14) Integra e promove, na prática, a dimensão ética da profissão.					X	
15) Revela consciência crítica sobre práticas/posturas institucionais, profissionais e sociais (articulando conhecimentos teóricos e práticos com responsabilidade pessoal e profissional).					X	
16) Atua de forma proativa, propondo ideias, iniciativas e procedimentos relevantes para a melhoria do funcionamento da instituição/organização.					X	
17) Evidencia capacidade de se distanciar e refletir criticamente sobre as situações.					X	
18) Compreende as necessidades das pessoas/organizações/instituições e propõe ideias/procedimentos inovadores e criativos.			X			
19) Mostra uma atitude de abertura e capacidade de adaptação à mudança.					X	
20) Revela empenho em aprender e aperfeiçoar-se continuamente.					X	

A DANIELA REVELOU CARACTERÍSTICAS DE FORMADO ACADÉMICA E PESSOAL QUE LHE PERMITIRAM GERIR A ESTÁGIO CURRICULAR DE EXCELÊNCIA, DESARROLVENDO TRABALHO DE QUALIDADE, COM MOTIVADO E CAPAZ, SEMPRE EM EVOLUÇÃO.

Plataforma P.A.J.E.
Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

Anexo III. Redação do “momento de reflexão” da Newsletter da PAJE – “Saída do Acolhimento...”

ESPAÇO DE REFLEXÃO

Saída do Acolhimento...



Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

O relatório CASA – Caracterização Anual das Crianças em Situação de Acolhimento revela que, em 2020, existiam cerca de 6.706 crianças e jovens institucionalizados em acolhimento residencial e familiar. Nesse mesmo ano, 2.359 deixaram o acolhimento, sendo que 44,7% eram jovens com mais de 18 anos.

Ao alcançarem os 18 anos, os adolescentes vivem na ansiedade de uma emergente emancipação praticamente obrigatória que vai depender muito

da própria maturidade e do nível de preparação em que estes se encontram para enfrentar uma nova vida fora do acolhimento. Muitas crianças e jovens tendem a mostrar alguma dificuldade em relação à construção de uma vida futura na sociedade, não revelando qualquer motivação ou objetivos, seguindo a rotina da casa sem apetite para mais, possuem pouco interesse no próprio percurso acadêmico e a ideia de mudarem os seus comportamentos e atitudes é praticamente inexistente. Após a saída do acolhimento, sem o amparo de uma boa rede de apoio social e emocional, estes sentem-se perdidos e sozinhos, afetando ainda mais o desenvolvimento geral e de competências sociais.

Assim, torna-se mais que necessário, para aqueles que deixam o acolhimento, adquirirem e levarem consigo o maior número de recursos possíveis para que possam enfrentar os desafios do quotidiano de forma autónoma e responsável. Isto só se torna possível se, ao longo do tempo em acolhimento, a criança ou o jovem forem potencializando as suas competências tanto a nível pessoal, como a nível social. Assim, todo o processo de autonomia e apoio aos jovens, requer intervenções especiais e individuais por parte dos profissionais, tornando-se uma das tarefas mais determinantes, desenvolvendo assim competências para que criança/jovem se possa desenvolver de forma integral.

Claro que o acolhimento residencial, embora se caracterize como uma medida de proteção e promoção, pode implicar várias consequências negativas, pois a entrada neste novo “mundo”, totalmente desconhecido, promove sentimentos de solidão e angústia devido ao afastamento das crianças ou jovens das suas famílias. Portanto, quanto mais rica for a experiência do jovem na casa de acolhimento, maior é a probabilidade de este se tornar num adulto autónomo, responsável e participativo na sociedade.

Em suma, o jovem deverá adquirir as ferramentas necessárias, como planear e decidir, de modo a que este possa planear o seu futuro através de uma reflexão constante, criando as condições fundamentais, consolidadas ao longo do seu percurso de desenvolvimento, para que as exigências futuras possam ser encaradas de maneira pró-ativa e responsável.

Daniela Costa, estagiária da PAJE (Ciências da Educação)

Anexo IV. Projeto Voar para a Autonomia



Anexo V. Projeto Escolas SITI



Anexo VI. Questionário “Perceção de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial”



Idade: _____ Sexo: _____

Anos de acolhimento (nesta casa): _____

Questionário

Este questionário pretende conhecer a tua opinião sobre a Casa de Acolhimento onde vives. Segue-se uma lista de afirmações sobre as tuas experiências na Casa. Lê cada uma e indica até que ponto estás de acordo com elas, sendo que 1 significa que discordas totalmente e 4 significa que concordas totalmente. Se não souberes responder a alguma, assinala o 0. As respostas são anónimas e confidenciais.

0 = Não Sabe/Não Responde 1 = Discordo Totalmente 2 = Discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Totalmente

- | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. As condições dos espaços comuns são acolhedoras..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2. As condições da sala de estar são acolhedoras..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 3. O espaço exterior é agradável..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 4. A sala de refeições é agradável..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5. Os quartos são acolhedores..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 6. Tenho liberdade para decorar o meu quarto..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 7. A Casa tem as condições necessárias para pessoas portadoras de deficiência/
necessidade especial..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 8. Quando estou doente tenho todos os apoios de saúde necessários..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 9. A Casa tem técnicos/cuidadores suficientes para dar resposta ao número de
crianças/jovens..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 10. Sinto que sou ouvido e respeitado pelos técnicos/cuidadores..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 11. As tarefas que me exigem na Casa são adequadas..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 12. Tendo mais de 16 anos e se quiser trabalhar, a Casa cria-me condições para tal..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 13. Existem regras da Casa que mudava se pudesse..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Se sim, quais? _____ | | | | | |
| 14. A equipa técnica da Casa está disponível quando preciso..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 15. Sinto-me protegido(a) contra qualquer tipo de discriminação/agressão/
negligência..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 16. Sinto que os meus direitos estão assegurados na Casa..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 17. Sinto que a Casa assegura o bem-estar no meu futuro..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 18. A Casa dá resposta às minhas necessidades essenciais ou problemas..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 19. A minha privacidade é respeitada..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 20. A minha individualidade é respeitada..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 21. Sinto que tenho tempo livre..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 22. Sinto que posso expressar a minha opinião..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 23. Frequentemente sinto-me injustiçado na Casa..... | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Se sim, em que situações? _____ | | | | | |

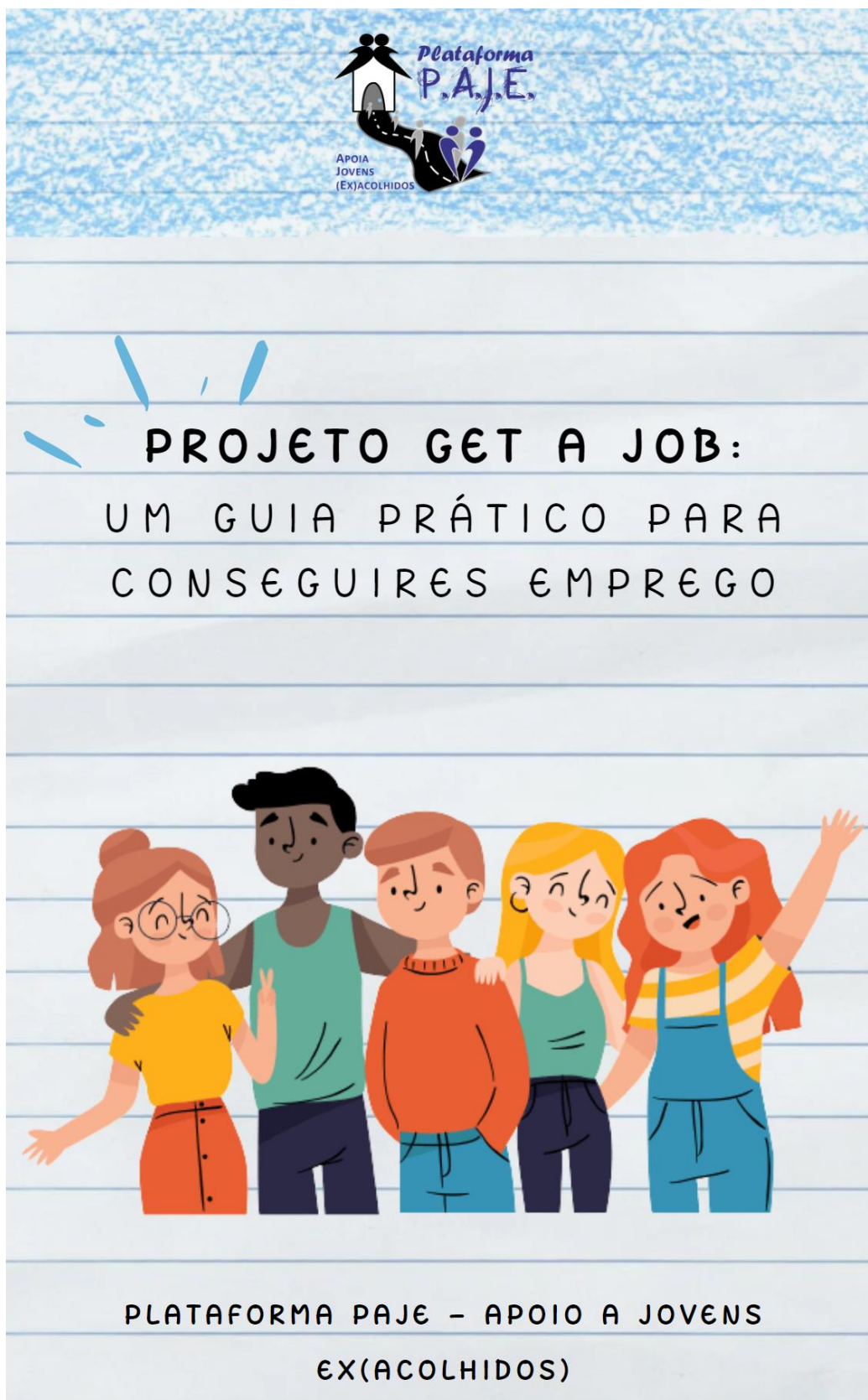


24. A Casa esforça-se para que as visitas e contactos com os meus familiares sejam agradáveis..... 0 1 2 3 4
25. A Casa promove atividades que me preparam para a saída do acolhimento..... 0 1 2 3 4
26. As atividades desenvolvidas na Casa ajudam à minha autonomia..... 0 1 2 3 4
27. Ao longo da minha experiência na Casa, os meus direitos enquanto criança/jovem em acolhimento foram-me sendo explicados pelos técnicos/cuidadores..... 0 1 2 3 4
28. A Casa promove reuniões entre os jovens para debaterem assuntos relativos ao acolhimento..... 0 1 2 3 4
29. Sou tratado(a) de igual modo por todos, independentemente da minha etnia, nacionalidade, religião ou orientação sexual..... 0 1 2 3 4
30. Caso assista ou seja vítima de agressão ou discriminação, sinto que posso relatá-la a um técnico/cuidador..... 0 1 2 3 4
31. Sinto-me, de alguma forma, privado da minha liberdade..... 0 1 2 3 4
- Se sim, por que motivo(s)? _____
- _____
32. Participo na escolha do meu projeto de vida..... 0 1 2 3 4
- Se sim, de que forma? _____
- _____
33. Os responsáveis pela gestão da Casa (Direção, Provedor, etc.) conhecem a realidade diária..... 0 1 2 3 4
34. Estes responsáveis habitualmente estão disponíveis para me ouvir..... 0 1 2 3 4
35. Usa este espaço para escrever o que quiseres sobre a tua experiência na Casa de Acolhimento.

Gratos pela tua colaboração 😊

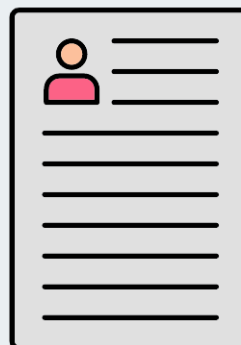
Apêndices

Apêndice I. Projeto Get a Job



1 CURRICULUM VITAE

O CURRÍCULO OU CURRICULUM VITAE (QUE DO LATIM SIGNIFICA "CARREIRA DE VIDA") É UM DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL NO QUE DIZ RESPEITO À SOLICITAÇÃO DE UM TRABALHO OU DE UMA BOLSA DE ESTUDO.



DEVES TER BASTANTE CUIDADO NA SUA ELABORAÇÃO, TENDO EM CONTA QUE É A PRIMEIRA IMAGEM QUE O/A RECRUTADOR/A OU A EMPRESA VAI TER DE TI!

COMO POSSO FAZER UM CURRÍCULO?

FAZER UM CURRÍCULO PODE PARECER UM "BICHO DE SETE CABEÇAS". MAS NÃO TE PREOCUPES, ESTAMOS AQUI PARA TE AJUDAR!

AQUI, VAIS ENCONTRAR AS MELHORES DICAS E CONSELHOS SOBRE COMO FAZER UM CURRÍCULO PERFEITO.

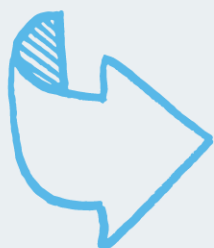


1 CURRICULUM VITAE

PARA CRIARES UM BOM CURRÍCULO É FUNDAMENTAL FOCARES O TEU CONTEÚDO EM DETALHES.

IMPORTANTE!

REVELARES QUAIS SÃO OS **FACTOS MAIS IMPORTANTES** QUE DIGAM RESPEITO AO TEU **PERCURSO PROFISSIONAL** E AS **HABILIDADES/COMPETÊNCIAS** QUE TENHAS VINDO ADQUIRIR AO LONGO DA TUA VIDA.



ESSES ASPETOS MAIS RELEVANTES DEVEM SER APRESENTADOS DA MANEIRA **MAIS SIMPLES POSSÍVEL**, ONDE MOSTRAS QUAIS SÃO OS MOTIVOS QUE LEVEM UM RECRUTADOR A CONTRATAR-TE.

UM **BOM CURRÍCULO** CONSEGUE ATRAIR E CONVENCER O RECRUTADOR A CHAMAR-TE PARA UMA ENTREVISTA DE EMPREGO, MOSTRANDO-SE, ASSIM, INTERESSADO EM CONHECER-TE PESSOALMENTE DESCOBRINDO SE ÉS OU NÃO A PESSOA IDEAL PARA O CARGO EM QUESTÃO.



1 CURRICULUM VITAE

#fica
a
dica

AINDA NÃO TENS EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL?

TUDO SE RESOLVE!!

O FACTO DE AINDA NÃO TERES EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO TE VAI PREJUDICAR A ARRANJAR EMPREGO. DEVES FOCAR AS TUAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM TORNO DAQUILO QUE PODE SER TRANSFERIDO PARA A VAGA A QUE TE PRETENDES CANDIDATAR.

POR EXEMPLO...

MOSTRARÉS QUE TRABALHAS BEM EM EQUIPA É BASTANTE PERTINENTE PARA O CONHECIMENTO DO/A EMPREGADOR/A, SENDO UMA CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL PARA QUASE TODAS AS VAGAS DE EMPREGO.



1 CURRICULUM VITAE

#fica
a
dica



TEM ATENÇÃO AO PORTUGUÊS!

ACREDITA, UMA DAS PIORES COISAS QUE PODES FAZER É APRESENTAR UM CURRÍCULO COM ERROS ORTOGRÁFICOS!

DEVES DEDICAR UM POUCO DO TEU TEMPO A REVER O TEU CURRÍCULO DEPOIS DE O TERMINARES.



CASO NÃO TENHAS A CERTEZA SOBRE COMO ESCREVER ALGUMA PALAVRA, PODES FAZER DUAS COISAS:

1 PODES NÃO ESCREVER ESSA PALAVRA E OPTAR POR OUTRA QUE SEJA DO TEU CONHECIMENTO:

2 NUM DICIONÁRIO *ONLINE* PODES PESQUISAR A GRAFIA E O SIGNIFICADO DESSA MESMA PALAVRA.

O MAIS IMPORTANTE É EVITAR QUALQUER TIPO DE ERRO NA ESCRITA!

1 CURRICULUM VITAE

#fica
a
dica

AS COISAS MAIS SIMPLES DA VIDA, SÃO AS
MAIS EXTRAORDINÁRIAS!

UM BOM CURRÍCULO É AQUELE QUE VAI DIRETO
AO ASSUNTO. OPTAR PELA SIMPLICIDADE VAI
PERMITIR QUE OS/AS RECRUTADORES/AS SE
FOQUEM NAQUILO QUE É ESSENCIAL E NAQUILO
QUE TU ÉS.



NÃO HÁ QUALQUER NECESSIDADE
DE COLOCARES PORMENORES
DESNECESSÁRIOS...

POR VEZES, AO PRETENDER DESTACAR O NOSSO
CURRÍCULO EM RELAÇÃO A OUTROS, TENDEMOS A
EXAGERAR E ISSO VAI FAZER COM QUE O NOSSO
CV PASSE PARA UMA PILHA JUNTAMENTE COM
MAIS ALGUNS, ONDE VAI SER COLOCADO DE LADO E
ESQUECIDO.

SÊ PRÁTICO/A E
OBJETIVO/A!



1

CURRICULUM VITAE

#fica
a
dica

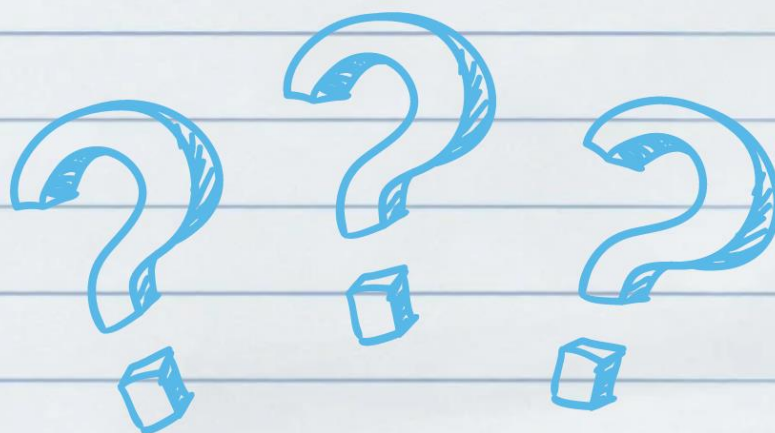


NÃO ESQUEÇAS O TEU PERCURSO

NÃO DEVES MENOSPREZAR AQUILO QUE JÁ FIZESTE. POR EXEMPLO, SE CONSIDERAS QUE TIVESTE UM PAPEL DE DESTAQUE E IMPORTANTE NUM TRABALHO DE VOLUNTARIADO OU EM ALGUM TRABALHO *PART-TIME*, DEVES ACRESCENTAR ISSO NA TUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.



NEM TUDO É IMPORTANTE PARA SER ESCRITO, PODE HAVER ALGO QUE SEJA MAIS VANTAJOSO FALARES NUMA FUTURA ENTREVISTA DE EMPREGO.



E AGORA?
COMO PODES COMEÇAR
A CONSTRUIR O TEU
CURRÍCULO?



1 CURRICULUM VITAE

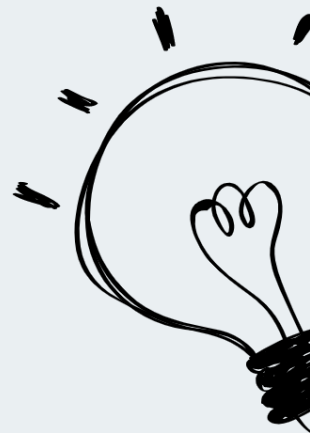
PRIMEIRO QUE TUDO,

DEVES OPTAR POR UM MODELO DE CV MINIMALISTA, ONDE TODOS OS TEUS DADOS E INFORMAÇÕES APARECAM DEVIDAMENTE HIERARQUIZADOS.



NÃO DEVES OPTAR POR COLOCAR DEMASIADAS CORES OU CORES MUITO CHAMATIVAS, LETRAS COM FRACA LEGIBILIDADE OU AINDA, DESENHOS OU IMAGENS.

A IDEIA É CRIARES O TEU CURRÍCULO DA MANEIRA MAIS SIMPLES E ORGANIZADA POSSÍVEL.



1 CURRICULUM VITAE

NÃO ESCREVAS DEMASIADO SOBRE OS TEUS DADOS PESSOAIS...

PARA ELABORAR UM CURRÍCULO COLOCA OS PONTOS-CHAVE COMO O TEU NOME COMPLETO, E-MAIL, NÚMERO DE TELEMÓVEL OU TELEFONE, O TEU ENDEREÇO (NÃO PRECISAS DE COLOCAR A MORADA COMPLETA, BASTA A CIDADE ONDE VIVES) E AINDA, PODES COLOCAR O LINK PARA AS TUAS REDES PROFISSIONAIS, COMO O LINKEDIN (EVITA INCLUIR AS REDES SOCIAIS, COMO O FACEBOOK OU INSTAGRAM).

A TUA IDADE OU DATA DE NASCIMENTO SÃO TOTALMENTE OPCIONAIS.

NOTA:

TEM ATENÇÃO AO TEU E-MAIL! SE O TEU E-MAIL É UM POUCO DISPARATADO, COMO CRISTIANORONALDO07@HOTMAIL.COM OU BARBIE2003@GMAIL.COM, ACONSELHAMOS-TE A MUDAR PARA UM QUE CONSIDERES MAIS PROFISSIONAL. DEVES EVITAR COLOCAR NOMES DERIVADOS DA INTERNET, DE PERSONAGENS OU DE VIDEOJOGOS.

1 CURRICULUM VITAE

DESCREVE O TEU PERCURSO ACADÉMICO OU FORMAÇÃO

NESTA SECÇÃO, A IDEIA É DESCREVERES, DE FORMA SUCINTA, O TEU PERCURSO ACADÉMICO OU O TIPO DE FORMAÇÕES QUE TIVESTE, INDICANDO A INSTITUIÇÃO E CURSO QUE FREQUENTASTE E AS RESPECTIVAS DATAS.

POR EXEMPLO...

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL
2012 - 2015

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE S. JOÃO DA
MADEIRA
CURSO EM MECATRÓNICA AUTOMÓVEL
2018 - 2021



DEVES COLOCAR A TUA FORMAÇÃO MAIS RECENTE SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR, OU SEJA, A ORDEM DE COLOCAÇÃO DEVE SER FEITA DA INFORMAÇÃO MAIS RECENTE PARA A MAIS ANTIGA.

1 CURRICULUM VITAE

FAZ UM RESUMO DAS TUAS QUALIFICAÇÕES

ATRAVÉS DE POUCAS PALAVRAS, DESAFIAMOS-TE A FAZER UM RESUMO DAS TUAS PRINCIPAIS QUALIFICAÇÕES E CASO JÁ TENHAS ATUADO EM CONTEXTO DE PRÁTICA, DEVES DESCREVER AS ÁREAS DE ATUAÇÃO E O PAPEL QUE EXERCESTE EM CADA UMA DELAS.



POR EXEMPLO, SE JÁ TRABALHASTE COM REDES SOCIAIS NUM CONTEXTO PROFISSIONAL, PODES COLOCAR ESSA INFORMAÇÃO NO CURRÍCULO, REFERINDO AINDA, OS DIFERENTES PAPÉIS QUE EXERCESTE ATRAVÉS NESTA ÁREA, COMO A "PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS".

MAIS UMA VEZ, O IMPORTANTE É **SERES SIMPLES E DIRETO!** E OPTA POR ESCOLHER AS QUALIFICAÇÕES QUE MELHOR SE ENQUADRAM NO CARGO EM QUESTÃO.

1 CURRICULUM VITAE

QUEM APRENDE UMA NOVA LÍNGUA ADQUIRE UMA ALMA NOVA!

O MERCADO DE TRABALHO PROCURA SEMPRE POR PROFISSIONAIS QUE DOMINEM OUTRA LÍNGUA PARA ALÉM DA MATERNA. APRENDER UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA PODE MELHORAR A TUA CRIATIVIDADE E AUMENTAR AS TUAS HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO, PERMITINDO A CRIAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO (DENTRO OU FORA DO TEU PAÍS).



CASO NÃO POSSUAS/FALES OUTRO IDIOMA (OU MESMO QUE POSSUAS, MAS QUEIRAS ALARGAR O TEU CONHECIMENTO), ACONSELHAMOS-TE VIVAMENTE A TIRAR CURSOS ONLINE. APRENDER UMA NOVA LÍNGUA VAI ENRIQUECER O TEU CURRÍCULO E TORNAR-TE MAIS CAPACITADO ENQUANTO PESSOA.

O **INGLÊS** É UM DOS IDIOMAS MAIS REQUISITADOS NO MERCADO DE TRABALHO, PRINCIPALMENTE EM EMPRESAS MULTINACIONAIS.



1 CURRICULUM VITAE

ESCREVE O OBJETIVO DO CURRÍCULO

DEVES ESCREVER, NUM CANTINHO DO TEU CURRÍCULO OU ATÉ MESMO NO INÍCIO, QUAL É O TEU OBJETIVO COM ESTE CURRÍCULO. DE MANEIRA SIMPLES, DEVES INFORMAR O RECRUTADOR QUAIS SÃO AS TUAS MOTIVAÇÕES.

IMPORTANTE!



ELABORAR FRASES CURTAS E SIMPLES.



USAR VOCABULÁRIO SIMPLES.



ALTERAR O CONTEÚDO DESTA SECÇÃO TENDO EM CONTA AS VAGAS PARA AS QUAIS TE ESTÁS CANDIDATAR.



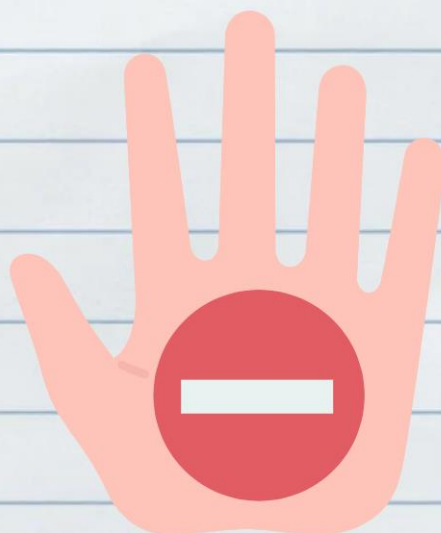
"RESPONDER" AO ANÚNCIO E TENTAR CRIAR, CONSOANTE AS TUAS QUALIFICAÇÕES, O CANDIDATO IDEAL QUE PROCURAM.



ALTERAR O CONTEÚDO DESTA SECÇÃO TENDO EM CONTA AS VAGAS PARA AS QUAIS TE ESTÁS CANDIDATAR.



ERROS MAIS COMUNS
NO CURRÍCULO QUE DEVEM
SER EVITADOS A TODO
O CUSTO!



PROIBIDO!



ENTREGAR O CV A UMA EMPRESA SEM
FORMATAR O DOCUMENTO

ANTES DE ENVIARES UM CURRÍCULO, TEM SEMPRE EM ATENÇÃO AS NORMAS QUE O DOCUMENTO DEVE SEGUIR. NÃO USES VÁRIOS TIPOS DE LETRAS, NEM CORES QUE POSSAM PREJUDICAR A SUA LEITURA.



PODES USAR TIPOS DE LETRAS COMO ARIAL OU TIMES NEW ROMAN, QUE POSSIBILITAM UMA LEITURA "LIMPA" E SIMPLES. SE ENVIARES O CV POR E-MAIL, CERTIFICA-TE QUE O DOCUMENTO NÃO DESCONFIGURE CASO ABRA EM OUTRO COMPUTADOR.

É SEMPRE BOM OPTARES POR UM
DOCUMENTO WORD OU PDF.

PROIBIDO!



INFORMAÇÃO FALSA OU INCORRETA

NÃO VALE A PENA MENTIRES NAQUILO QUE ESCREVES NO TEU CURRÍCULO. CASO SEJAS CONVIDADO PARA UMA ENTREVISTA DE EMPREGO, O/A RECRUTADOR/A IRÁ QUESTIONAR-TE EM RELAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES QUE ESCREVESTES NO TEU CV.

IMAGINA SÓ, MENTIRES E DIZERES QUE ÉS MUITO BOM NO INGLÊS E O/A EMPREGADOR/A TE PEDE PARA TERES UMA CONVERSA FLUÍDA COM ELE/A NESSA MESMA LÍNGUA.



O QUE FARIAS??

ACREDITAMOS QUE TENS IMENSAS COMPETÊNCIAS E CONHECIMENTOS QUE TE POSSIBILITAM A AQUISIÇÃO DE UM BOM EMPREGO, NÃO NECESSITAS DE INVENTAR.

CASO NÃO TENHAS AS APTIDÕES NECESSÁRIAS PARA A VAGA QUE DISPONIBILIZAM, NÃO TE PREOCUPES... TALVEZ OUTRAS VIRÃO!

PROIBIDO!



ESCREVER DEMASIADO OU MUITO POUCO

DEVES ESCREVER O ESSENCIAL NO TEU CURRÍCULO. NÃO EXISTE UM TAMANHO FIXO PARA UM CV, NO ENTANTO, DEVES MANTER-TE PELAS 2 PÁGINAS.

DETALHES DEMASIADO PESSOAIS



NÃO É NECESSÁRIO COLOCARES A TUA MORADA COMPLETA OU A TUA DATA DE NASCIMENTO. ASSIM, BASTA COLOCAR O ESSENCIAL COMO O TEU NOME, CIDADE E CONTACTOS.



FOTOGRAFIA DESADEQUADA

NUNCA COLOQUES NO CV UMA FOTO TUA NUMA FESTA!

EVITA QUALQUER TIPO DE FOTOS DO *INSTAGRAM* OU DO *FACEBOOK* COM OS TEUS AMIGOS.

OPTA POR UMA FOTO COM UM CARIZ MAIS PROFISSIONAL, POR EXEMPLO, COM UM FUNDO BRANCO, COM BOA QUALIDADE E ATUAL.

